

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	12
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	15
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	17
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	20
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	21
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	22
--	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	24
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	25
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	26
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	27
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	29
---	----

Notas Explicativas	50
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	133
--	-----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	137
---	-----

Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	138
---	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	139
---	-----

Índice

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

140

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	61.777
Preferenciais	0
Total	61.777
Em Tesouraria	
Ordinárias	10
Preferenciais	0
Total	10

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1	Ativo Total	1.046.719	934.326	581.537
1.01	Ativo Circulante	479.921	573.031	238.859
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.485	3.370	4.145
1.01.03	Contas a Receber	68.499	68.592	51.872
1.01.03.01	Clientes	68.499	68.592	51.872
1.01.04	Estoques	114.237	116.112	52.136
1.01.06	Tributos a Recuperar	26.003	61.139	53.212
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	26.003	61.139	53.212
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	267.697	323.818	77.494
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	0	0	796
1.01.08.03	Outros	267.697	323.818	76.698
1.01.08.03.01	Partes Relacionadas	261.101	316.442	68.920
1.01.08.03.02	Outros	6.596	7.376	7.778
1.02	Ativo Não Circulante	566.798	361.295	342.678
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	13.941	11.031	38.195
1.02.01.04	Contas a Receber	140	140	814
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	140	140	814
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	2.626	2.005	3.447
1.02.01.09.02	Créditos com Controladas	2.626	2.005	3.447
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	11.175	8.886	33.934
1.02.01.10.03	Impostos a Recuperar	2.695	1.781	25.086
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais e Incentivos Fiscais	8.480	7.105	8.848
1.02.02	Investimentos	387.951	205.399	192.425
1.02.02.01	Participações Societárias	387.951	205.399	192.425
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	387.951	205.399	192.425
1.02.03	Imobilizado	164.625	144.313	110.951
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	108.473	113.933	109.383
1.02.03.01.01	Imobilizado em Operação	113.992	119.452	114.902
1.02.03.01.02	Perda Estimada por Redução ao Valor Recuperável do Imobilizado	-5.519	-5.519	-5.519

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	56.152	30.380	1.568
1.02.04	Intangível	281	552	1.107
1.02.04.01	Intangíveis	281	552	1.107
1.02.04.01.02	Software	281	552	1.107

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2	Passivo Total	1.046.719	934.326	581.537
2.01	Passivo Circulante	197.031	204.197	179.659
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	20.631	22.692	15.746
2.01.01.01	Obrigações Sociais	4.139	3.696	3.559
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	16.492	18.996	12.187
2.01.02	Fornecedores	27.769	33.096	31.434
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	27.645	32.880	23.675
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	124	216	7.759
2.01.03	Obrigações Fiscais	16.455	24.411	21.235
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	7.650	19.022	16.124
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	3.638	595
2.01.03.01.02	Outros Impostos Federais	7.650	15.384	15.529
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	8.780	5.338	5.068
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	25	51	43
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.247	0	0
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	2.247	0	0
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	2.247	0	0
2.01.05	Outras Obrigações	126.738	120.339	108.662
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	48.016	69.703	71.753
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	48.016	69.703	71.753
2.01.05.02	Outros	78.722	50.636	36.909
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	17.737	24.346	0
2.01.05.02.04	Demais Contas a Pagar	60.985	26.290	36.909
2.01.06	Provisões	3.191	3.659	2.582
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.191	3.659	2.582
2.01.06.01.05	Provisões para Benefícios Pós Emprego	3.191	3.659	2.582
2.02	Passivo Não Circulante	173.500	166.884	186.978
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	28.746	0	9.327
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	28.746	0	9.327

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	28.746	0	9.327
2.02.02	Outras Obrigações	39.773	55.666	67.412
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	26.722	37.201	44.178
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	26.722	37.201	44.178
2.02.02.02	Outros	13.051	18.465	23.234
2.02.02.02.03	Impostos, Taxas e Contribuições a Recolher	6.666	12.249	15.938
2.02.02.02.05	Obrigações com pessoal	6.385	6.216	7.230
2.02.02.02.06	Outras Contas a pagar	0	0	66
2.02.03	Tributos Diferidos	0	11.184	12.117
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	11.184	12.117
2.02.04	Provisões	104.981	100.034	98.122
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	50.656	53.543	62.495
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	767	1.205	13.022
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	45.968	48.493	45.198
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	3.921	3.845	4.275
2.02.04.02	Outras Provisões	54.325	46.491	35.627
2.02.04.02.04	Provisões para Benefício Pós Emprego	29.399	36.209	32.378
2.02.04.02.05	Provisão para perdas em investimentos	24.926	10.282	3.249
2.03	Patrimônio Líquido	676.188	563.245	214.900
2.03.01	Capital Social Realizado	438.082	438.082	385.537
2.03.02	Reservas de Capital	80.919	69.753	20.512
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-174	-174	-174
2.03.02.07	Subvenção para Investimento	81.093	69.927	20.686
2.03.04	Reservas de Lucros	164.674	75.859	-85
2.03.04.01	Reserva Legal	15.101	8.221	0
2.03.04.02	Reserva Estatutária	15.101	8.221	0
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	134.472	59.417	-85
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	-162.409
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-7.487	-20.449	-28.655

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	717.174	795.431	513.874
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-556.799	-512.711	-385.450
3.03	Resultado Bruto	160.375	282.720	128.424
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-23.280	16.247	38.059
3.04.01	Despesas com Vendas	-54.963	-51.934	-37.443
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-59.062	-56.715	-45.675
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	3.836	12.827	52.061
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-12.379	-6.279	49.193
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	99.288	118.348	19.923
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	137.095	298.967	166.483
3.06	Resultado Financeiro	-8.384	-2.731	13.324
3.06.01	Receitas Financeiras	2.271	4.273	24.170
3.06.02	Despesas Financeiras	-10.655	-7.004	-10.846
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	128.711	296.236	179.807
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	8.891	-26.859	-21.056
3.08.01	Corrente	-2.293	-27.793	-8.939
3.08.02	Diferido	11.184	934	-12.117
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	137.602	269.377	158.751
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	137.602	269.377	158.751

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	137.602	269.377	158.751
4.02	Outros Resultados Abrangentes	12.962	8.206	12.485
4.02.01	Ganho/ (perda) líquido na atualização do plano de benefício definido	6.812	-6.708	6.745
4.02.03	Equivalência patrimonial dos resultados abrangentes	6.150	14.914	5.740
4.03	Resultado Abrangente do Período	150.564	277.583	171.236

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	113.678	-171.551	-3.223
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	48.702	179.734	104.615
6.01.01.01	Prejuízo/Lucro antes do IRPJ e CSLL	128.711	296.236	179.807
6.01.01.02	Resultado de equivalência patrimonial	-99.288	-118.349	-19.923
6.01.01.03	Depreciação, amortização e exaustão	14.283	10.854	8.520
6.01.01.04	Resultado na baixa de ativos imobilizados e intangíveis	2.178	0	-684
6.01.01.05	Perda em créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber	2.036	530	-188
6.01.01.06	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-2.780	-8.952	3.399
6.01.01.08	Encargos financeiros, variação monetária e cambial	4.588	2.412	2.539
6.01.01.13	Perda estimada para redução ao valor realizável líquido	-560	-1.197	-1.199
6.01.01.14	Perda estimada para redução ao valor recuperável dos ativos	0	0	-71.636
6.01.01.16	Provisão para benefício pós-emprego	-466	-1.800	3.980
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	64.976	-351.285	-107.838
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-1.872	-17.249	-7.442
6.01.02.02	Partes relacionadas a receber	32.556	-247.394	-67.397
6.01.02.03	Estoques	2.435	-62.779	26.112
6.01.02.04	Impostos a recuperar	45.002	17.735	-50.844
6.01.02.05	Depósitos judiciais	-1.482	1.743	-197
6.01.02.06	Disponível para venda	0	796	0
6.01.02.07	Outros ativos	784	1.076	2.667
6.01.02.08	Fornecedores	-5.381	1.197	-3.517
6.01.02.09	Partes relacionadas a pagar	-13.257	-10.999	-20.974
6.01.02.10	Obrigações fiscais a recolher	-9.710	-4.447	7.150
6.01.02.11	Obrigações sociais e trabalhistas	-1.892	5.932	3.539
6.01.02.12	Outros passivos	34.695	-10.683	14.836
6.01.02.13	Juros pagos	0	0	-327
6.01.02.14	Imposto de renda e contribuição social pagos	-16.902	-26.213	-8.294
6.01.02.16	Benefício pós-emprego	0	0	-2.622
6.01.02.19	Pagamento de contingências	0	0	-528

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-99.047	-42.327	-5.130
6.02.01	Mútuo com empresa ligada a receber	0	1.335	0
6.02.03	Adições ao imobilizado e intangível	-36.577	-43.662	-5.130
6.02.05	Dividendos declarados a receber	81.893	0	0
6.02.08	Adições ao investimento/Aporte de Capital	-144.363	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-14.516	213.103	8.627
6.03.01	Captação de empréstimos e financiamentos	29.997	569	29.452
6.03.02	Amortização de empréstimos e financiamentos	-282	-9.896	-67.395
6.03.04	Pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio	-44.231	112.430	0
6.03.06	Aumento de capital social	0	110.000	46.570
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	115	-775	274
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.370	4.145	3.871
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.485	3.370	4.145

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	438.082	-174	145.786	0	-20.449	563.245
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	438.082	-174	145.786	0	-20.449	563.245
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	11.166	-48.787	12.962	-24.659
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-37.621	0	-37.621
5.04.08	Subvenção para investimentos	0	0	11.166	-11.166	0	0
5.04.09	Ganho na atualização do plano de benefício definido	0	0	0	0	12.962	12.962
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	137.602	0	137.602
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	137.602	0	137.602
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	88.815	-88.815	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	88.815	-88.815	0	0
5.07	Saldos Finais	438.082	-174	245.767	0	-7.487	676.188

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	385.537	-174	20.601	-162.409	-28.655	214.900
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	385.537	-174	20.601	-162.409	-28.655	214.900
5.04	Transações de Capital com os Sócios	52.545	0	0	18.217	0	70.762
5.04.01	Aumentos de Capital	110.000	0	0	0	0	110.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-24.320	0	-24.320
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-14.918	0	-14.918
5.04.08	Diminuição de Capital com absorção de prejuízo acumulado	-57.455	0	0	57.455	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	269.377	8.206	277.583
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	269.377	0	269.377
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	8.206	8.206
5.05.02.06	Perda na atualização do plano de benefício definido	0	0	0	0	8.206	8.206
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	125.185	-125.185	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	75.944	-75.944	0	0
5.06.04	Subvenção para investimentos	0	0	49.241	-49.241	0	0
5.07	Saldos Finais	438.082	-174	145.786	0	-20.449	563.245

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	338.967	-174	19.437	-319.912	-41.140	-2.822
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	338.967	-174	19.437	-319.912	-41.140	-2.822
5.04	Transações de Capital com os Sócios	46.570	0	1.164	-1.248	12.485	58.971
5.04.01	Aumentos de Capital	46.570	0	0	0	0	46.570
5.04.08	Subvenção para investimentos	0	0	1.248	-1.248	0	0
5.04.09	Ganho na atualização do plano de benefício definido	0	0	0	0	12.485	12.485
5.04.10	Ganho/perda no investimento após aumento de capital em controladas	0	0	-85	0	0	-85
5.04.11	Dividendos prescritos	0	0	1	0	0	1
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	158.751	0	158.751
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	158.751	0	158.751
5.07	Saldos Finais	385.537	-174	20.601	-162.409	-28.655	214.900

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.01	Receitas	927.489	1.040.957	679.334
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	934.676	1.043.810	678.974
7.01.02	Outras Receitas	-5.151	-2.323	172
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-2.036	-530	188
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-655.106	-488.990	-309.643
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-496.111	-331.508	-255.493
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-158.055	-156.845	-124.321
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	0	0	71.636
7.02.04	Outros	-940	-637	-1.465
7.03	Valor Adicionado Bruto	272.383	551.967	369.691
7.04	Retenções	-14.283	-10.854	-8.520
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-14.283	-10.854	-8.520
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	258.100	541.113	361.171
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	100.910	133.266	44.486
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	99.288	118.348	19.923
7.06.02	Receitas Financeiras	2.271	4.273	24.170
7.06.03	Outros	-649	10.645	393
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	359.010	674.379	405.657
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	359.010	674.379	405.657
7.08.01	Pessoal	103.976	98.700	78.628
7.08.01.01	Remuneração Direta	68.055	66.450	50.089
7.08.01.02	Benefícios	30.852	27.469	24.421
7.08.01.03	F.G.T.S.	5.069	4.781	4.118
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	95.673	289.742	150.473
7.08.02.01	Federais	53.529	162.947	66.804
7.08.02.02	Estaduais	38.903	124.644	81.552
7.08.02.03	Municipais	3.241	2.151	2.117
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	21.759	16.560	17.805
7.08.03.01	Juros	10.655	7.004	10.846

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.08.03.02	Aluguéis	11.104	9.556	6.959
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	137.602	269.377	158.751
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	37.622	14.918	0
7.08.04.02	Dividendos	0	24.320	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	99.980	230.139	158.751

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1	Ativo Total	1.222.267	1.011.931	745.268
1.01	Ativo Circulante	715.330	740.202	486.081
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	36.852	6.071	81.175
1.01.02	Aplicações Financeiras	75.617	212.793	0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	0	212.793	0
1.01.02.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	75.617	0	0
1.01.03	Contas a Receber	227.705	153.229	89.938
1.01.03.01	Clientes	227.705	153.229	89.938
1.01.04	Estoques	209.822	185.268	73.470
1.01.06	Tributos a Recuperar	107.735	126.392	88.986
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	107.735	126.392	88.986
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	57.599	56.449	152.512
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	1.023	4.845	109.339
1.01.08.03	Outros	56.576	51.604	43.173
1.01.08.03.02	Outros	56.576	51.604	43.173
1.02	Ativo Não Circulante	506.937	271.729	259.187
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	67.662	30.482	58.315
1.02.01.04	Contas a Receber	1.595	1.595	2.270
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	1.595	1.595	2.270
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	66.067	28.887	56.045
1.02.01.10.03	Impostos a Recuperar	37.268	10.629	34.694
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais e Incentivos Fiscais	12.879	10.500	12.202
1.02.01.10.05	Ativo de direito uso	15.920	7.758	9.149
1.02.03	Imobilizado	355.959	240.643	199.730
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	238.828	196.122	194.603
1.02.03.01.01	Imobilizado em Operação	268.010	227.864	231.178
1.02.03.01.02	Perda Estimada por Redução ao Valor Recuperável do Imobilizado	-29.182	-31.742	-36.575
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	117.131	44.521	5.127
1.02.04	Intangível	83.316	604	1.142

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1.02.04.01	Intangíveis	-16.001	-15.934	-15.396
1.02.04.01.02	Software	462	720	1.359
1.02.04.01.03	Outros Intangíveis	957	957	957
1.02.04.01.06	Perda Estimada por Redução ao Valor Recuperável do Intangível	-17.420	-17.611	-17.712
1.02.04.02	Goodwill	99.317	16.538	16.538
1.02.04.02.01	Mais valia de carteira de clientes	26.800	0	0
1.02.04.02.03	Goodwill	72.517	16.538	16.538

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2	Passivo Total	1.222.267	1.011.931	745.268
2.01	Passivo Circulante	284.164	208.855	221.245
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	29.480	29.530	19.981
2.01.01.01	Obrigações Sociais	5.973	5.436	5.189
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	23.507	24.094	14.792
2.01.02	Fornecedores	65.116	50.201	60.536
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	62.441	46.453	50.013
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	2.675	3.748	10.523
2.01.03	Obrigações Fiscais	30.722	34.919	31.029
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	17.148	30.591	28.490
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	4.760	9.045	5.000
2.01.03.01.02	Outros Impostos Federais	12.388	21.546	23.490
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	13.252	4.246	2.466
2.01.03.02.01	Obrigações Fiscais Estaduais	13.252	4.246	2.466
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	322	82	73
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	26.296	3.911	0
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	26.296	3.911	0
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	26.296	3.911	0
2.01.05	Outras Obrigações	125.603	82.443	102.488
2.01.05.02	Outros	125.603	82.443	102.488
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	17.763	24.355	0
2.01.05.02.04	Demais Contas a Pagar	104.233	51.516	98.382
2.01.05.02.06	Obrigações de arrendamento	3.607	6.572	4.106
2.01.06	Provisões	6.947	7.851	7.211
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	6.947	7.851	7.211
2.01.06.01.05	Provisão para Benefícios Pós Emprego	6.947	7.851	7.211
2.02	Passivo Não Circulante	261.805	239.721	309.012
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	58.295	33.485	66.388
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	58.295	33.485	66.388

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	58.295	33.485	66.388
2.02.02	Outras Obrigações	41.496	41.114	56.498
2.02.02.02	Outros	41.496	41.114	56.498
2.02.02.02.03	Impostos, Taxas e Contribuições a Recolher	22.377	32.893	42.356
2.02.02.02.05	Obrigações com pessoal	6.779	7.007	9.006
2.02.02.02.06	Outras Contas a Pagar	0	0	66
2.02.02.02.07	Obrigações de arrendamento	12.340	1.214	5.070
2.02.03	Tributos Diferidos	20.877	10.871	12.702
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	20.877	10.871	12.702
2.02.04	Provisões	141.137	154.251	173.424
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	69.914	71.205	81.613
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	787	1.265	18.509
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	60.468	61.103	53.753
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	8.659	8.837	9.351
2.02.04.02	Outras Provisões	71.223	83.046	91.811
2.02.04.02.04	Provisão para desmobilização de mina	9.982	9.273	7.125
2.02.04.02.06	Provisões para Benefício Pós Emprego	61.241	73.773	84.686
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	676.298	563.355	215.011
2.03.01	Capital Social Realizado	438.082	438.082	385.537
2.03.02	Reservas de Capital	80.919	69.753	20.512
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-174	-174	-174
2.03.02.07	Subvenção para Investimento	81.093	69.927	20.686
2.03.04	Reservas de Lucros	164.674	75.859	-85
2.03.04.01	Reserva Legal	15.101	8.221	0
2.03.04.02	Reserva Estatutária	15.101	8.221	0
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	0	0	-85
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	134.472	59.417	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	-162.409
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-7.487	-20.449	-28.655

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	110	110	111

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.187.383	1.123.125	683.423
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-815.442	-632.075	-456.079
3.03	Resultado Bruto	371.941	491.050	227.344
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-195.337	-145.401	-38.730
3.04.01	Despesas com Vendas	-108.640	-94.141	-60.499
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-102.647	-96.855	-82.320
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	50.055	171.829	71.411
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-34.105	-126.234	32.678
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	176.604	345.649	188.614
3.06	Resultado Financeiro	-11.600	1.375	5.037
3.06.01	Receitas Financeiras	70.090	38.721	43.850
3.06.02	Despesas Financeiras	-81.690	-37.346	-38.813
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	165.004	347.024	193.651
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-27.291	-77.578	-34.918
3.08.01	Corrente	-40.790	-79.409	-22.457
3.08.02	Diferido	13.499	1.831	-12.461
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	137.713	269.446	158.733
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	137.713	269.446	158.733
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	137.602	269.377	158.751
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	111	69	-18
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	2,2278	4,3612	3,0723
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	2,2278	4,3612	3,0723

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	137.713	269.446	158.733
4.02	Outros Resultados Abrangentes	12.962	0	12.485
4.02.01	Ganho/ (perda) líquido na atualização do plano de benefício definido	12.962	8.206	12.485
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	150.675	277.652	171.218
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	150.564	277.583	171.236
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	111	69	-18

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	128.451	133.262	88.431
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	201.992	350.336	154.396
6.01.01.01	Lucro antes do IRPJ e CSLL	165.003	347.024	193.651
6.01.01.03	Depreciação, amortização e exaustão	22.222	16.421	20.438
6.01.01.04	Resultado na baixa de ativos imobilizados e intangíveis	1.981	2.529	-2.784
6.01.01.05	Perda em créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber	2.406	446	512
6.01.01.06	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-1.592	-10.408	3.316
6.01.01.08	Encargos financeiros, variação monetária e cambial	11.642	3.441	3.679
6.01.01.13	Perda estimada para redução ao valor realizável líquido dos estoques	95	-7.007	-3.078
6.01.01.14	Perda estimada para redução ao valor recuperável dos ativos	0	-2.191	-71.629
6.01.01.16	Provisão para benefício pós-emprego	-474	-2.067	9.983
6.01.01.17	Provisão para desmobilização da mina	709	2.148	308
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-73.541	-217.074	-65.965
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-52.410	-62.801	-31.889
6.01.02.03	Estoques	8.549	-104.791	34.529
6.01.02.04	Impostos a recuperar	10.820	-16.421	-59.583
6.01.02.05	Depósitos judiciais	-1.869	1.702	-592
6.01.02.06	Disponível para venda	3.822	104.494	0
6.01.02.07	Outros ativos	-4.927	-7.756	-11.276
6.01.02.08	Fornecedores	7.012	-10.156	1.106
6.01.02.10	Obrigações fiscais a recolher	-16.749	-8.669	3.569
6.01.02.11	Obrigações sociais e trabalhistas	-859	7.550	3.363
6.01.02.12	Outros passivos	30.257	-46.923	23.825
6.01.02.13	Juros pagos	0	0	-502
6.01.02.14	Imposto de renda e contribuição social pagos	-57.187	-73.303	-20.739
6.01.02.16	Benefício pós-emprego	0	0	-7.204
6.01.02.19	Pagamento de contingências	0	0	-572
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-228.280	-55.743	-11.444
6.02.03	Adições ao imobilizado e intangível	-90.428	-55.743	-11.444

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.02.05	Aquisição de investimento/Aporte de capital	-137.852	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-6.566	60.170	-5.170
6.03.01	Captação de empréstimos e financiamentos	109.119	1.594	48.556
6.03.02	Amortização de empréstimos e financiamentos	-68.204	-33.802	-99.162
6.03.04	Pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio	-44.214	-14.892	0
6.03.05	Aumento de capital	0	110.000	46.570
6.03.08	Operações com Arrendamento	-3.267	-2.730	-1.134
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-106.395	137.689	71.817
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	218.864	81.175	9.358
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	112.469	218.864	81.175

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	438.082	-174	145.786	0	-20.449	563.245	110	563.355
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	438.082	-174	145.786	0	-20.449	563.245	110	563.355
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	11.166	-48.787	12.962	-24.659	-111	-24.770
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-37.621	0	-37.621	0	0
5.04.08	Subvenção para investimentos	0	0	11.166	-11.166	0	0	-111	-37.732
5.04.09	Ganho na atualização do plano de benefício definido	0	0	0	0	12.962	12.962	0	12.962
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	137.602	0	137.602	111	137.713
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	137.602	0	137.602	111	137.713
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	88.815	-88.815	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	88.815	-88.815	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	438.082	-174	245.767	0	-7.487	676.188	110	676.298

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	385.537	-174	20.601	-162.409	-28.655	214.900	111	215.011
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	385.537	-174	20.601	-162.409	-28.655	214.900	111	215.011
5.04	Transações de Capital com os Sócios	52.545	0	0	18.217	0	70.762	-70	70.692
5.04.01	Aumentos de Capital	110.000	0	0	0	0	110.000	0	110.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-24.320	0	-24.320	-70	-24.390
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-14.918	0	-14.918	0	-14.918
5.04.08	Diminuição de Capital com absorção de prejuízo acumulado	-57.455	0	0	57.455	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	269.377	8.206	277.583	69	277.652
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	269.377	0	269.377	69	269.446
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	8.206	8.206	0	8.206
5.05.02.08	Perda na atualização do plano de benefício definido	0	0	0	0	8.206	8.206	0	8.206
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	125.185	-125.185	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	75.944	-75.944	0	0	0	0
5.06.04	Subvenção para investimentos	0	0	49.241	-49.241	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	438.082	-174	145.786	0	-20.449	563.245	110	563.355

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	338.967	-174	19.437	-319.912	-41.140	-2.822	44	-2.778
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	338.967	-174	19.437	-319.912	-41.140	-2.822	44	-2.778
5.04	Transações de Capital com os Sócios	46.570	0	1.164	-1.248	12.485	58.971	85	59.056
5.04.01	Aumentos de Capital	46.570	0	0	0	0	46.570	0	46.570
5.04.08	Subvenção para investimentos	0	0	1.248	-1.248	0	0	0	0
5.04.09	Ganho na atualização do plano de benefício definido	0	0	0	0	12.485	12.485	0	12.485
5.04.10	Ganho/perda no investimento após aumento de capital em controladas	0	0	-85	0	0	-85	85	0
5.04.11	Dividendos prescritos	0	0	1	0	0	1	0	1
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	158.751	0	158.751	-18	158.733
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	158.751	0	158.751	-18	158.733
5.07	Saldos Finais	385.537	-174	20.601	-162.409	-28.655	214.900	111	215.011

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.01	Receitas	1.454.523	1.386.059	865.696
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.443.665	1.393.132	860.368
7.01.02	Outras Receitas	13.264	-6.627	5.840
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-2.406	-446	-512
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-977.833	-621.154	-401.552
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-797.597	-417.278	-288.757
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-179.171	-208.875	-181.546
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	47	5.645	70.332
7.02.04	Outros	-1.112	-646	-1.581
7.03	Valor Adicionado Bruto	476.690	764.905	464.144
7.04	Retenções	-22.222	-16.421	-19.277
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-22.222	-16.421	-19.277
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	454.468	748.484	444.867
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	71.436	77.047	46.278
7.06.02	Receitas Financeiras	70.090	38.721	43.850
7.06.03	Outros	1.346	38.326	2.428
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	525.904	825.531	491.145
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	525.904	825.531	491.145
7.08.01	Pessoal	178.013	153.469	118.175
7.08.01.01	Remuneração Direta	119.004	103.481	75.217
7.08.01.02	Benefícios	50.716	43.168	37.695
7.08.01.03	F.G.T.S.	8.293	6.820	5.263
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	96.524	344.064	165.816
7.08.02.01	Federais	84.206	224.207	86.648
7.08.02.02	Estaduais	8.586	116.792	76.121
7.08.02.03	Municipais	3.732	3.065	3.047
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	113.654	58.536	48.403
7.08.03.01	Juros	81.690	37.346	38.813
7.08.03.02	Aluguéis	31.964	21.190	9.590

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	137.713	269.462	158.751
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	37.622	14.918	0
7.08.04.02	Dividendos	0	24.320	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	99.980	230.155	158.769
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	111	69	-18

Sumário

Aviso aos Acionistas	2
Mensagem do Presidente do Conselho de Administração	2
Mensagem da Administração	4
Desempenho Operacional.....	6
Desempenho Financeiro Consolidado	10
Mercado de Capitais.....	16
Socioambiental (ESG).....	17
Eventos subsequentes.....	19
Auditores independentes	21
Declaração da Diretoria	21

Aviso aos Acionistas

A Administração da Eternit S.A. – Em Recuperação Judicial (“Eternit” ou “Companhia”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas da Eternit, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes e parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. As informações operacionais e financeiras da Companhia, exceto quando indicado ao contrário são apresentadas em milhares de reais, com base em números consolidados, elaboradas de acordo com as normas contábeis brasileiras, notadamente a Lei n. 6.404/76 e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

Prezados stakeholders do Grupo Eternit,

Completando nove anos como membro do Conselho de Administração da Companhia, sendo os últimos seis como seu presidente, entendi que minha missão estava cumprida e que poderia “passar o bastão”.

Portanto, essa mensagem não poderia ser destinada somente aos nossos acionistas (que por tantos anos nos confiaram seus votos e que, com muita responsabilidade, buscamos corresponder), mas também aos colaboradores do Grupo Eternit, nossos fornecedores, clientes e demais partes relacionadas.



O ano de 2017 foi marcado pelo início de uma grande virada para a Companhia. Desejando resgatá-la de uma condição de acomodação e resultados muito insatisfatórios, iniciamos seu turnaround com a substituição do CEO, que tinha a missão de renovar toda a diretoria.

E as coisas iam tão bem que, por um pequeno momento, a decisão do Supremo Tribunal Federal em relação ao banimento da utilização da nossa principal matéria prima na produção das telhas de fibrocimento parecia que poderia ser superada sem reações drásticas e imediatas, como as que fizemos aprovando em dezembro de 2017 os estudos para um processo de recuperação judicial, que teve início em março de 2018 e se estendeu até o final de 2021.

Apesar de não termos mais pendências relevantes relacionadas às obrigações que fizeram parte do Plano de Recuperação Judicial, devidamente aprovado em Assembleia de Credores, o qual cumprimos na sua integralidade nos quatro anos seguintes, ainda segue pendente a apreciação de um recurso no Superior Tribunal de Justiça.

Além dessa entrega, uma grande dedicação de todos na renovação de todo o parque industrial de fibrocimento, destino dos maiores investimentos em CAPEX, que deixam nossas fábricas em

alto nível de excelência operacional. Além do crescimento orgânico, fomos capazes de crescer de forma inorgânica através da aquisição da empresa Confibra, quando passamos a produzir telhas de fibrocimento também no Estado de São Paulo.

Finalmente, além do grande potencial da indústria da construção civil no Brasil, um país de dimensões continentais e em desenvolvimento, mercado mais propício para nosso novo produto Tégula Solar, telhas fotovoltaicas de concreto, disponível para comercialização a partir de janeiro de 2023. Nosso sonho de 2019 tornou-se realidade e eu me sinto particularmente realizado por ter feito parte desse projeto.

A geração distribuída é um caminho natural para um País como o Brasil, de clima predominantemente subtropical e com um dos melhores potenciais de insolação no mundo. A abertura do mercado livre para a baixa tensão e a mini e micro geração distribuída propiciará grandes oportunidades no novo negócio de geração de energia solar, principalmente para o produto "Eternit Solar", telhas fotovoltaicas de fibrocimento, com previsão de comercialização ainda em 2023.

E o processo de sucessão do PCA foi tratado da melhor maneira possível, no seio do Conselho de Administração e ouvindo alguns acionistas da Companhia, onde conseguimos chegar a um nome que acredito atenderá ao melhor interesse da Companhia, e também ao mercado. Assim, o Conselho de Administração indicou o Sr. Fausto de Andrade Ribeiro, que recém deixou a Presidência do Banco do Brasil, um profissional reconhecido e experiente, que terá todo o apoio dos seus pares e do management para seguir liderando estrategicamente a Eternit para o sucesso.

Finalmente, o meu agradecimento aos demais membros do Board e à Diretoria pela profícua convivência.

Atenciosamente,

Marcelo Gasparino da Silva

Presidente do Conselho de Administração

marcelo@gaspa.com.br

Mensagem da Administração

O exercício de 2022 foi marcado pelo recuo de 7% no faturamento da indústria de materiais de construção, de acordo com a Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção – ABRAMAT, fruto de um cenário de elevação no endividamento das famílias, reduzindo ainda mais a renda disponível em função do maior comprometimento com gastos com alimentação.

A Eternit demonstrou resiliência no seu desempenho nesse cenário desafiador, registrando um crescimento de 6% no seu Faturamento Líquido frente a 2021. O EBITDA Recorrente totalizou R\$ 186 milhões, resultando uma margem EBITDA Recorrente de 16%. Da mesma forma, foi auferido um Lucro Líquido de R\$ 138 milhões

Em linha com a estratégia da Companhia de crescimento e consolidação setorial, em agosto de 2022, foi concluído o processo de aquisição da Confibra pelo montante de R\$ 110 milhões, recurso obtido, por meio da captação realizada através de aumento de capital, mediante emissão de ações para subscrição privada. A aquisição da Confibra representa um adicional de capacidade mensal de 13 mil t de telhas de fibrocimento.

Ao longo de 2022, o projeto *greenfield* da unidade de telhas de fibrocimento em Caucaia-CE obteve junto ao Governo do Estado do Ceará os benefícios fiscais do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará – CDI no âmbito do Programa de FDI/PROVIN. O projeto encontra-se em implantação, tendo sido concluída a etapa de terraplenagem, iniciada as obras de infraestrutura (civil, elétrica e hidráulica) e comprometido 35% do orçamento de máquinas e equipamentos. A nova unidade industrial terá capacidade inicial de 6,5 mil toneladas por mês e a conclusão da construção da fábrica está prevista para o segundo semestre de 2023.

Dando continuidade ao programa de modernização do parque industrial de fibrocimento, a Companhia concluiu as ampliações das unidades do Rio de Janeiro e de Goiânia, que juntas representam um adicional de produção de cerca de 7 mil t/mês.

Em relação a ampliação da unidade de PP em Manaus, responsável pela produção da fibra sintética de polipropileno, as atividades do projeto de desgargalamento estão dentro do cronograma, sendo que os equipamentos já foram adquiridos e os serviços de instalação em fase de contratação. A ampliação da capacidade desta unidade representará uma adicional de cerca de 40% da capacidade atual, volume destinado ao abastecimento da Confibra e do projeto *greenfield* do Ceará. A conclusão da ampliação da fábrica de Manaus está prevista para o final de 2023.

Dando continuidade ao programa de desenvolvimento da tecnologia das telhas solares, a Companhia obteve a concessão de nova Patente de Invenção (“Célula Fotovoltaica Encapsulada”), promoveu o lançamento de quatro novos modelos de telhas solares de concreto durante a feira Intersolar South America e realizou a instalação do primeiro projeto piloto de telha fotovoltaica de fibrocimento F-140, em um galpão de confinamento de bovino no Estado do Mato Grosso do Sul. Em 2022, foram comercializadas cerca de 200 kWp das telhas solares de concreto, produto que cumpriu as etapas de desenvolvimento e encontra-se liberado para vendas sem restrição.

No fechamento de 2022, a dívida concursal da Eternit totalizou cerca de R\$ 39 milhões, dos quais cerca de R\$ 33 milhões se referem ao empréstimo contratado junto ao Banco da Amazônia para implantação da unidade da Eternit em Manaus, responsável pela produção da fibra de polipropileno. Para o encerramento da Recuperação Judicial, a Companhia aguarda o desfecho do julgamento do Recurso Especial interposto perante o STJ, visando o restabelecimento das condições de pagamento dos credores trabalhistas previstas no Plano de Recuperação Judicial aprovado em assembleia geral de credores.

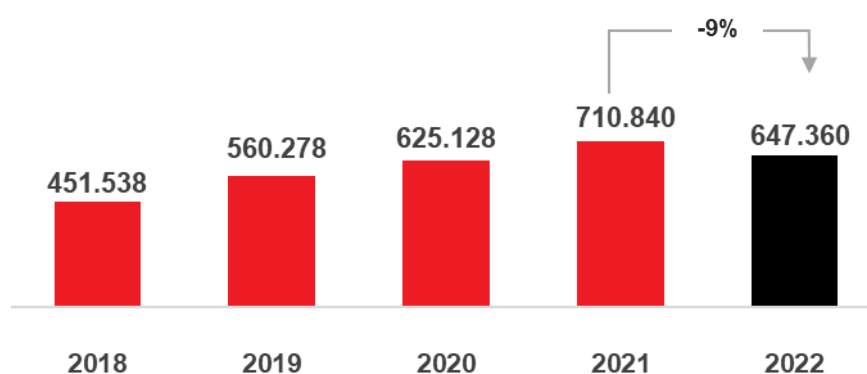
Finalmente, a Companhia aprovou uma política de dividendos e JCP que estabelece declarações trimestrais, com pagamentos semestrais. Dessa forma, durante o ano de 2022, a Eternit declarou cerca de R\$ 38 milhões em JCP, referentes aos resultados auferidos neste exercício, representando a remuneração bruta de R\$ 0,61/por ação.

Desempenho Operacional

| Eternit – Segmento Fibrocimento

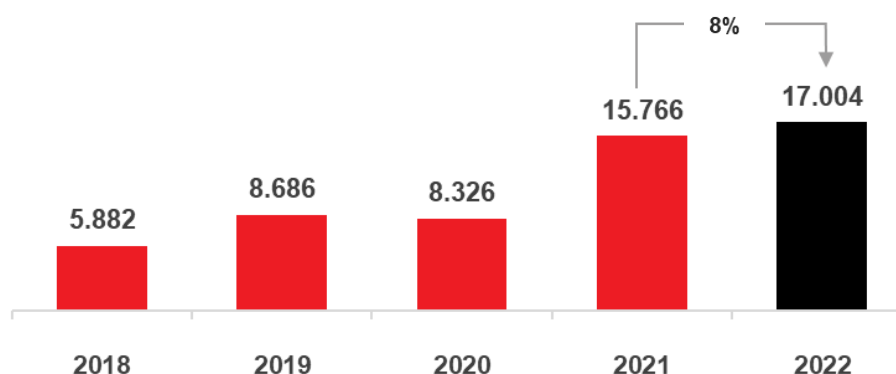
Em 2022, o volume vendido de telhas de fibrocimento somou aproximadamente 647 mil toneladas, já contempladas as vendas da Confibra no período de agosto a dezembro (57 mil t), registrando um recuo de 9% quando comparado com 2021, ano de desempenho recorde na indústria de materiais de construção.

Vendas Telha de Fibrocimento (t)



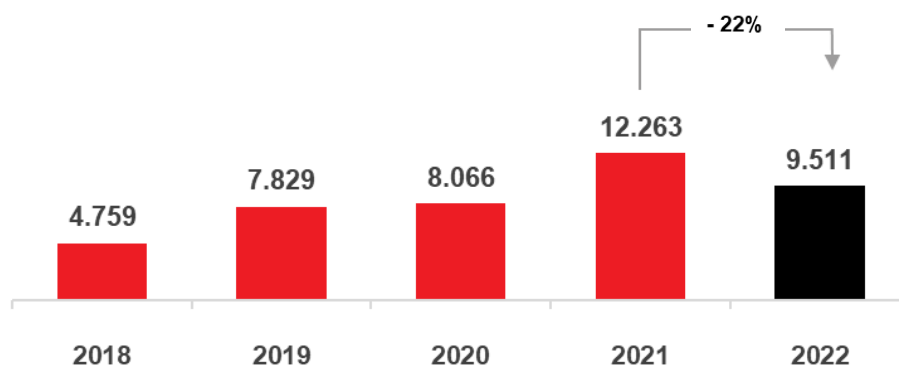
O segmento de sistemas construtivos, que abrange placas e painéis cimentícios, registrou em 2022 o crescimento nas vendas de 8%, totalizando cerca de 17 mil toneladas.

Vendas de Sistemas Construtivos (t)



Produzida em Manaus, a fibra de polipropileno (PP) é uma matéria-prima utilizada na fabricação de telhas de fibrocimento e sistemas construtivos, sendo a demanda cativa a sua principal destinação. Ao longo de 2022, foram produzidas cerca de 9,5 mil toneladas, recuo de 22% em comparação com o ano de 2021, reflexo da queda no volume de vendas de telhas de fibrocimento, que desacelerou principalmente no 2S22.

Produção de Fibra de PP (t)



Em 2022, a Margem Bruta do segmento de fibrocimento alcançou 25%, queda de 14 *p.p.* em relação ao período de 2021, fruto, principalmente, da elevação dos preços das matérias-primas (calcário: +29%; cimento: +28%; celulose: +13% e resina de PP: 18%).

Fibrocimento - R\$ mil	2018	2019	2020	2021	2022	Var. % 2022 x 2021
Receita líquida	355.581	421.681	519.989	837.049	781.140	(6,7)
Lucro bruto	30.939	71.107	143.302	326.099	198.824	(39,0)
Margem bruta	9%	17%	28%	39%	25%	- 14 p.p.

| Sama – Segmento Mineral Crisotila

Em 2022, foram exportadas cerca de 194 mil toneladas de fibra crisotila, aumento de 23% frente a 2021, reflexo da elevação da demanda pelo produto da SAMA em virtude do conflito na Ucrânia.

Toda produção da fibra crisotila é destinada ao mercado externo, atividade amparada na Lei do Estado de Goiás nº 20.514, de 16/07/2019.



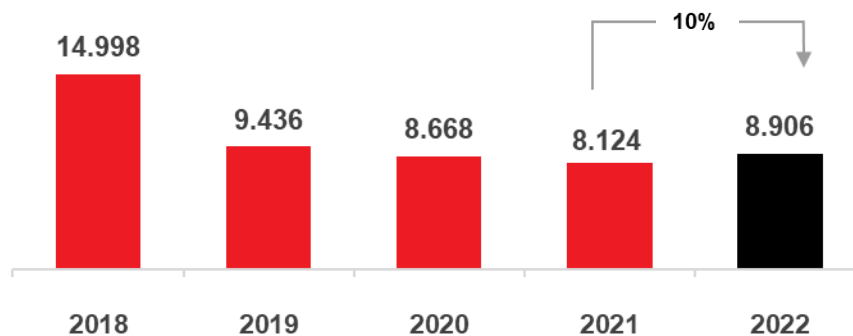
Em 2022, a Margem Bruta das exportações da fibra crisotila atingiu 48%, recuo de 14 *p.p.* em relação ao ano de 2021, apesar da elevação de 13% no preço médio de venda. A queda na margem bruta do segmento se deve, principalmente, à apreciação do Real frente ao dólar, ao aumento dos custos logísticos dos modais rodoviário e marítimo e à elevação do custo de combustíveis da operação.

Mineral Crisotila - R\$ mil	2018	2019	2020	2021	2022	Var. % 2022 x 2021
Receita líquida	155.830	26.306	133.698	268.738	373.160	38,9
Lucro bruto	76.514	507	94.566	165.649	178.391	7,7
<i>Margem bruta</i>	49%	2%	71%	62%	48%	- 14 <i>p.p.</i>

| Tégula – Segmento Telhas de Concreto

Em 2022, o volume vendido de telhas de concreto foi de cerca de 8,9 milhões de peças, superior em 10% quando comparado com o ano de 2021.

Vendas Telhas de Concreto (mil peças)



A Margem Bruta auferida em 2022 foi de 11%, queda de 7 p.p quando comparado com 2021, consequência do aumento de custos das matérias-primas, em especial cimento (+35%) e areia (+26%).

Telhas Concreto - R\$ mil	2018	2019	2020	2021	2022	Var. % 2022 x 2021
Receita líquida	24.689	16.104	15.315	16.719	21.725	29,9
Lucro bruto	4.896	1.315	1.317	3.000	2.425	(19,2)
<i>Margem bruta</i>	20%	8%	9%	18%	11%	- 7 p.p.

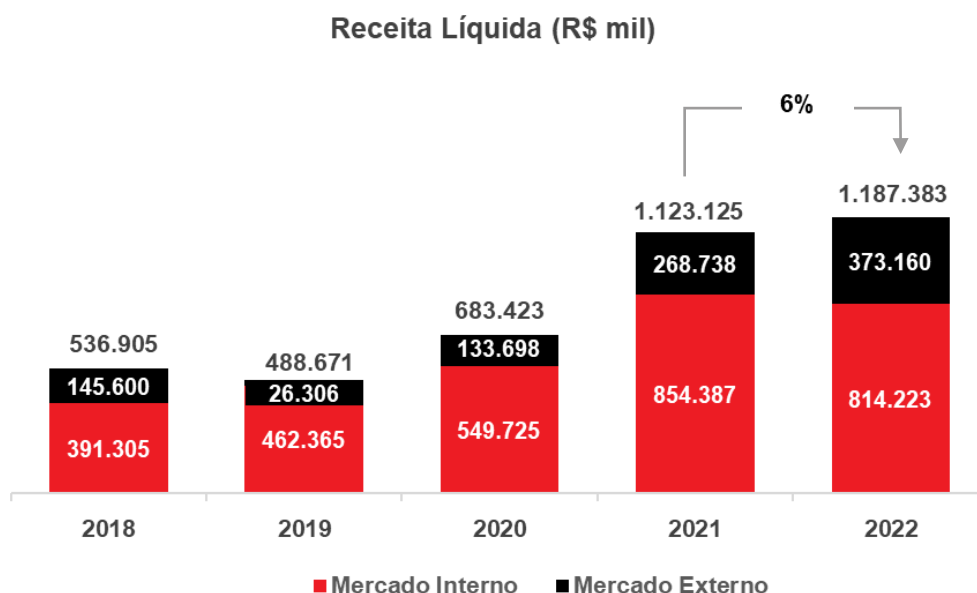
Desempenho Financeiro Consolidado

| Receita Líquida

Em 2022, a Receita Líquida totalizou cerca de R\$ 1,2 bilhão, crescimento de 6% em relação ao ano de 2021, sendo o mercado interno responsável por 69% do total da receita auferida.

Em relação ao mercado interno, a Receita Líquida em 2022 totalizou cerca de R\$ 814 milhões, recuo de 5% frente ao mesmo período de 2021, reflexo da queda no volume de vendas de fibrocimento decorrente da desaceleração do setor de materiais de construção.

No mercado externo, as exportações da fibra do crisotila, totalizaram cerca de R\$ 373 milhões em 2022, crescimento de 39% em relação ao período de 2021, reflexo do realinhamento dos preços de exportação e do crescimento no volume de vendas.



| Custo dos Produtos e Mercadorias Vendidos

Em 2022, o CPV totalizou R\$ 815 milhões, aumento de 29% em relação ao ano de 2021. Esse aumento se deve principalmente a: (i) a forte elevação dos preços das matérias-primas e demais insumos de produção no segmento de fibrocimento (calcário: +29%; cimento: +28%; resina PP: +18%; e celulose: +13%); (ii) inflação sobre materiais e serviços utilizados nas manutenções das fábricas; e (iii) forte alta no preço dos combustíveis.

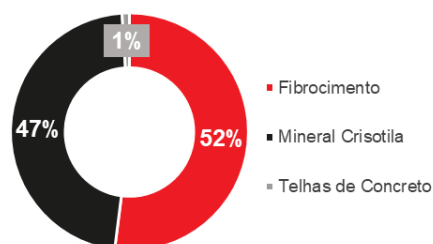
Consolidado - R\$ mil	2018	2019	2020	2021	2022	Var. % 2022 x 2021
Receita líquida	536.905	488.671	683.423	1.123.125	1.187.383	5,7
Custo dos produtos e mercadorias vendidos	(432.786)	(420.101)	(456.079)	(632.075)	(815.442)	29,0
Lucro bruto	104.119	68.570	227.344	491.050	371.941	(24,3)
<i>Margem bruta</i>	19%	14%	33%	44%	31%	- 13 p.p.

| Lucro Bruto

Em 2022, a Companhia registrou um Lucro Bruto de R\$ 372 milhões, retração de 25% frente ao desempenho registrado em 2021, com o segmento de fibrocimento representando 52% do resultado.

Em função da alta dos preços das matérias-primas, em especial no segmento de fibrocimento, a Margem Bruta apurada no período foi de 31%, recuo de 13 p.p. quando comparada com 2021.

Lucro Bruto - 2022



| Despesas com vendas

As despesas com vendas totalizaram R\$ 109 milhões em 2022, superior em 15% frente ao ano de 2021. O aumento nas despesas comerciais, se deve, principalmente à incorporação da Confibra a partir de agosto (R\$ 6,5 milhões) e à elevação das despesas variáveis de exportações decorrente do aumento no volume de vendas no segmento do Mineral Crisotila (R\$ 7,5 milhões).

Entretanto, quando as despesas com vendas são analisadas em relação a Receita Líquida, mesmo após a incorporação da Confibra, observa-se que, em 2022, as despesas comerciais mantiveram-se praticamente no mesmo patamar verificado em 2020 e 2021.

Consolidado - R\$ mil	2018	2019	2020	2021	2022	Var. % 2022 x 2021
Receita Líquida	536.905	488.671	683.423	1.123.125	1.187.383	5,7
Despesas com vendas	71.903	50.698	60.499	94.141	108.640	15,4
% da Receita Líquida	13%	10%	9%	8%	9%	1 p.p.

| Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas somaram R\$ 103 milhões em 2022. O crescimento de 6% (+5,8 MM) frente ao ano de 2021 é fruto, principalmente, da incorporação da Confibra a partir de agosto (R\$ 1,1 milhão) e do aumento das despesas com mão de obra e serviços em R\$ 3,7 milhões, decorrente da inflação do período (5,79%).

Consolidado - R\$ mil	2018	2019	2020	2021	2022	Var. % 2022 x 2021
Despesas com vendas	71.903	50.698	60.499	94.141	108.640	15,4
Despesas gerais e administrativas (1)	84.128	69.174	82.320	96.855	102.647	6,0
Outras (receitas) despesas operacionais	38.347	(77.937)	(104.089)	(45.595)	(15.950)	(65,0)
Total das despesas operacionais	194.378	41.935	38.730	145.401	195.337	34,3

(1) Contempla remuneração da Administração

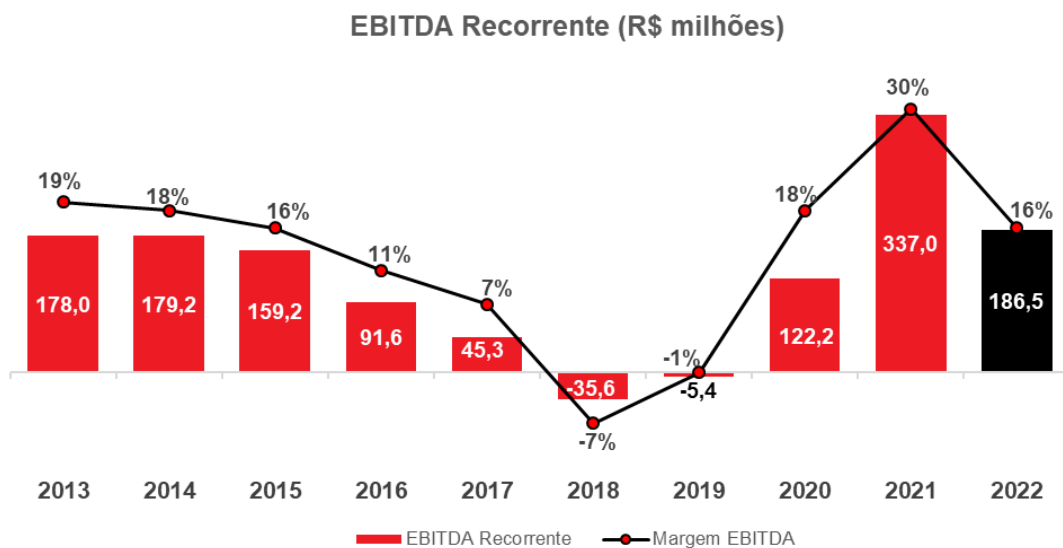
| Outras receitas (despesas) operacionais

As Outras Receitas/(Despesas) Operacionais totalizaram um resultado positivo de R\$ 16 milhões no exercício de 2022, com destaque para a venda de ativo imobilizado não operacional (R\$ 14,5 MM) realizada no 1T22 e pela contabilização de créditos tributários extemporâneos (R\$ 2 milhões).

| EBITDA

Em 2022, o EBITDA Recorrente¹ totalizou R\$ 186 milhões, queda de 45% quando comparado com 2021, ano de desempenho recorde na indústria de materiais de construção.

A Margem EBITDA Recorrente em 2022 atingiu 16%, recuo de 14 p.p frente ao mesmo período do ano anterior.



(1) EBITDA Recorrente é um indicador utilizado pela Administração para analisar o desempenho econômico operacional nos negócios controlados integralmente pela Companhia, excluindo o resultado da equivalência patrimonial, além dos eventos não recorrentes.

Resultado Financeiro

Em 2022, a aplicação da disponibilidade de caixa da Companhia, originada nas captações para investimento, proporcionou uma receita financeira de R\$ 15 milhões, favorecido pela elevação da taxa SELIC.

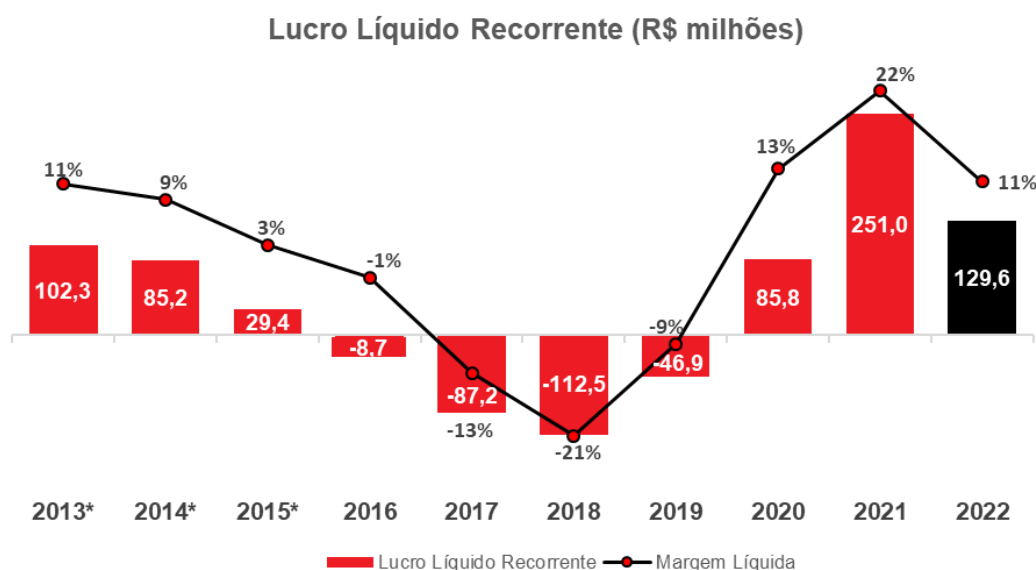
A Companhia contabilizou um resultado financeiro negativo de 12 milhões em 2022, refletindo sobretudo, a variação cambial negativa de R\$ 13 milhões incorrida principalmente no 1T22, decorrente do efeito da apreciação do Real frente ao dólar sobre os recebíveis em moeda estrangeira da Sama. A Companhia passou a contratar hedge a partir de março/22, utilizando a trava cambial como mecanismo de proteção.

Consolidado - R\$ mil	2018	2019	2020	2021	2022	Var. % 2022 x 2021
Receitas financeiras	(459)	(26)	(528)	(9.261)	(14.894)	60,8
Aplicação Financeira	(459)	(26)	(528)	(9.261)	(14.894)	60,8
Despesas Financeiras	5.676	10.501	6.513	4.207	3.935	(6,5)
Juros da Dívida Concursal	-	5.731	4.431	4.207	2.380	(43,4)
Juros de Financiamento	5.676	4.770	2.082	-	1.555	-
Outras	24.203	(18.245)	(11.825)	3.989	9.498	138,1
Líquido de variações cambiais	(1.986)	731	804	(310)	13.061	-
Resultado financeiro líquido	27.434	(7.038)	(5.037)	(1.375)	11.600	-

Lucro (Prejuízo) Líquido

O Lucro Líquido Recorrente¹ em 2022 somou R\$ 130 milhões, recuo de 48% frente ao resultado de 2021.

No decorrer de 2022, o Lucro Líquido totalizou R\$ 138 milhões, queda de 49% frente ao período de 2021.



(1) Lucro Líquido Recorrente desconsidera os eventos não recorrentes.

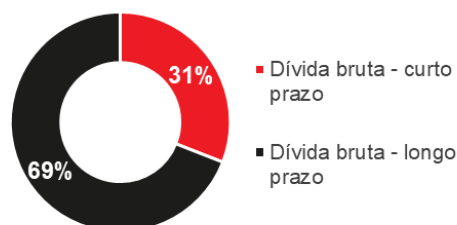
(*) Apresentado apenas o Lucro Líquido do exercício.

| Caixa Líquido e Endividamento

Em 31/12/22, a posição de caixa líquido foi positiva em R\$ 28 milhões, frente a uma posição positiva de R\$ 181 milhões em 2021. Cabe ressaltar que, em julho/22, a Companhia realizou o pagamento da aquisição da empresa Confibra, no valor de R\$ 110 milhões.

O endividamento bruto da Companhia no encerramento do ano totalizou cerca de R\$ 85 milhões, constituído por: (i) desconto de recebíveis de exportação – ACE (R\$ 20 milhões); (ii) FINAME contratado junto ao Banco Daycoval (R\$ 31 milhões); e (iii) empréstimo contratado junto ao Banco da Amazônia para *funding* do investimento na unidade da Eternit da Amazônia (R\$ 34 milhões).

Endividamento Bruto 2022 (%)



Dívida (Caixa) Líquido - R\$ mil	2018	2019	2020	2021	2022	Var. % 2022 x
Dívida bruta - curto prazo	98.824	49.812	-	3.911	26.296	572,4
Dívida bruta - longo prazo	32.101	63.762	66.388	33.485	58.295	74,1
Total da dívida bruta	130.925	113.574	66.388	37.396	84.591	126,2
(-) Disponibilidades	9.181	9.358	81.175	218.864	112.469	(48,6)
Dívida (Caixa) líquido	121.744	104.216	(14.787)	(181.468)	(27.878)	(84,6)

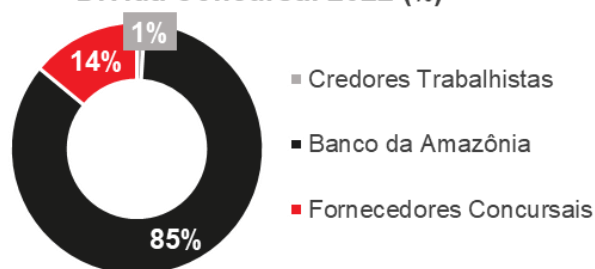
| Recuperação judicial e dívida concursal

O plano de recuperação judicial continua em curso, fazendo parte do projeto de reestruturação do Grupo Eternit, que tem como objetivo o desenvolvimento de uma base operacional sólida para Companhia, através da modernização de suas unidades, inovação e foco na rentabilidade de seus negócios.

Assim, a dívida concursal em 31 de dezembro de 2022 totalizou cerca de R\$ 38 milhões, incluindo a parcela de US\$ 125 mil convertida à taxa de R\$ 5,22: 1 USD, sendo:

- Classe I: R\$ 18 mil relativo a novos créditos trabalhistas habilitados;
- Classe II: R\$ 33,4 milhões, referente exclusivamente ao financiamento da unidade de Manaus contraído junto ao Banco da Amazônia, com amortização mensal e juros pré-fixados de 7% a.a.;
- Classe III e IV: R\$ 4,8 milhões referentes a credores que não se apresentaram para recebimento, não mais incidindo juros sobre o saldo devedor;

Dívida Concursal 2022 (%)



Relatório da Administração 2022

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Classes	Saldo Aprovado no Plano RJ	Haircut	Dação	Novos Créditos Habilitados (Desabilitados)	Juros / Encargos	Pagamentos realizados	Saldo Final
Classe I - Credores Trabalhistas - R\$ mil	6.466	-	-	3.917	-	(10.365)	18
Classe II - Credores com Garantia Real - R\$ mil	36.225	-	-	-	9.435	(12.201)	33.459
Classe III - Credores Quirografários							
Opção A - R\$ mil	107.672	(17.314)	(40.400)	(1.386)	3.429	(48.206)	3.795
Opção A - US\$ mil	953	-	-	(520)	1	(309)	125
Opção B - R\$ mil	84.097	(37.839)	-	-	3.242	(49.500)	-
Opção B - US\$ mil	1.696	(763)	-	-	5	(938)	-
Classe IV - Credores Microempresas - R\$ mil	4.612	-	-	-	71	(3.676)	1.007
Total em R\$ mil	239.072	(55.153)	(40.400)	2.531	16.177	(123.948)	38.279
Total em US\$ mil	2.649	(763)	-	(520)	6	(1.247)	125

Investimentos - CAPEX

Em 2022, os investimentos da Companhia totalizaram R\$ 90 milhões, sendo R\$ 57 milhões destinados a projetos estratégicos (programa de modernização do parque industrial de fibrocimento, projeto *greenfield* em Caucaia-CE, ampliação da unidade de PP em Manaus-AM e telhas fotovoltaicas) e R\$ 33 milhões à continuidade operativa.

Telha Fotovoltaica

- Ao longo de 2022 a Companhia realizou a instalação do primeiro projeto-piloto de telha fotovoltaica de fibrocimento F-140, com uma potência de 25,6kWp, equivalente à geração mensal de 3000kWh. O projeto foi instalado em um galpão de confinamento bovino no estado do Mato Grosso do Sul.
- Durante a Intersolar South America, a Companhia realizou o lançamento de novos modelos de telhas fotovoltaicas de concreto: BIG-F11, versão mais potente da telha BIG (11Wp); BiG-F10C (10Wp), para telhados já existentes com galgas menores; e telha Plana (12Wp e 15Wp).
- Em 2022, a Companhia realizou vendas das telhas solares de concreto, totalizando cerca de 202,4 kWp.



Confinamento Bovino - MS



Feira Intersolar South America

Projeto Ampliação da Unidade de Manaus (PP)

As atividades do projeto de desgargalamento da unidade de Manaus, responsável pela produção da fibra sintética de polipropileno, estão dentro do cronograma, sendo que os equipamentos já foram adquiridos e os serviços de instalação em fase de contratação.

Projeto Greenfield Ceará

O projeto da nova unidade de fibrocimento em Caucaia/CE prossegue com as atividades de implantação. Em 2022 as atividades de terraplenagem foram concluídas e no 4T22 foi iniciada as atividades da construção da infraestrutura (civil, elétrica e hidráulica). Em termos de suprimento, foi comprometido 35% do orçamento de máquinas e equipamentos. A conclusão da construção da fábrica está prevista para o 2S23.



Construção Caucaia-CE (Dez/22)

Aquisição Confibra

No segmento de fibrocimento, a Eternit assumiu o controle da operação da Confibra em agosto/22 e iniciou diversas ações visando a captura das sinergias com as operações do Grupo. A aquisição da Confibra representa um adicional de cerca de 13 mil t/mês na capacidade de produção de telhas de fibrocimento e está em linha com a estratégia de crescimento e consolidação setorial, fortalecendo a posição da Eternit no estado de São Paulo, onde a Confibra possui forte presença.



Integração Confibra (Ago/22)

Modernização do Fibrocimento

Em 2022, a Eternit finalizou o programa de modernização do parque industrial de fibrocimento, com a ampliação das unidades do Rio de Janeiro e de Goiânia, que juntas representam um adicional na capacidade produtiva de cerca de 7 mil toneladas por mês.

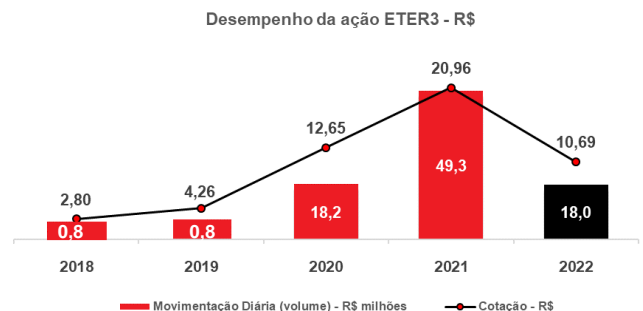
Mercado de Capitais

A Eternit ingressou no Novo Mercado em 2006, nível máximo de governança corporativa da B3, sob o *ticker* ETER3.

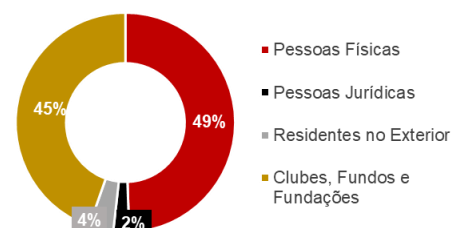
O valor de mercado da Companhia em 31/12/2022 alcançou R\$ 660 milhões, considerando a cotação de fechamento de R\$ 10,69.

Com capital pulverizado, sem acordo de acionistas ou grupo controlador, a base acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2022 contemplou 26.242 acionistas. No encerramento do período, apenas três acionistas detinham mais de 5% de participação no capital social, totalizando aproximadamente 39% do total de ações.

O ano de 2022 apresentou um volume médio diário de R\$ 18 milhões.



Estrutura Acionária 31/12/2022



Socioambiental (ESG)

| Pactos e iniciativas

A Eternit é signatária do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) desde 2007, que atualmente mobiliza mais de 14 mil lideranças corporativas em 160 países.

Desde 2018, a Eternit é associada do Instituto Ethos, cuja missão é mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerirem seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade justa e sustentável.

Em 2021, a Eternit aderiu ao movimento do *World Green Building Council*, organização mundial que direciona a indústria da construção civil em prol da sustentabilidade, buscando o equilíbrio entre desenvolvimento econômico e impactos socioambientais, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e bem-estar das gerações presentes e futuras.

| Capital humano

No final de 2022, a Companhia contava com 1.793 profissionais em sua estrutura, representando um crescimento de 85 novos postos de trabalho, cerca de 5% em relação ao quadro de colaboradores no fechamento de 2021. Adicionalmente, com a aquisição da Confibra, o Grupo teve um incremento de mais 146 postos de trabalho.

A Eternit valoriza o crescimento e o desenvolvimento de seus colaboradores e, há mais de 10 anos, possui os seguintes programas de desenvolvimento: (i) Programa PLACAR, que incentiva, orienta e dá suporte aos colaboradores para que planejem os seus objetivos profissionais, permitindo o aproveitamento interno para as posições abertas no Grupo, abrangendo 100% dos colaboradores da Companhia; e (ii) Programa GoLíder, que desenvolve e capacita a liderança para a gestão de pessoas, abrangendo além da liderança atual, colaboradores com potencial para futuras posições de liderança, preparando-as para as demandas da Companhia.

| Projetos sociais

No decorrer de 2022, a Eternit realizou investimentos de cerca de R\$ 1,6 milhões em projetos de teor cultural, social, esportivo e educacional, com destaque para:

- Agrofloresta – Caucaia/CE: Projeto de educação ambiental que propõe desenvolver sistemas agroflorestais com jovens através de práticas sustentáveis permanentes, buscando a produção de alimento, o aumento da biodiversidade, enriquecimento do solo, trazendo qualidade de vida para as famílias da região.

- Lar do idoso – Minaçu/GO: Disponibilização de recursos para a manutenção básica e realização de procedimentos de cuidados da saúde dos idosos institucionalizados.
- Rede Esporte Treino Social – São Paulo/SP: Qualificar e promover um ecossistema de organizações e profissionais (educadores e gestores) que atuem com o esporte como fator de desenvolvimento humano, por meio da oferta de formação inicial e acompanhamento a essas organizações e profissionais.
- Doação de telhas e alimentos– Bahia/BA e Petrópolis/RJ: Com o período de fortes chuvas, muitas pessoas tiveram suas casas e famílias atingidas. Com objetivo de minorar as perdas destas famílias, a Companhia realizou a doação de 10 mil telhas de fibrocimento e 14 toneladas de alimentos para comunidades situadas no sul da Bahia e em Petrópolis/RJ.
- Campanha de Inverno: a Companhia realizou em agosto de 2022 a "Campanha do Agasalho", visando arrecadar agasalhos, cobertores e alimentos para ajudar pessoas em situação de vulnerabilidade a enfrentar o período de baixas temperaturas. Nessa Campanha, foram arrecadados cerca de 1.500 itens que foram distribuídos para instituições localizadas no entorno das unidades fabris.
- Campanha de Natal: Em dezembro o Grupo realizou a campanha "Coruja Solidária no Natal", onde foram arrecadados mais de 300 itens e distribuídos para lares de idosos.



Rede Esporte Treino Social – São Paulo/SP



Doação de telhas e alimentos– Petrópolis/RJ

| Segurança

A Eternit realiza periodicamente treinamentos para garantir que seus procedimentos, padrões e diretrizes de Saúde, Segurança e Meio-Ambiente - SSMA sejam praticadas por todos dentro da Companhia. No ano de 2022, o Grupo atuou fortemente em indicadores preventivos, sendo: (i) mais de 36.000 horas de treinamentos de SSMA em todo o Grupo; (ii) realização de 1.335 inspeções de SSMA com foco nas condições das instalações e equipamentos e 1.426 observações de atividades, com foco no comportamento seguro de nossos colaboradores e prestadores de serviço; e (iii) 6.174 Comunicados de Risco, sendo que até o final de 2022 cerca de 80% já estavam finalizados, com ações que visaram eliminar ou mitigar as condições de risco relatadas.

| Meio ambiente

A Eternit monitora a geração de resíduos nos seus processos industriais e a destinação dos mesmos para reciclagem e/ou reutilização. Em 2022, a Companhia aumentou a destinação de resíduos para processos de reciclagem e/ou reutilização em cerca de 43% frente a 2021. Dessa forma, reduzindo a destinação de resíduos sólidos para aterros sanitários.

Em relação ao consumo de energia nos processos industriais, fruto da modernização do seu parque industrial de fibrocimento, em 2022, verificou-se uma redução de 3,5% no consumo específico de energia elétrica (kWh/tonelada produzida), em comparação ao ano de 2021.

| Governança corporativa

O Modelo de Governança Corporativa adotado pela Eternit está baseado na transparência no seu relacionamento com todas as partes relacionadas, sendo que as ações da Companhia são listadas no Novo Mercado, o nível máximo de governança da B3.

A estrutura de Governança Corporativa da Eternit é composta pelo Conselho de Administração e seus Comitês, pela Diretoria Estatutária e pela Auditoria Interna, que reporta diretamente ao Conselho de Administração e é responsável pela gestão do Canal de Denúncia.

Eventos subsequentes

Confibra: Ajuste do preço de aquisição

Conforme previsto no contrato de compra e venda de quotas e outras avenças assinado entre os vendedores e a Eternit, a Companhia em 02/01/2023 realizou pagamento no montante de R\$ 25.295 mil referente ao excesso de capital de giro disponível na Confibra em 01/08/2022, data da assunção do controle acionário pela Eternit, superando o valor acordado entre as partes, com excedente de recebíveis, estoque de produtos, estoque de matéria-prima e caixa.

SAMA – Decisão do STF na Ação Civil Pública

Em 23/01/2023, a Companhia tomou conhecimento de decisão do Supremo Tribunal Federal (“STF”) que cassou a decisão de primeira instância proferida na Ação Civil Pública n. 1002022- 72.2021.4.01.3505, em curso na Vara Federal de Uruaçu-GO, e determinou a suspensão do processo até o julgamento de mérito da Ação Direta de Inconstitucionalidade 6200. Assim, a controlada Sama segue com a sua operação amparada na Lei do Estado de Goiás n. 20.514/19, regulamentada pelo Decreto 9.518.

Renúncia do Presidente do Conselho de Administração

Em 02/02/2023, a Companhia tomou conhecimento da Carta de Renúncia do atual Presidente do Conselho de Administração – Sr. Marcelo Gasparino da Silva – quanto a sua posição de Chairman e de membro do Conselho de Administração da Companhia. A Carta relata, ainda, que o Sr. Marcelo permanecerá com suas funções regulares até o dia 21/03/2023, data programada para a realização da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Eternit.

Supremo Tribunal Federal ("STF") muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária

A Administração, em conjunto com os seus assessores jurídicos internos e externos, avaliou os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que, dentre os processos tributários conduzidos pela Companhia, ativos e encerrados, nenhum deles foi afetado pelo recente julgamento dos Temas de Repercussão Geral n. 881 e n. 885 pelo STF.

Renúncia de Conselheiro de Administração

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 14/02/2023, a Administração tomou conhecimento da Carta de Renúncia do Sr. Arlindo Porto Neto quanto a sua posição de membro do Conselho de Administração da Companhia, bem como da sua posição de membro do Comitê de Auditoria não Estatutário. A carta relata, ainda, que o Sr. Arlindo permanecerá com suas funções regulares até o dia 21/03/2023, data programada para a realização da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Eternit.

Audidores independentes

A BDO RCS Auditores Independentes do Brasil ("BDO") foi responsável pela auditoria externa das demonstrações financeiras de 31/12/2022, assim como das informações trimestrais de 30/09/2022, 30/06/2022 e 31/03/2022.

Atendendo ao disposto na Instrução CVM nº 381/03 e à Política de Contratação de Serviços Extra Auditoria dos Auditores Independentes da Eternit, a Companhia informa que durante o exercício de 2022 não foram contratados outros serviços dos seus auditores independentes não relacionados à auditoria externa das suas demonstrações contábeis.

Declaração da Diretoria

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480, a Diretoria declara que reviu, discutiu e concorda com as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes referente às mesmas.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores, acionistas, clientes, fornecedores, parceiros e todos aqueles que contribuíram para as conquistas da Eternit em 2022.

ETERNIT S.A. - Em recuperação judicial

Notas Explicativas

Balancos patrimoniais individuais e consolidados
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021			31/12/2022	31/12/2021		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	3.485	3.370	112.469	218.864	Fornecedores	14	27.769	33.096	65.116	50.201
Contas a receber	4	68.499	68.592	227.705	153.229	Empréstimos e financiamentos	15	2.247	-	26.296	3.911
Estoques	5	114.237	116.112	209.822	185.268	Partes relacionadas	9	48.016	69.703	-	-
Tributos a recuperar	6	26.003	61.139	107.735	126.392	Obrigações com pessoal	16	20.631	22.692	29.480	29.530
Partes relacionadas	9	261.101	316.442	-	-	Dividendos e juros sobre o capital próprio	20.(iv)	17.737	24.346	17.763	24.355
Adiantamento a fornecedores		1.901	3.932	39.427	30.014	Impostos, taxas e contribuições a recolher	17	16.455	24.411	30.722	34.919
Outros ativos circulantes		4.695	3.444	17.149	21.590	Provisão para benefício pós-emprego	32	3.191	3.659	6.947	7.851
		479.921	573.031	714.307	735.357	Obrigações de arrendamento	13	-	-	3.607	6.572
						Outros passivos circulantes	18	60.985	26.290	104.233	51.516
Ativos mantidos para a venda	10	-	-	1.023	4.845			197.031	204.197	284.164	208.855
		479.921	573.031	715.330	740.202						
Não circulante						Não circulante					
Depósitos judiciais		8.480	7.105	12.879	10.500	Empréstimos e financiamentos	15	28.746	-	58.295	33.485
Tributos a recuperar	6	2.695	1.781	37.268	10.629	Partes relacionadas	9	26.722	37.201	-	-
Partes relacionadas	9	2.626	2.005	-	-	Impostos, taxas e contribuições a recolher	17	6.666	12.249	22.377	32.893
Outros ativos não circulantes		140	140	1.595	1.595	Obrigações com pessoal	16	6.385	6.216	6.779	7.007
Investimentos	8	387.951	205.399	-	-	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	19	50.656	53.543	69.914	71.205
Ativo de direito uso	13	-	-	15.920	7.758	Provisão para benefício pós-emprego	32	29.399	36.209	61.241	73.773
Imobilizado	11	164.625	144.313	355.959	240.643	Provisão para desmobilização da mina	33	-	-	9.982	9.273
Intangível	12	281	552	83.316	604	Obrigações de arrendamento	13	-	-	12.340	1.214
		566.798	361.295	506.937	271.729	Provisão para perdas em investimentos	8	24.926	10.282	-	-
						Imposto de renda e contribuição social diferidos	21.(ii)	-	11.184	20.877	10.871
								173.500	166.884	261.805	239.721
						Patrimônio líquido					
						Capital social	20.(i)	438.082	438.082	438.082	438.082
						Reservas de capital		81.093	69.927	81.093	69.927
						Ações em tesouraria	20.(ii)	(174)	(174)	(174)	(174)
						Reservas de lucros		164.674	75.859	164.674	75.859
						Outros resultados abrangentes		(7.487)	(20.449)	(7.487)	(20.449)
						Patrimônio líquido atribuível a acionistas controladores		676.188	563.245	676.188	563.245
						Participação dos acionistas não controladores		-	-	110	110
								676.188	563.245	676.298	563.355
Total do ativo		1.046.719	934.326	1.222.267	1.011.931	Total do passivo e patrimônio líquido		1.046.719	934.326	1.222.267	1.011.931

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

ETERNIT S.A. - Em recuperação judicial**Notas Explicativas**

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais - exceto o lucro líquido por ação)

	explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida	22	717.174	795.431	1.187.383	1.123.125
Custos dos produtos e mercadorias vendidos, e dos serviços prestados	23	(556.799)	(512.711)	(815.442)	(632.075)
Lucro bruto		160.375	282.720	371.941	491.050
Receitas/(despesas) operacionais					
Despesas com vendas	23	(54.963)	(51.934)	(108.640)	(94.141)
Gerais e administrativas	23	(47.914)	(50.290)	(90.050)	(89.080)
Remuneração da administração	23	(11.148)	(6.425)	(12.597)	(7.775)
Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas	24	(8.543)	6.548	15.950	45.595
Resultado da equivalência patrimonial	8	99.288	118.348	-	-
		(23.280)	16.247	(195.337)	(145.401)
Resultado operacional		137.095	298.967	176.604	345.649
Resultado financeiro	25	(8.384)	(2.731)	(11.600)	1.375
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		128.711	296.236	165.004	347.024
Imposto de Renda e Contribuição Social					
Correntes	21.(i)	(2.293)	(27.793)	(40.790)	(79.409)
Diferidos	21.(i)	11.184	934	13.499	1.831
Lucro líquido do exercício		137.602	269.377	137.713	269.446
Atribuível a:					
Acionistas controladores				137.602	269.377
Acionistas não controladores				111	69
Lucro líquido do exercício				137.713	269.446
Lucro líquido por ação					
Básico e diluído (R\$)				2,2278	4,3612

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

ETERNIT S.A. - Em recuperação judicial

Notas Explicativas

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	137.602	269.377	137.713	269.446
Outros resultados abrangentes				
Ganho/(perda) líquido na atualização do plano de benefício definido	6.812	(6.708)	12.962	8.206
Equivalência patrimonial dos resultados abrangentes	6.150	14.914	-	-
Outros resultados abrangentes líquidos de impostos	12.962	8.206	12.962	8.206
Resultado abrangente total do exercício	150.564	277.583	150.675	277.652
Atribuível a:				
Acionistas controladores			150.564	277.583
Acionistas não controladores			111	69
			150.675	277.652

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

ETERNIT S.A. - Em recuperação judicial

Notas Explicativas

Demonstrações Financeiras Padronizadas - Patrimônio líquido individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Capital social	Ações em tesouraria	Reservas de lucros			Prejuízos/Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total controladora	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido	
				Subvenção para investimentos	Reserva Estatutária	Reserva Legal						Retenção de Lucros
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2021		385.537	(174)	20.686	-	-	(85)	(162.409)	(28.655)	214.900	111	215.011
Aumento de capital		110.000	-	-	-	-	-	-	-	110.000	-	110.000
Diminuição de capital com absorção de prejuízo acumulado		(57.455)	-	-	-	-	-	57.455	-	-	-	-
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	-	269.377	-	269.377	69	269.446
Subvenção para investimentos		-	-	49.241	-	-	-	(49.241)	-	-	-	-
Constituição de reservas		-	-	-	8.221	8.221	59.502	(75.944)	-	-	-	-
Perda na atualização do plano de benefício definido		-	-	-	-	-	-	-	8.206	8.206	-	8.206
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	-	-	-	(14.918)	-	(14.918)	-	(14.918)
Dividendos obrigatórios declarados		-	-	-	-	-	-	(12.005)	-	(12.005)	(70)	(12.075)
Dividendos adicionais declarados		-	-	-	-	-	-	(12.315)	-	(12.315)	-	(12.315)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		438.082	(174)	69.927	8.221	8.221	59.417	-	(20.449)	563.245	110	563.355
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2022		438.082	(174)	69.927	8.221	8.221	59.417	-	(20.449)	563.245	110	563.355
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	-	137.602	-	137.602	111	137.713
Subvenção para investimentos		-	-	11.166	-	-	-	(11.166)	-	-	-	-
Constituição de reservas		-	-	-	6.880	6.880	75.055	(88.815)	-	-	-	-
Perda na atualização do plano de benefício definido		-	-	-	-	-	-	-	12.962	12.962	-	12.962
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	-	-	-	(37.621)	-	(37.621)	(111)	(37.732)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		438.082	(174)	81.093	15.101	15.101	134.472	(0)	(7.487)	676.188	110	676.298

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

ETERNIT S.A. - Em recuperação judicial**Notas Explicativas**

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		128.711	296.236	165.003	347.024
Ajustes para conciliar o lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Resultado da equivalência patrimonial	8	(99.288)	(118.348)	-	-
Depreciação e amortização	23	14.283	10.854	22.222	16.421
Resultado na baixa de ativos imobilizados e intangíveis		2.178	-	1.981	2.529
Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber	23	2.036	530	2.406	446
Perda estimada para redução ao valor realizável líquido dos estoques	5	(560)	(1.197)	95	(7.007)
Perda estimada para redução ao valor recuperável		-	-	-	(2.191)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	19	(2.780)	(8.952)	(1.592)	(10.408)
Provisão para benefícios pós-emprego		(466)	(1.800)	(474)	(2.067)
Provisão para desmobilização da mina		-	-	709	2.148
Encargos financeiros, variação monetária e variação cambial		4.588	2.412	11.642	3.441
		48.702	179.735	201.992	350.336
Aumento/(redução) nos ativos operacionais:					
Contas a receber		(1.872)	(17.249)	(52.410)	(62.801)
Partes relacionadas a receber		32.556	(247.394)	-	-
Estoques	5	2.435	(62.779)	8.549	(104.791)
Tributos a recuperar		45.002	17.735	10.820	(16.421)
Depósitos judiciais		(1.482)	1.743	(1.869)	1.702
Disponível para venda		-	796	3.822	104.494
Outros ativos		784	1.075	(4.927)	(7.756)
Aumento/(redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		(5.381)	1.197	7.012	(10.156)
Partes relacionadas a pagar		(13.257)	(10.999)	-	-
Impostos, taxas e contribuições a recolher		(9.710)	(4.447)	(16.749)	(8.669)
Obrigações com pessoal	16	(1.892)	5.932	(859)	7.550
Outros passivos		34.695	(10.683)	30.257	(46.923)
Caixa gerado pelas/ (aplicados nas) nas operações		130.580	(145.338)	185.638	206.565
Imposto de renda e contribuição social pagos		(16.902)	(26.213)	(57.187)	(73.303)
Caixa líquido gerado pelas/ (aplicado nas) operações		113.678	(171.551)	128.451	133.262
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Mútuo com empresas ligadas a receber		-	1.335	-	-
Dividendos Declarados a receber		81.893	-	-	-
Adições ao ativo imobilizado e intangível	11 e 12	(36.577)	(43.662)	(90.428)	(55.743)
Aquisição de controlada líquido do caixa na combinação de negócio		-	-	(137.852)	-
Adições aos investimentos		(144.363)	-	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(99.047)	(42.327)	(228.280)	(55.743)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de empréstimos e financiamentos	15	29.997	569	109.119	1.594
Amortização de empréstimos e financiamentos	15	(282)	(9.896)	(68.204)	(33.802)
Dividendos e JCP a pagar		(44.231)	112.430	(44.214)	(14.892)
Aumento do Capital Social		-	110.000	-	110.000
Operações com arrendamento		-	-	(3.267)	(2.730)
Caixa líquido gerados/ (aplicados) nas atividades de financiamento		(14.516)	213.103	(6.566)	60.170
(Redução)/aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa		115	(775)	(106.395)	137.689
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3	3.370	4.145	218.864	81.175
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3	3.485	3.370	112.469	218.864
(Redução)/aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa		115	(775)	(106.395)	137.689

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

ETERNIT S.A. - Em recuperação judicial**Notas Explicativas**

Demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas					
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	22	934.676	1.043.810	1.443.665	1.393.132
Outras receitas		(5.151)	(2.323)	13.264	(6.627)
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber	23	(2.036)	(530)	(2.406)	(446)
		927.489	1.040.957	1.454.523	1.386.059
Insumos adquiridos de terceiros					
Custos dos produtos e mercadorias vendidos e dos serviços prestados		(496.111)	(331.508)	(797.597)	(417.278)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(158.055)	(156.845)	(179.171)	(208.875)
Perda estimada por não recuperabilidade de ativos e provisão para reestruturação		-	-	47	5.645
Outros descontos, abatimentos e doações		(940)	(637)	(1.112)	(646)
		(655.106)	(488.990)	(977.833)	(621.154)
Valor adicionado bruto		272.383	551.967	476.690	764.905
Depreciação, amortização e exaustão	23	(14.283)	(10.854)	(22.222)	(16.421)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia		258.100	541.113	454.468	748.484
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado da equivalência patrimonial	8	99.288	118.348	-	-
Receitas financeiras		2.271	4.273	70.090	38.721
Outras		(649)	10.645	1.346	38.326
		100.910	133.266	71.436	77.047
Valor adicionado total a distribuir		359.010	674.379	525.904	825.531
Pessoal:					
Remuneração direta		68.055	66.450	119.004	103.481
Benefícios		30.852	27.469	50.716	43.168
FGTS		5.069	4.781	8.293	6.820
		103.976	98.700	178.013	153.469
Impostos, taxas e contribuições:					
Federais		53.529	162.947	84.206	224.207
Estaduais		38.903	124.644	8.586	116.792
Municipais		3.241	2.151	3.732	3.065
		95.673	289.742	96.524	344.064
Remuneração de capital de terceiros:					
Juros		10.655	7.004	81.690	37.346
Aluguéis		11.104	9.556	31.964	21.190
		21.759	16.560	113.654	58.536
Remuneração de capitais próprios:					
Juros sobre o capital próprio		37.622	14.918	37.622	14.918
Dividendos		-	24.320	-	24.320
Lucros retidos do exercício		99.980	230.139	99.980	230.155
Participação dos não controladores nos lucros retidos		-	-	111	69
		137.602	269.377	137.713	269.462
		359.010	674.379	525.904	825.531

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas Explicativas S.A.**(Em recuperação judicial)****Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021****(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)****1. Contexto operacional**

A Eternit S.A. - Em recuperação judicial (“Companhia” ou “Eternit”) com sede na cidade de São Paulo-SP é uma sociedade anônima de capital aberto com ações listadas no Novo Mercado, negociadas sob o *ticker* ETER3 na B3 S.A - Brasil Bolsa Balcão (“B3”).

Reconhecida no mercado brasileiro como “a marca da coruja”, a Eternit é líder de mercado na comercialização de telhas e sistemas construtivos de fibrocimento.

Atualmente, a Eternit possui sete parques industriais, uma mineradora e uma unidade de demonstração de telhas fotovoltaicas, localizadas nas cidades de Colombo-PR, Atibaia-SP, Hortolândia-SP, Rio de Janeiro-RJ, Goiânia-GO, Minaçu-GO, Simões Filho-BA e Manaus-AM.

A Companhia e suas controladas denominadas (“Grupo”) têm como principal objeto social a industrialização e a comercialização de produtos para os segmentos de coberturas (telhas de fibrocimento e telhas de concreto) e de soluções construtivas (placas cimentícias e painel wall), bem como outros materiais de construção e respectivos acessórios.

Com capital pulverizado, sem acordo de acionistas ou grupo controlador, a Companhia tem como acionistas pessoas físicas e jurídicas, clubes de investimento, fundos de investimento e fundações.

As demonstrações consolidadas do Grupo incluem as informações contábeis da Eternit S.A. e as de suas controladas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, conforme descrito a seguir:

Controlada	Participação (%)	Tipo de Controle	Localização/ Sede	Atividade principal
Sama S.A. Minerações Associadas	100	Direto	Minaçu/GO	Mineração, exploração e beneficiamento da fibra crisotila.
Tégula S.A.	100	Direto	Atibaia/SP	Industrialização e comercialização de telhas de concreto e acessórios. Operação descontinuada em 2019.
Precon Goiás Industrial Ltda.	100	Direto	Anápolis/GO	
Prel Empreendimentos e Participações Ltda.	100	Direto	São Paulo/SP	Participação em empresas industriais e comerciais.
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda.	100	Direto	Manaus/AM	Industrialização e comercialização de fibras sintéticas de polipropileno utilizadas em materiais de construção.
Confibra Indústria e Comércio Ltda	100	Direto	Hortolândia/SP	Fabricação de artefatos de fibrocimento para uso na construção. (a partir de 01/08/2022)
Atena Consultoria e Participações Ltda.	100	Indireto	São Paulo/SP	Gestão do patrimônio e administração dos investimentos do grupo.
Cordoba Consultoria e Participações Ltda.	100	Indireto	São Paulo/SP	Gestão do patrimônio e administração dos investimentos do grupo.
Engedis Distribuição Ltda.	100	Indireto	Minaçu/GO	Não possui atividade econômica.
Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A. “CSC”	100	Direto	Caucaia/CE	Operação de louças descontinuada em 2020. A partir de 2022 com centro de distribuição de telhas de fibrocimento.
Tégula Solar S/A.	100	Indireto	Atibaia/SP	Fabricação de geradores de corrente contínua e alternada, bem como peças e acessórios.

Notas Explicativas S.A.
(Em recuperação judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Os principais produtos industrializados e comercializados pelo Grupo, assim como informações por segmento, estão descritos na Nota Explicativa nº 26.

1.1. Recuperação judicial

A Companhia, juntamente com suas controladas, ajuizou um pedido de recuperação judicial em 19 de março de 2018, perante a Comarca da Capital do Estado de São Paulo, nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei nº 11.101/05.

A decisão de ajuizamento foi aprovada pelos acionistas da Companhia e pelo Conselho de Administração em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de abril de 2018, e deferida pelo Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo em 16 de abril de 2018, cuja decisão foi publicada em 03 de maio de 2018.

A versão final do Plano de Recuperação Judicial (“Plano”) foi apresentada em 25 de abril de 2019, a qual foi aprovada em Assembleia Geral de Credores em 29 de maio de 2019.

O Plano foi homologado pelo Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo/SP em 30 de maio de 2019, sendo a decisão publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 11 de junho de 2019, data em que se iniciam os prazos para cumprimento do respectivo plano que contempla quatro classes, à saber:

A Classe I de credores contempla os titulares de créditos trabalhistas, cujos pagamentos foram divididos em três categorias:

- (i) Créditos trabalhistas de natureza estritamente salarial até o limite de cinco salários-mínimos com prazo de pagamento em 30 dias após a homologação do plano;
- (ii) Demais valores até o limite de R\$ 250 mil serão pagos integralmente em até 12 meses;
- (iii) Saldo excedendo R\$ 250 mil serão quitados com novas ações emitidas pela Companhia, ou no caso de exercício do direito de preferência pelos acionistas, com os recursos obtidos com o aumento de capital.

Notas Explicativas S.A.
(Em recuperação judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Após a homologação do plano, alguns credores trabalhistas interpuseram agravo de instrumento contra a decisão de homologação em razão da forma de pagamento prevista (pagamento linear até o montante de R\$ 250 mil e o saldo remanescente acima de R\$ 250 mil após pagamento linear por meio de emissão de ações decorrente do aumento do capital da Eternit).

Em função de uma decisão desfavorável proferida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), o Grupo opôs embargos de declaração a fim de questionar a decisão, já que esse entendimento é contrário ao entendimento atual do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao Enunciado XIII do próprio TJSP.

Os embargos foram julgados e rejeitados pelo TJSP, levando a Companhia a ingressar com recurso especial no STJ. Paralelamente, o juiz autorizou o pagamento dos créditos trabalhistas com os recursos obtidos no aumento de capital aos credores da Classe I, então depositados em juízo.

Todavia, alguns credores da Classe I com valores acima de R\$ 250 mil foram pagos em dinheiro nos termos do acórdão do TJSP (Agravo de Instrumento nº 2140739-28.2019.8.26.0000), com o objetivo de manter as obrigações concursais em dia, sem quaisquer alegações de descumprimento do Plano de Recuperação Judicial. De todo modo, a Companhia ressalva todos os seus direitos e pretensões levadas ao STJ, no bojo do Recurso Especial nº 1899316/SP, ora em fase de julgamento de agravo interno.

Assim, o pagamento de tais credores trabalhistas não significa qualquer tipo de renúncia com relação às pretensões levadas ao STJ. Fato é que a Companhia se mantém confiante de que o entendimento do TJSP será reformado pela turma julgadora do STJ, permitindo-se o cumprimento do Plano conforme as condições atinentes à Classe I que foram aprovadas pelos credores, condições estas que são economicamente viáveis e compatíveis com a sua estrutura financeira e de geração de caixa.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo da Classe I totalizou R\$ 18.

A Classe II de credores contempla apenas um credor com garantia real, cujo pagamento teve carência de 12 meses a contar da data de homologação do plano e com a incidência de juros de 7% a.a. Os pagamentos serão realizados em 126 parcelas mensais. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2022, o saldo da Classe II totalizou R\$ 33.459.

Notas Explicativas S.A.
(Em recuperação judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

A Classe III é composta pelos credores quirografários que receberão o pagamento inicial de R\$ 3 mil, limitado ao valor do crédito, em até 180 dias a contar da data de homologação. O pagamento do saldo restante considera duas opções de recebimento a critério do credor:

- (i) **Opção A:** limitado a R\$ 50 milhões por credor, com a possibilidade de recebimento por meio de dação de imóvel em processo competitivo, com consequente quitação do seu crédito, integral ou parcial, incorrendo em deságio de 30% sobre o montante ofertado (imóvel utilizado em dação). Os saldos remanescentes após a dação terão seus créditos quitados através da Tranche A e da Parcela A. A primeira corresponde a 15% do saldo e será remunerada à taxa de 1% a.a. e correção monetária de 100% do CDI. O pagamento será efetuado em 28 parcelas trimestrais iguais e consecutivas, a primeira vencendo em 21 meses a contar da data de homologação. A Parcela A, representa 85% do saldo e será corrigida por 100% do CDI, sendo paga em parcela única no 102º mês a contar da data de homologação, podendo ser antecipada com recursos líquidos oriundos da alienação dos ativos imobiliários elencados no Plano (Quadro 5-A);
- (ii) **Opção B:** pagamento com a aplicação de 45% de deságio sobre os créditos quirografários limitado, após o deságio, a R\$ 50 milhões, pago através da Tranche B e da Parcela B. A primeira, representa 27% do saldo após deságio e será remunerada à taxa de 1% a.a. e correção monetária de 100% do CDI. O pagamento será efetuado em 28 parcelas trimestrais iguais e consecutivas, a primeira vencendo em 21 meses a contar da data de homologação. A Parcela B correspondendo a 73% do saldo, será corrigida por 100% do CDI, sendo paga numa parcela única no 102º mês a partir da data de homologação, podendo ser antecipada com recursos líquidos oriundos da alienação de ativos elencados no plano (Quadro 5-B). Como meio de aceleração do pagamento será procedida a alienação do ativo imobilizado da UPI Louças Sanitárias (CSC).

Os valores de cada credor quirografário que superarem o limite de R\$ 50 milhões, conforme descrito nas Opções A e B, serão pagos por meio de debêntures emitidas pela Controladora, com carência de 102 meses e vencimento “bullet” em 120 meses após o término da carência e o saldo corrigido pela Taxa Referencial (“TR”). Após o exercício da opção pelos credores, não houve credor individual com créditos superiores a R\$ 50 milhões.

Notas Explicativas S.A.
(Em recuperação judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Com a liquidação dos credores das Opções A e B incorrida em 2021, decorrente da alienação do ativo imobilizado de Louças Sanitárias (CSC), em 31 de dezembro de 2022, o saldo da Classe III totalizou R\$ 3.794 e US\$ 125, sendo a maior parte composta de credores concursais que não forneceram dados bancários e ou não se apresentaram para recebimento na data do pagamento. Assim, o saldo desta classe não está sendo mais corrigida.

A Classe IV é composta por microempresas e empresas de pequeno porte que receberão o pagamento inicial no montante de até R\$ 2 mil por credor, em parcela única e limitada ao seu crédito, vencendo em até 180 dias a contar da data de homologação. O saldo remanescente, limitado ao montante de R\$ 250 mil, será pago em até 18 meses a partir da data de homologação com a correção de 100% do CDI. Todavia, os pagamentos aos credores concursais da Classe IV foram concluídos, de forma antecipada.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo da Classe IV totalizou R\$ 1.007 reflexo de credores concursais que não forneceram dados bancários e ou não se apresentaram para recebimento na data do pagamento. Assim, o saldo desta classe não está sendo mais corrigida.

O quadro abaixo demonstra a posição atualizada dos credores em 31 de dezembro de 2022. Desde a homologação do plano, foram realizados pagamentos nos montantes de R\$ 123.948 e US\$ 1.247, destes um valor correspondente a R\$ 40.400 na forma de dação de imóveis da controlada Prel Empreendimentos e Participações Ltda. De acordo com a opção exercida pelos credores, foram aplicados os descontos previstos no Programa de Recuperação Judicial nos montantes de R\$ 55.153 e de US\$ 763.

Notas Explicativas S.A.

(Em recuperação judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

<u>Classes</u>	<u>Saldo</u> <u>Aprovado</u> <u>no Plano RJ</u>	<u>Haircut</u>	<u>Dação</u>	<u>Novos Créditos</u> <u>Habilitados</u> <u>(Desabilitados)</u>	<u>Juros/</u> <u>Encargos</u>	<u>Pagtos.</u> <u>Realizados</u>	<u>Saldo</u> <u>Final</u>
Classe I - Credores Trabalhistas	6.466	-	-	3.917	-	(10.365)	18
Classe II - Credores com Garantia Real	36.225	-	-	-	9.435	(12.201)	33.459
Classe III - Credores Quirografários:							
Opção A - R\$	107.672	(17.314)	(40.400)	(1.386)	3.429	(48.206)	3.795
Opção A - US\$	953	-	-	(520)	1	(309)	125
Opção B - R\$	84.097	(37.839)	-	-	3.242	(49.500)	-
Opção B - US\$	1.696	(763)	-	-	5	(938)	-
Classe IV - Credores Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	4.612	-	-	-	71	(3.676)	1.007
Total - R\$	239.072	(55.153)	(40.400)	2.531	16.177	(123.948)	38.279
Total - US\$	2.649	(763)	-	(520)	6	(1.247)	125

Notas Explicativas S.A.
(Em recuperação judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

A dívida concursal em 31 de dezembro de 2022 totalizou R\$ 38.279 e US\$ 125 em moeda estrangeira, equivalente a R\$ 653 mil (R\$ 5,2177: 1 US\$), tendo 86% de sua dívida concursal atrelada ao Banco da Amazônia (Classe II), com amortização mensal e juros pré-fixados de 7% a.a.

A íntegra do Plano de Recuperação Judicial aprovado e a ata da Assembleia Geral de Credores foram disponibilizadas no website da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e no de Relações com Investidores da Companhia (ri.eternit.com.br).

1.2. Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando e está convencida de que apesar das questões advindas da recuperação judicial e da questão jurídica do mineral crisotila no Brasil possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Assim, estas informações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

a) Recuperação judicial

A recuperação judicial continua em curso e faz parte da reestruturação da Companhia e de suas controladas, tendo como objetivo a preparação de uma base sólida para os próximos anos através de modernização de suas unidades fabris, inovação e foco na rentabilidade de seus negócios, além do efeito de proteção contra as ações judiciais e possíveis execuções que possam recair sobre a Companhia.

Assim, para o encerramento da Recuperação Judicial, a Companhia aguarda o desfecho definitivo da discussão mantida perante ao Superior Tribunal de Justiça (“STJ”), encontrando-se pendente de julgamento, no momento, o agravo interno interposto pela Companhia para que a questão seja analisada por toda a turma julgadora, pleiteando-se, que sejam restabelecidas as condições de pagamento dos credores trabalhistas previstas no Plano de Recuperação Judicial aprovado em Assembleia Geral de Credores, as quais foram homologadas em 30 de maio de 2022 pelo Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judicial da Comarca da Capital de São Paulo.

b) A questão jurídica do mineral crisotila no Brasil

A atividade de exploração e utilização da crisotila é regulamentada pela Lei Federal nº 9.055/95, Decreto nº 2.350/97 e normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego. Também está prevista na Convenção 162 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Notas Explicativas S.A.
(Em recuperação judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

A referida Lei foi objeto da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4.066 propostas pela ANAMATRA e pela ANPT perante o Supremo Tribunal Federal (STF). Ela foi julgada em 24 de agosto de 2017, onde cinco votos foram declarados pela procedência da ação e consequente inconstitucionalidade da Lei Federal e quatro votos pela sua improcedência e constitucionalidade.

De acordo com o artigo 97 da Constituição Federal, a inconstitucionalidade de uma lei pressupõe voto de ao menos seis dos onze ministros, o que não ocorreu. Dessa forma, a Lei nº 9.055 não foi considerada inconstitucional.

Posteriormente foram julgadas pelo STF as ADIs nº 3.406 e nº 3.470 propostas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) contra a Lei Estadual do Rio de Janeiro que versam sobre a legalidade do uso da crisotila naquele Estado.

No julgamento, foi declarada por maioria de votos a improcedência das referidas ADIs, o que resultou na constitucionalidade da Lei Estadual do Rio de Janeiro. Além disso, foi declarada incidentalmente a inconstitucionalidade do artigo 2º da Lei Federal, com efeito “erga omnes”, ou seja, atingindo todo o território nacional.

Em função da publicação desta decisão, no início de dezembro de 2017 o Grupo suspendeu as atividades de suas controladas SAMA (mineradora) e Precon (fabricante de telhas de fibrocimento com utilização da fibra mineral). As demais unidades de produção de telhas de fibrocimento seguiram operando normalmente através da utilização da fibra sintética de polipropileno produzida na unidade de Manaus.

Entretanto, a autora das ADIs nº 3.406 e nº 3.470 - (CNTI) solicitou à relatora delas a suspensão do efeito “erga omnes” até a publicação do acórdão, o que foi acolhido, permanecendo apenas a proibição nos Estados que proibem a matéria-prima.

Diante da decisão acima, a Companhia retomou as atividades das controladas Sama e Precon até a publicação do acórdão e fluência do prazo para oposição dos embargos de declaração, nos termos do referido despacho.

Conforme Fato Relevante divulgado ao mercado em 10 de janeiro de 2019, o Grupo deixou de utilizar a crisotila como matéria-prima na fabricação de telhas de fibrocimento. Atualmente, a produção de telhas se dá exclusivamente com a utilização de fibras sintéticas de polipropileno produzidas em sua unidade de Manaus.

Notas Explicativas S.A.
(Em recuperação judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Nesse contexto, a controlada Sama interrompeu a comercialização da fibra mineral de crisotila no mercado nacional direcionando sua produção exclusivamente para o mercado externo.

Em Fato Relevante divulgado ao mercado em 31 de maio de 2019, o Grupo se viu obrigado a hibernar os ativos da sua controlada Sama. A decisão de hiberná-los se deu pela não apreciação pelo Superior Tribunal Federal (“STF”) do pedido de efeito suspensivo requerido naquele processo até apreciação do mérito dos embargos de declaração opostos em 08 de fevereiro de 2019. Nos embargos, foi requerida a modulação para o encerramento das atividades de mineração, período no qual a Sama continuaria, exclusivamente, como exportadora da fibra de crisotila.

Ao longo de 2020, a Eternit informou ao mercado que a controlada Sama havia retomado suas atividades, destinando sua produção exclusivamente ao mercado externo, amparada na Lei do Estado de Goiás nº 20.514, regulamentada pelo Decreto nº 9.518.

Dessa forma, a Companhia aguarda a decisão do STF quanto à Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pela Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho contra Lei nº 20.514 do Estado de Goiás (ADI nº 6.200).

Em relação à controlada Precon, fabricante de telhas de fibrocimento com utilização de crisotila em seu processo produtivo, teve a sua unidade descontinuada em função da proibição do uso da crisotila na fabricação de telhas no território nacional. Assim, a Administração da Companhia decidiu pela desmobilização da fábrica e transferência dos equipamentos para as unidades da Eternit em Goiânia-GO e Colombo-PR, visando aumento na capacidade produtiva destas unidades.

c) Coronavírus

Os efeitos da Covid-19 não causaram impactos significativos nas suas operações e nem no valor justo dos ativos e passivos da Companhia até o momento.

2. Base para preparação, apresentação das demonstrações contábeis e principais políticas contábeis

Ao elaborar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração utilizou critérios de divulgação baseados em regulamentos, relevância das transações e mudanças observadas na posição patrimonial, econômica e financeira, bem como desempenho da Companhia e de suas controladas.

Notas Explicativas S.A.

(Em recuperação judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

2.1. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações

Durante o exercício de 2022 foi emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) a revisão das referidas normas abaixo, já vigentes no exercício de 2022:

Pronunciamento	Alteração / Aprimoramento
Alteração ao IAS 16/CPC 27 Ativo Imobilizado	A alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício.
Alteração ao IAS 37/CPC25 Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.
Alteração ao IFRS 3/CPC 15 Combinação de Negócios	Substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018.
IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros	Esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros.
IFRS 16/CPC 06 - Arrendamentos	Alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionado a melhorias no imóvel arrendado.
IFRS 1/CPC 37 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros	Simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.
IAS 41/CP 29 - Ativos Biológicos	Remoção da exigência de excluir das estimativas de fluxos de caixa os tributos (IR/CS) ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS.

As alterações foram avaliadas e adotadas pela Administração da Companhia, não havendo efeitos em suas demonstrações contábeis quanto à sua aplicação.

Adicionalmente, o IASB trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entraram em vigência somente em 1º de janeiro de 2023 com a convergência dos pronunciamentos emitidos pelo CPC, sendo:

Notas Explicativas S.A.
(Em recuperação judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

<u>Pronunciamento</u>	<u>Alteração</u>	<u>Vigência</u>
IAS 1 Presentation of Financial Statements/ IFRS - Practice Statements	Divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las.	a partir de 1º de janeiro de 2023
IAS 1 Presentation of Financial Statements/ IFRS - Practice Statements	Para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações contábeis, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial.	a partir de 1º de janeiro de 2024
IAS 8 - Accounting Policies, Changes In Accounting Estimates And Errors	Esclarecimentos à distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros.	a partir de 1º de janeiro de 2023
IFRS 17 - Insurance Contracts	Esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023.	a partir de 1º de janeiro de 2023
IAS 12 - Tributos Sobre o Lucro	Requer que as entidades reconheçam os impostos diferidos sobre as transações de arrendamentos, obrigações de descomissionamento e restauração.	a partir de 1º de janeiro de 2023
IFRS 4 - Insurance Contracts	Extensão das isenções temporárias da aplicação da IFRS 9 para seguradoras. Esclarece aspectos referentes a contratos de seguro e a isenção temporária de aplicação da norma IFRS 9 para seguradoras	a partir de 1º de janeiro de 2023
IFRS 16 - Leases	Responsabilidade em um retroarrendamento.	a partir de 1º de janeiro de 2023

A Administração da Companhia está avaliando os impactos práticos que tais itens possam ter em suas demonstrações financeiras, na medida em que os normativos estiverem regulamentados pela CVM.

2.2. Declaração de conformidade e base para preparação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas e estão apresentadas de acordo com os padrões internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting Standards- "IFRS"*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board ("IASB")*, implementados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

Notas Explicativas S.A.
(Em recuperação judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - “Demonstração do Valor Adicionado”.

As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Todavia, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

2.3. Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito a seguir:

- (i) O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos;
- (ii) As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

2.4. Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as informações contábeis da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de definir as políticas financeiras e operacionais e de indicar e destituir a maioria dos membros da Diretoria e do Conselho de Administração de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

A Administração da Eternit, baseada nos estatutos, controla as empresas listadas na Nota Explicativa nº 1 e, portanto, realiza a consolidação integral dessas entidades.

A participação dos acionistas não controladores nas empresas consolidadas é destacada nas demonstrações do resultado consolidado e das mutações do patrimônio líquido.

Nas demonstrações contábeis individuais da Companhia, o resultado das controladas é reconhecido através do método de equivalência patrimonial.

Entre os principais ajustes de consolidação estão as seguintes eliminações:

Notas Explicativas S.A.
(Em recuperação judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

- (i) Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as empresas controladora e controladas, de forma que as demonstrações contábeis consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros;
- (ii) Participações no capital e lucro líquido (prejuízo) do exercício das empresas controladas.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora. Todos os saldos e transações entre as empresas controladas foram eliminados integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas. As transações entre a Companhia e as empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição até a data da efetiva alienação, conforme aplicável.

2.5. Aprovação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração e ratificadas pelo Conselho Fiscal da Companhia em 14 de fevereiro de 2023.

2.6. Principais práticas contábeis

Na aplicação das principais práticas contábeis do Grupo, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas são continuamente avaliadas e estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

2.6.1 Política contábil geral

a) Provisões

Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um valor separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

Notas Explicativas S.A.
(Em recuperação judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

b) Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações contábeis de cada empresa do Grupo, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação.

No final de cada exercício de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício.

Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

c) Dividendos e Juros sobre o capital próprio

O estatuto social assegura um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido de cada exercício, deduzido da constituição das reservas legal de 5% limitada a 20% do capital social e dos incentivos fiscais, conforme a lei das sociedades anônimas.

Adicionalmente, a Companhia, poderá constituir, mediante proposta do Conselho de Administração, reservas de 5% limitada a 10% do capital social, além das reservas para contingências e orçamento de capital. Após tais destinações, havendo ainda saldo remanescente, este será integralmente destinado ao pagamento de dividendos aos acionistas. Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido e são imputados ao dividendo mínimo obrigatório conforme legislação vigente.

As demais políticas contábeis estão apresentadas individualmente em suas respectivas rubricas a seguir.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil

Os saldos apresentados de caixa e equivalentes de caixa consistem em valores de liquidez imediata, com o propósito de honrar compromissos no curto prazo, rapidamente conversíveis em dinheiro, e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

Notas Explicativas S.A.
(Em recuperação judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

As aplicações financeiras, são representadas por investimentos temporários que serão mantidos até as suas datas de vencimento, com conversibilidade em caixa em mais de 90 dias da data da aplicação, e estão registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas das demonstrações contábeis, que não excedem o valor de mercado ou de realização.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	3.485	3.370	36.852	6.071
Aplicações financeiras (i)	-	-	75.617	212.793
	3.485	3.370	112.469	218.864

- (i) Em 31 de dezembro de 2022, aplicações financeiras automáticas e em CDBs (Certificados de Depósito Bancário) possuem liquidez imediata. As aplicações automáticas foram remuneradas pela taxa de 5,27% a.a. (0,16% a.a. em 31 de dezembro de 2021), já as aplicações em CDB foram remuneradas pela taxa média de 103,39% do CDI.

4. Contas a receber

Política contábil

São registradas pelo valor faturado ajustado ao valor presente, quando aplicável, deduzidas das Perdas Esperadas com Créditos de Liquidação Duvidosa ("PECLD"). As contas a receber no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das demonstrações contábeis.

O montante de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa foi estimado com base na análise de risco dos créditos, que contempla histórico de perdas, percentual de inadimplência médio, situação individual dos clientes, situação do grupo econômico ao qual pertencem. As garantias reais para os débitos e a avaliação dos assessores jurídicos, também é considerada suficiente pela Administração da Eternit para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Mercado interno	70.888	69.242	98.024	74.061
Mercado externo (i) e (ii)	-	-	132.565	80.347
	70.888	69.242	230.589	154.408
Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	(2.389)	(650)	(2.884)	(1.179)
	68.499	68.592	227.705	153.229

- (i) Exportações da fibra de crisotila, amparada pela lei do estado de Goiás nº 20.514, de julho de 2019 e regulamentada pelo Decreto nº 9.518 de setembro de 2019.

Notas Explicativas S.A.
(Em recuperação judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

- (ii) Possui a contratação de instrumento financeiro não derivativo (Trava de Câmbio), que tem como objetivo, garantir a liquidação financeira das contas a receber preservando a taxa de câmbio da data do embarque da mercadoria.

Composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
A vencer				
Até 1 ano	62.924	64.830	189.809	140.344
Valores vencidos				
Até 90 dias	4.784	3.063	35.346	11.198
Entre 91 e 180 dias	727	322	2.733	1.305
Entre 181 e 360 dias	1.116	401	1.194	524
Acima de 360 dias	1.337	626	1.507	1.037
	70.888	69.242	230.589	154.408
Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa				
	(2.389)	(650)	(2.884)	(1.179)
	68.499	68.592	227.705	153.229

Movimentação das Perdas Esperadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) sobre as contas a receber:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldos iniciais	(650)	(4.486)	(1.179)	(9.423)
Adições	(2.883)	(1.613)	(4.202)	(2.430)
Reversões	847	1.083	1.796	1.984
Baixa definitiva (i)	297	4.366	701	8.690
Saldos finais	(2.389)	(650)	(2.884)	(1.179)

- (i) Baixas realizadas de clientes com valores acima de R\$ 15 mil, sem expectativa de recebimento.

Em 31 de dezembro de 2022, R\$19.205 do contas a receber do mercado externo estava atrelado a operações financeiras de duplicatas descontadas do produto ACE (Adiantamento sobre Cambiais Entregues) junto ao Banco Safra.

5. Estoques

Política contábil

São demonstrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Os custos são compostos pelos custos diretos de materiais e, se aplicável, pelos custos diretos de mão de obra e pelos custos gerais incorridos para trazê-los as suas localizações e condições existentes. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio.

Notas Explicativas S.A.
(Em recuperação judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

O valor realizável líquido corresponde: ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido dos custos estimados para conclusão e custos necessários para a comercialização, venda e distribuição dos estoques.

A perda estimada para redução ao valor realizável líquido considera: a provisão para a realização dos itens de estoque cujo preço de venda estimado é abaixo do custo de produção, e também para aqueles itens de giro lento e que poderão se tornar obsoletos.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Produtos acabados	47.409	50.135	94.655	80.629
Produtos semiacabados	22.256	24.923	26.773	30.101
Mercadorias para revenda	1.598	1.297	5.017	3.674
Matérias-primas	29.962	30.411	57.554	51.325
Materiais auxiliares	18.008	14.902	38.630	32.251
(-) Perda para redução ao valor realizável líquido	(4.996)	(5.556)	(12.807)	(12.712)
	114.237	116.112	209.822	185.268

A movimentação da perda para redução ao valor realizável líquido dos estoques está assim representada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldos iniciais	(5.556)	(6.753)	(12.712)	(19.719)
Adições	(1.554)	(3.504)	(6.788)	(5.644)
Reversões	2.114	4.701	6.693	12.651
Saldos finais	(4.996)	(5.556)	(12.807)	(12.712)

6. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS(i)	3.143	1.680	36.977	25.560
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	10	124	2.282	2.947
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ (iv)	15.035	6.456	25.530	11.396
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	4.577	1.352	8.106	2.797
Incentivos Fiscais (iii)	4.642	-	4.745	-
Tributos sobre importações	189	-	1.242	-
Programa de integração social - PIS (ii)	-	7.691	10.088	13.448
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS (ii)	-	35.422	43.163	55.999
Imposto sobre produtos industrializados - IPI	-	-	3.464	3.031
Instituto nacional do seguro social- INSS	107	-	169	-
Outros	995	10.195	9.237	21.843
	28.698	62.920	145.003	137.021
Circulante	26.003	61.139	107.735	126.392
Não circulante	2.695	1.781	37.268	10.629

Notas Explicativas S.A.

(Em recuperação judicial)

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)**

- (i) Do montante registrado na rubrica, R\$ 30.515 refere-se à créditos gerados na controlada Sama com operação totalmente dedicada ao mercado externo. A compensação do crédito poderá ser realizada de acordo com as possibilidades previstas na IN 715/2005 do Estado de Goiás;
- (ii) Por meio de um mandado de segurança, o Grupo obteve trânsito em julgado favorável, que permitiu a exclusão do ICMS sobre a base de cálculo do PIS e da COFINS. Tal decisão consentiu o direito ao Grupo de reconhecer em 2020 o valor de R\$ 58.432 dos referidos tributos em outras receitas operacionais através do Despacho Decisório no 721/2020 emitido pela Receita Federal do Brasil em 16 de julho de 2020. O pedido de habilitação foi homologado pela RFB, dessa forma, os valores estão sendo compensados através de declaração de compensação. Montante utilizado até 31 de dezembro de 2022 na controladora R\$ 50.912 e nas controladas R\$ 2.260. No consolidado foi utilizado o montante de R\$ 53.172;
- (iii) Contempla Subvenção Governamental de ICMS originado pelo programa de incentivos fiscais “Produzir”;
- (iv) Em julgamento finalizado em 24 de setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal (“STF”), em sede de repercussão geral, decidiu pela inconstitucionalidade da incidência do IRPJ e CSLL sobre os valores de juros de mora referentes à taxa SELIC recebidos em razão de repetição de indébito tributários. Apesar de o acórdão da decisão citada ainda estar pendente de publicação, bem como o processo específico da Companhia ainda pender de julgamento, com base na sua melhor estimativa até a presente data a Companhia reavaliou o julgamento sobre esta ação judicial, conforme requerido pelo ICPC22/IFRIC23 registrou crédito no valor de R\$ 8 milhões. Após o trânsito em julgado da ação judicial da Companhia, os referidos montantes serão considerados nas apurações fiscais, observadas as normas da RFB.

7. Combinação de negócios**Confibra Indústria e Comércio Ltda (Confibra)****Aquisição**

Em 29 de julho de 2022, conforme divulgado em Fato Relevante, foi concluída à aquisição de 100% (cem por cento) das quotas das ações representativas do capital social da Confibra Indústria e Comércio Ltda. (“Confibra”), empresa com atuação no mercado de telhas de fibrocimento desde 1973.

O objetivo da aquisição está em linha com a estratégia da Companhia de crescimento e consolidação setorial, o que representará um adicional de cerca de 20% na capacidade de produção de telhas de fibrocimento da Eternit. Além do aumento da capacidade produtiva, à aquisição, proporcionará ganhos de sinergia, aumento da escala de produção da Companhia e ocupação da unidade da Eternit da Amazônia, que passará a fornecer fibra de polipropileno para a Confibra.

O preço de aquisição da totalidade das quotas da Confibra e do terreno onde a unidade está instalada é de R\$ 110.000 (cento e dez milhões de reais), pagos pela Companhia em uma única parcela à vista em 29 de julho de 2022.

Notas Explicativas S.A.
(Em recuperação judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

O pagamento de um preço adicional (“earn out”) de até R\$ 10.000 (valor justo em 29 de julho de 2022 - R\$ 9.068) está vinculado ao atingimento de determinadas metas financeiras e operacionais, tendo o seu montante corrigido pela variação do IPCA/IBGE até a data do seu vencimento, previsto para abril de 2023.

Com base na revisão prévia realizada pela Companhia a estimativa é de cumprimento das metas, portanto a parcela adicional *earn out* foi acrescida ao preço de compra no momento inicial. Dessa forma, o preço total de compra é de R\$ 119.068.

Em 19 de dezembro de 2022, a Compradora notificou os Vendedores, para lhes informar que o valor do Ajuste de Preço, calculado nos termos do Contrato e do 1º Aditamento, corresponde a um saldo positivo para os Vendedores no montante de R\$ 25.295 decorrente do capital de giro.

O valor correspondente ao ajuste de preço decorrente do capital de giro foi alocado como ágio e será revisitado dentro do período de 12 meses de acordo com a norma contábil e do Pronunciamento Técnico (CPC15).

Dessa forma, o preço total de compra após o ajuste do capital de giro totalizou R\$ 144.363.

Descrição	Valor
Preço de aquisição	135.295
Valor justo da parcela contingente (<i>earn out</i>)	9.068
(-) parcela paga à vista	(110.000)
Valor do 1º aditamento do SPA	25.295
Saldo a pagar em 2023	34.363
Circulante	34.363
Não Circulante	-

Valor justo dos ativos e passivos identificados

Foi elaborado na data de 31 de setembro de 2022 estudo preparado por especialista independente de acordo com o requerido no CPC 15 / IFRS 3 - Combinação de Negócios para a avaliação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos e segregação do ágio, utilizando as demonstrações contábeis da época da aquisição para a alocação do preço de compra, o qual demonstramos a seguir:

Notas Explicativas S.A.

(Em recuperação judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Ativos	Valor
Caixa e equivalentes de caixa	381
Contas a receber de clientes	25.184
Imposto a recuperar	2.424
Estoque	34.779
Despesas antecipadas	42
Depósitos compulsórios/judiciais	778
IR/CS diferidos	51
Imobilizado	50.026
Ativos Intangíveis - Softwares	43
Ativos Intangíveis oriundos de alocação (PPA)	29.034
Total dos ativos adquiridos	142.742
Passivos	
Fornecedores	5.247
Obrigações fiscais	1.948
Obrigações sociais	581
Adiantamentos de clientes	2.501
Provisões	19.191
Contingências	569
IR/CS Diferido	23.556
Outros passivos	765
Total dos passivos assumidos	54.358
Total dos ativos líquidos (valor justo)	88.384
Ágio gerado na transação (com efeito IR/CS diferidos)	55.979
Total da contraprestação	144.363

Para fins de consolidação e aplicando a norma de combinação de negócios (IFRS 3/CPC 15), as alocações da contraprestação paga em ativos intangíveis, tangíveis e o ágio (goodwill) devem ser alocados. O ágio gerado considera os benefícios das sinergias esperadas, crescimento das receitas, aumento da quantidade de instalações e mão de obra especializada. Esses benefícios não são reconhecidos separadamente do ágio porque não atendem aos critérios de reconhecimento de ativos intangíveis identificáveis de acordo com o CPC 04 (R1) - Intangíveis. Referido ágio tem vida útil indefinida e é testado anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao seu valor recuperável, que, caso ocorram, são mensuradas comparando o saldo contábil com seu valor recuperável e reconhecidas diretamente no resultado do exercício.

O investimento da aquisição da Confibra nas demonstrações contábeis da controladora em 31 de dezembro de 2022 está composto da seguinte forma:

	31/12/2022
Investimento	42.657
Ágio (com efeito IR/CS diferidos)	55.979
Mais valia	45.727
Total	144.363

Notas Explicativas S.A.
(Em recuperação judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Dessa forma, as alocações da contraprestação paga ocorreram da seguinte forma:

	<u>Valor alocado</u>	<u>Vida útil</u>
Mais-valia de ativo imobilizado	38.668	36 anos para edificações
Mais valia de estoques	1.581	1 mês e 26 dias
Mais valia de Clientes/Contrato	29.034	5 anos e 5 meses
Ágio (com efeito IR/CS diferidos)	55.979	Indefinida
Total	<u>125.262</u>	

O valor justo das contas a receber de clientes é de R\$ 25.184. Não houve perda por redução ao valor recuperável de nenhuma conta a receber de clientes devido a Confibra possuir uma clientela variável e pulverizada, assim, espera-se que o valor contratual possa ser recebido integralmente.

Desde a data de sua aquisição até 31 de dezembro de 2022, a Confibra contribuiu para a Companhia, com uma receita líquida de R\$ 53.682 e prejuízo líquido de R\$ 1.357. Caso sua aquisição tivesse ocorrido no início do exercício de 2022, a Controlada teria uma receita líquida de R\$148.958 e prejuízo líquido de R\$1.371.

Os custos relacionados à aquisição de R\$781 foram reconhecidos na demonstração do resultado como despesas administrativas e gerais.

<u>Análise do fluxo de caixa da aquisição</u>	<u>Valor</u>
Valor da contraprestação de compra (a)	144.363
(-) Custos da transação da aquisição (b)	(781)
(-) Caixa adquirido da controlada (c)	(381)
Fluxo de saída de caixa, líquido (d)	<u>143.201</u>

- a) Incluído nas atividades de investimento da controladora;
- b) Incluído nas atividades operacionais do consolidado;
- c) Representa o valor presente da contraprestação na data da aquisição;
- d) Incluído nas atividades de investimento do consolidado.

Garantia pagamento do ajuste de preço

No contrato de compra e venda foi definido que a Companhia tem direito de reter o valor de R\$ 5.000 (cinco milhões de reais) da parcela à vista do pagamento relativo à aquisição da Confibra. O valor retido refere-se à garantia para cumprimento das obrigações de pagamento de ajuste de preço e foi depositado pela Companhia em uma Conta Escrow. O recurso permanecerá depositado e apenas será liberado com a determinação final do Ajuste de Preço aplicável a operação.

Notas Explicativas S.A.
(Em recuperação judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Garantia para demandas judiciais

No contrato de compra e venda foi definido que a Companhia tem direito de reter o valor de R\$ 6.500 (seis milhões e quinhentos mil reais) da parcela à vista do pagamento relativo à aquisição da Confibra. O valor retido refere-se à garantia para cumprimento das obrigações de indenizações assumidas pelos Vendedores. O recurso foi depositado em uma Conta Escrow e será liberado da seguinte forma:

- (i) No segundo aniversário da data de fechamento, serão liberados 20% do montante correspondente da diferença entre (a) saldo disponível e (b) valor em Escrow retido;
- (ii) No terceiro aniversário da data de fechamento, serão liberados 20% do montante correspondente da diferença entre (a) saldo disponível e (b) valor em Escrow retido;
- (iii) No quarto aniversário da data de fechamento, serão liberados 20% do montante correspondente da diferença entre (a) saldo disponível e (b) valor em Escrow retido;
- (iv) No quinto aniversário da data de fechamento, serão liberados 20% do montante correspondente da diferença entre (a) saldo disponível e (b) valor em Escrow retido; e
- (v) No sexto aniversário da data de fechamento, serão liberados 100% do montante correspondente da diferença entre (a) saldo disponível e (b) valor em Escrow retido;

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo da conta escrow totalizou R\$ 6.554.

Unidade geradora de caixa

O ágio e alocações estão associados a unidade geradora de caixa da empresa adquirida, que faz parte do segmento de Fibrocimento da Companhia.

8. Investimentos e provisão para perda em investimentos

	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
Saldos iniciais	205.399	192.425
Adições (reduções) aos investimentos	144.363	-
Resultado da equivalência patrimonial	99.288	118.348
Equivalência patrimonial dos resultados abrangentes	6.150	14.914
Dividendos declarados	(81.893)	(127.321)
Transferência para provisão para perdas em investimentos	14.644	7.033
Saldos finais	387.951	205.399

Notas Explicativas S.A.
(Em recuperação judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

31/12/2022 Controladas	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do período	Partic. %	Realiz. do lucro nos estoques	Resultado da equival. patrim.	Lucro não realizado nos estoques	Saldo de investimento	Ágio/Mais valia	Total em provisão para perdas em investimento	Total em investimento
Sama S.A. - Minerações Associadas Prel Empreendimentos e Participações Ltda.	290.238	187.554	102.684	63.307	99,99	-	63.307	-	102.684	-	-	102.684
Precon Goiás Industrial Ltda. Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A.	57.612	25.522	32.090	5.717	99,70	-	5.700	-	31.995	-	-	31.995
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda.	45.417	11.409	34.008	14.976	99,99	-	14.975	-	34.006	-	-	34.006
Confibra Indústria e Comércio Ltda (*)	66.129	63.270	2.859	(2.137)	73,90	-	(1.579)	-	2.112	3.297	-	5.409
Tégula Soluções Para Telhados Ltda.	181.113	104.443	76.672	36.301	99,99	(678)	35.619	(3.081)	73.583	-	-	73.583
Total	767.541	502.857	264.682	99.429		(678)	99.288	(3.081)	260.752	102.273	24.926	387.951

(*) O resultado de equivalência da empresa Confibra no montante de (R\$4.089), está composto por (R\$1.357) relativo ao resultado operacional e (R\$2.732) referente amortização da mais-valia da combinação de negócio.

Investimentos nas controladas

31/12/2021 Controladas	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Partic. %	Realiz. do lucro nos estoques	Resultado da equival. patrim.	Lucro não realizado nos estoques	Saldo de investimento	Mais valia	Total em provisão para perdas em investimento	Total em investimento
Sama S.A. - Minerações Associadas Prel Empreendimentos e Participações Ltda.	262.186	189.157	73.028	84.867	99,99	-	84.867	-	73.028	-	-	73.028
Precon Goiás Industrial Ltda. Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A.	52.469	20.379	32.090	2.958	99,70	-	2.949	-	31.994	-	-	31.994
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda.	43.122	17.740	25.383	(6.498)	99,99	-	(6.498)	-	25.382	-	-	25.382
Tégula Soluções Para Telhados Ltda.	38.348	33.352	4.996	(3.163)	73,90	-	(2.338)	-	3.692	3.297	-	6.989
Total	615.742	420.112	195.630	119.278		(1.742)	118.348	(2.403)	191.820	3.297	10.282	205.399

Notas Explicativas S.A.
(Em recuperação judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

9. Partes relacionadas

Saldos e transações da controladora com partes relacionadas

	Controladora			
	31/12/2022		31/12/2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Controlada				
Atena Consultoria e Participações Ltda.	-	(20.568)	-	(20.568)
Córdoba Consultoria e Participações Ltda.	169.178	-	181.370	-
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda.	32.495	(12.769)	40.982	(31.786)
Precon Goiás Industrial Ltda.	6.350	(27.166)	-	(24.363)
Prel Empreendimentos e Participações Ltda.	5.698	(14.084)	2.948	(17.032)
Sama S.A.	43.326	(81)	86.710	(13.080)
Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A	442	(8)	24	(2)
Confibra Industria e Comércio Ltda.	187	(27)		
Tégula Soluções para Telhados Ltda.	6.051	(35)	6.413	(73)
Total controladas	263.727	(74.738)	318.447	(106.904)
Circulante	261.101	(48.016)	316.442	(69.703)
Não circulante	2.626	(26.722)	2.005	(37.201)

Notas Explicativas S.A.
(Em recuperação judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

	Clientes (i)		Notas de débito (ii)		Conta Corrente (iv)		Cessão de crédito (v)		Dividendos (vii)		Total	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
No ativo												
Controladas												
Cordoba Consultoria e Participações Ltda.	-	-	-	-	169.178	181.370	-	-	-	-	169.178	181.370
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda.	-	-	2.456	1.476	-	-	-	-	30.039	39.506	32.495	40.982
Precon Goiás Industrial Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	6.350	-	6.350	-
Prel Empreendimentos e Participações Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	5.698	2.948	5.698	2.948
Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A.	93	-	349	24	-	-	-	-	-	-	442	24
Sama S.A.	-	-	3.524	1.842	-	-	-	-	39.802	84.868	43.326	86.710
Confibra Industria e Comércio Ltda.	187	-	-	-	-	-	-	-	-	-	187	-
Tégula Soluções para Telhados Ltda.	93	16	3.977	4.417	-	-	1.981	1.980	-	-	6.051	6.413
Total controladas	373	16	10.306	7.759	169.178	181.370	1.981	1.980	81.889	127.322	263.727	318.447

	Fornecedores (i)		Nota débito (ii)		Mútuo (iii)		Cessão de Crédito (v)		Conta Corrente (iv)		Adiantamento Clientes (vi)		Total	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
No passivo														
Controladas														
Atena Consultoria e Participações Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	(20.568)	(20.568)	-	-	(20.568)	(20.568)
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda.	(10.987)	(31.772)	(11)	1.757	-	-	-	-	-	-	(1.771)	(1.771)	(12.769)	(31.786)
Precon Goiás Industrial Ltda.	-	-	(411)	(119)	(26.755)	(24.244)	-	-	-	-	-	-	(27.166)	(24.363)
Cordoba Consultoria e Participações Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Prel Empreendimentos e Participações Ltda.	(47)	-	(1)	(47)	-	-	(503)	(503)	(13.534)	(16.482)	-	-	(14.085)	(17.032)
Companhia Sulamericana de Cerâmica	(1)	(1)	(7)	(1)	-	-	-	-	-	-	-	-	(8)	(2)
Sama S.A.	-	-	(81)	(92)	-	(12.988)	-	-	-	-	-	-	(81)	(13.080)
Confibra Industria e Comércio Ltda.	(27)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(27)	-
Tégula Soluções para Telhados Ltda.	(16)	(28)	(18)	(45)	-	-	-	-	-	-	-	-	(34)	(73)
Total	(11.078)	(31.801)	(529)	1.453	(26.755)	(37.232)	(503)	(503)	(34.102)	(37.050)	(1.771)	(1.771)	(74.738)	(106.904)

(i) Fornecimento de matéria-prima (fibra sintética) e/ ou produtos acabados e prestação de serviços, eliminados nas informações contábeis consolidadas do Grupo;

(ii) Reembolsos de despesas corporativas sem vencimento predeterminado e sem incidência de juros;

(iii) Contratos de mútuo sobre os quais incidem Imposto sobre Operações Financeiras - IOF, IRRF e variação de 100% a.a. do CDI, com prazo de amortização de 24 meses a partir da data do aditamento, renováveis por mais 24 meses;

(iv) Valores transferidos às controladas Atena e Córdoba responsáveis pela administração e pagamento de fornecedores do Grupo;

(v) Cessão de crédito celebrada em dezembro/2018, sem vencimento predeterminado e sem incidência de juros;

(vi) Compra antecipada de insumo para a produção de polipropileno;

(vii) Distribuição de dividendos relativo ao lucro líquido auferido nas controladas no exercício.

As transações entre partes relacionadas são efetuadas em condições estabelecidas entre as partes. A seguir estão demonstradas essas transações até 30 de setembro de 2022.

	Vendas		Compras		Despesas administrativas		Juros sobre mútuo despesa		Juros sobre mútuo receita	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
No resultado										
Controlada										
Córdoba Consultoria e Participações Ltda.	-	-	-	-	(1)	(101)	-	-	-	-
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda.	-	-	153.105	(153.904)	-	-	-	-	-	-
Precon Goiás Industrial Ltda.	-	-	-	-	-	-	(2.951)	(1.163)	-	-
Sama S.A.	-	-	2.460	-	-	-	(304)	(809)	-	-
Companhia Sulamericana de Cerâmica.	9.484	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Confibra Industria e Comércio Ltda.	4.990	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tégula Soluções para Telhados Ltda.	188	56	112	(37)	-	-	-	-	-	26
Total	14.662	56	155.677	(153.941)	(1)	(101)	(3.255)	(1.972)	-	26

Notas Explicativas S.A.

(Em recuperação judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Remuneração do pessoal-chave da Administração

O Grupo reconheceu as despesas pagas com remuneração e benefícios de curto e longo prazo do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Salários, honorários e benefícios	5.285	4.444	6.734	5.492
Bônus (inclusive encargos)	5.447	7.226	5.447	7.483
Benefício pós-emprego	416	330	416	330
	11.148	12.000	12.597	13.305

A remuneração da Administração e Conselho Fiscal é estabelecida em Assembleia Geral Ordinária (AGO) de acordo com a legislação societária e Estatuto Social da Companhia.

Deste modo, o montante global da remuneração anual da Administração e do Conselho Fiscal foi apresentado e aprovado na AGO realizada em 29 de março de 2022, o qual foi fixado em até R\$ 13.973, sendo R\$ 10.232 para a Diretoria Estatutária, R\$ 3.394 para o Conselho de Administração e R\$ 347 para o Conselho Fiscal para o exercício de 2022 (R\$ 13.316 para o exercício de 2021, retificado em AGE realizada em 29/03/22).

No período findo em 31 de dezembro de 2022, a posição acionária da Administração e Conselho Fiscal foi de 968.156 ações - ETER3 (849.956 ações - ETER3 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021), conforme demonstrado a seguir:

Demonstração das ações da Administração e Conselho Fiscal

	31/12/2022	31/12/2021
Conselho de Administração	438.855	474.155
Diretoria	306.800	175.900
Conselho Fiscal	222.501	199.901
	968.156	849.956

10. Ativos mantidos para venda

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Precon - Unidade Anápolis	-	2.303
Tégula - Unidade Anápolis (i)	1.023	1.023
Tégula - Unidade Frederico Westphalen	-	1.519
	1.023	4.845

(i) Tégula - Unidade Anápolis: o leilão restou infrutífero. A empresa irá providenciar um novo edital para uma nova rodada de leilão.

Notas Explicativas S.A.

(Em recuperação judicial)

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)**

Os ativos descritos nesta nota explicativa encontram-se disponíveis para venda. O objetivo desta desmobilização de ativos não operacionais é a realização de caixa para a Eternit. A venda dos ativos ocorrerá conforme as condições incluídas no Plano de Recuperação Judicial, homologado em junho de 2019.

O valor justo por meio do resultado, menos as despesas de venda do negócio, são superiores aos valores contábeis dos ativos relacionados. Não existem passivos associados aos ativos mantidos para venda.

11. Imobilizado**Política contábil**

O imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, os honorários profissionais diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condições de uso e os custos de empréstimos, até que os bens estejam concluídos.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são contabilizados como ativo somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e se os valores puderem ser mensurados de forma confiável. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

A depreciação desses ativos inicia quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. O cálculo da depreciação dos bens do ativo imobilizado é realizado pelo método linear a taxas que consideram a vida útil-econômica estimada de cada ativo.

Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*). Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.



Notas Explicativas S.A.
(Em recuperação judicial)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

	Controladora						Total
	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos, ferramentas e instalações	Veículos	Equipamentos de informática, móveis e utensílios	Imobilizações em andamento	
Custo							
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.178	36.512	265.360	1.704	11.464	1.568	319.786
Adições	-	-	-	-	-	43.662	43.662
Baixas	-	-	(27)	-	(45)	-	(72)
Transferências	581	313	13.280	-	676	(14.850)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	3.759	36.825	278.613	1.704	12.095	30.380	363.376
Saldos em 1º de janeiro de 2022	3.759	36.825	278.613	1.704	12.095	30.380	363.376
Adições	-	-	-	-	-	36.577	36.577
Baixas	-	-	(87.695)	(807)	(2.868)	-	(91.370)
Transferências	-	1.087	7.908	(13)	1.828	(10.805)	5
Saldos em 31 de dezembro de 2022	3.759	37.912	198.826	884	11.055	56.152	308.588
Taxas médias de depreciação		4	11,20	20	15	-	-
Depreciação acumulada							
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	(24.831)	(167.164)	(1.113)	(10.208)	-	(203.316)
Adições	-	(825)	(8.924)	(132)	(418)	-	(10.299)
Baixas	-	-	27	-	44	-	71
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	(25.656)	(176.061)	(1.245)	(10.582)	-	(213.544)
Saldos em 1º de janeiro de 2022	-	(25.656)	(176.061)	(1.245)	(10.582)	-	(213.544)
Adições	-	(864)	(12.467)	(134)	(528)	-	(13.993)
Baixas	-	-	85.536	807	2.778	-	89.121
Transferências	-	-	916	16	(960)	-	(28)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	(26.520)	(102.076)	(556)	(9.292)	-	(138.444)
Perda por redução do valor recuperável							
Perda de ativos por substituição de matéria-prima							
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	(612)	(4.907)	-	-	-	(5.519)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	(612)	(4.907)	-	-	-	(5.519)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	(612)	(4.907)	-	-	-	(5.519)
Valor residual							
Em 31 de dezembro de 2020	3.178	11.069	93.289	591	1.256	1.568	110.951
Em 31 de dezembro de 2021	3.759	10.557	97.645	459	1.513	30.380	144.313
Em 31 de dezembro de 2022	3.759	10.780	91.843	328	1.763	56.152	164.625

Notas Explicativas S.A.
(Em recuperação judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Os bens do ativo imobilizado dados em garantia estão divulgados conforme a Nota Explicativa nº 29.

	Consolidado								Total
	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos, ferramentas e instalações	Veículos	Equipamentos de informática, móveis e utensílios	Desmobilização e contenção da Mina	Imobilizações em andamento	Mais-valia do imobilizado	
Custo									
Saldos em 31 de dezembro de 2020	5.862	66.303	617.039	23.323	23.512	24.276	5.127	5.515	770.957
Adições	-	-	-	-	-	-	55.694	-	55.694
Baixas	(1.167)	(49.613)	(102.648)	(757)	(4.379)	-	(17)	-	(158.581)
Transferências	581	312	14.439	-	968	-	(16.300)	-	-
Ativo disponível para venda	798	48.050	98.457	57	4.316	-	17	-	151.695
Saldos em 31 de dezembro de 2021	6.074	65.052	627.287	22.623	24.417	24.276	44.521	5.515	819.765
Saldos em 1º de janeiro de 2022	6.074	65.052	627.287	22.623	24.417	24.276	44.521	5.515	819.765
Saldo de aquisição Confibra	-	571	25.978	1.603	2.074	-	-	38.669	68.894
Adições	-	49	855	79	44	-	89.382	-	90.409
Baixas	-	-	(87.695)	(807)	(2.868)	-	-	-	(91.370)
Transferências	-	1.695	12.638	(13)	2.428	-	(16.772)	-	(24)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	6.074	67.367	579.063	23.485	26.095	24.276	117.131	44.184	887.674
Taxas médias de depreciação		4%	15,50%	23,40%	15%	4,10%			
Depreciação acumulada									
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	(44.465)	(433.828)	(22.628)	(21.290)	(12.441)	-	-	(534.652)
Adições	-	(1.453)	(13.537)	(177)	(787)	(1.132)	-	-	(17.086)
Baixas	-	8.203	37.506	773	3.456	-	-	-	49.938
Ativo disponível para venda	-	(6.658)	(35.489)	(37)	(3.396)	-	-	-	(45.580)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	(44.373)	(445.348)	(22.069)	(22.017)	(13.573)	-	-	(547.380)
Saldos em 1º de janeiro de 2022	-	(44.373)	(445.348)	(22.069)	(22.017)	(13.573)	-	-	(547.380)
Saldo de aquisição Confibra	-	(227)	(20.145)	(1.403)	(991)	-	-	-	(22.766)
Adições	-	(1.518)	(17.685)	(179)	(913)	(1.132)	-	(324)	(21.751)
Baixas	-	-	85.806	807	2.778	-	-	-	89.391
Transferências	-	(2)	917	16	(958)	-	-	-	(27)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	(46.120)	(396.455)	(22.828)	(22.101)	(14.705)	-	(324)	(502.533)
Perda por redução do valor Recuperável									
Perda de ativos por obsolescência									
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	(630)	(6.959)	-	(2)	-	-	-	(7.591)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	(612)	(4.907)	-	-	-	-	-	(5.519)
Saldos em 1º de janeiro de 2022	-	(612)	(4.907)	-	-	-	-	-	(5.519)
Reversão	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	(612)	(4.907)	-	-	-	-	-	(5.519)
Perda por redução ao valor recuperável - teste de "impairment"									
Saldos em 1º de janeiro de 2021	(1.530)	(5.576)	(9.154)	(3)	(894)	(11.833)	6	-	(28.984)
Adição	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversão	-	331	945	11	342	1.132	-	-	2.761
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(1.530)	(5.245)	(8.209)	8	(552)	(10.701)	6	-	(26.223)
Saldos em 1º de janeiro de 2022	(1.530)	(5.245)	(8.209)	8	(552)	(10.701)	6	-	(26.223)
Reversão	-	332	785	11	300	1.132	-	-	2.560
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(1.530)	(4.913)	(7.424)	19	(252)	(9.569)	6	-	(23.663)
Valor residual									
Em 31 de Dezembro de 2020	4.332	15.632	167.098	692	1.326	2	5.133	5.515	199.730
Em 31 de Dezembro de 2021	4.544	14.822	168.823	562	1.848	2	44.527	5.515	240.643
Em 31 de Dezembro de 2022	4.544	15.722	170.277	676	3.742	2	117.137	43.859	355.959

Notas Explicativas S.A.
(Em recuperação judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Perda por redução ao valor recuperável - teste de *impairment*

A Companhia atualmente possui três Unidades Geradoras de Caixa (“UGC”) em operação: (i) fibrocimento (Eternit S/A, Eternit Amazônia e Confibra desde agosto de 2022), que contemplam os ativos para produção de fibra sintética de polipropileno com unidade localizada em Manaus e os ativos para a produção de telhas de fibrocimento, com fábricas no Paraná, Rio de Janeiro, Goiás, Bahia e São Paulo; (ii) telhas de concreto (Tégula), com uma unidade localizada na cidade de Atibaia-SP e (iii) uma mineradora (Sama), que destina a totalidade da operação para fins exclusivos de exportação amparada na Lei do Estado de Goiás nº 20.514, regulamentada pelo Decreto nº 9.518.

A última revisão realizada do valor recuperável de seus ativos relevantes ocorreu em 31 de dezembro de 2022. A revisão foi preparada por uma empresa especializada e independente e efetuada com base no cálculo do valor em uso e no valor líquido de venda dos ativos. A conclusão dos testes de recuperabilidade destes ativos da Companhia e de suas controladas não resultou na necessidade de reconhecimento de perda no período.

As metodologias utilizadas para o teste de recuperabilidade dos ativos do Grupo, foram: (i) fluxo de caixa descontado para a UGC de Fibrocimento, contemplando a produção de fibra sintética de polipropileno (Eternit da Amazônia) e a produção de telhas de fibrocimento, inclusive a Confibra e; (ii) valor líquido de venda dos ativos para a UGC de Telhas de Concreto (Tégula).

O efeito da reversão referente à depreciação e amortização no período findo em 31 de dezembro de 2022, sobre o saldo de perdas por redução ao valor recuperável foi de R\$ 2.751 no consolidado.

UGC de Fibrocimento

As unidades industriais da Eternit S/A e da Confibra juntamente com a unidade que produz a fibra sintética de polipropileno, localizada em Manaus, são consideradas como uma única UGC para fins de teste de recuperabilidade.

Dessa forma, a Companhia fez a revisão do valor recuperável da UGC no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, utilizando as principais premissas para o cálculo do valor em uso mencionadas a seguir:

- **Período de avaliação:** dez anos;
- **Taxa de crescimento:** receitas, custos e despesas com base no orçamento 2023 aprovado pelo Conselho de Administração e, a partir do segundo ano, premissas macroeconômicas, tais como PIB e inflação projetada e a taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável;
- **Taxa de desconto:** custo ponderado de capital do Grupo (WACC) de 15,1% a.a.

Notas Explicativas S.A.

(Em recuperação judicial)

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)**

O valor operacional da UGC foi superior ao valor contábil dos ativos em 31 de dezembro de 2022, não possuindo indicativo de *impairment* pelo valor em uso.

UGC Telhas de Concreto (Tégula)

Para realizar o teste de recuperabilidade dos principais ativos do imobilizado da Companhia, alocados nas classes de máquinas e equipamentos, edificações e benfeitorias, moldes, terrenos e demais ativos, a Companhia utilizou o modelo do valor justo líquido de despesa de venda.

O valor resultante da avaliação a valor justo da UGC no exercício findo de 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 62.857, sendo muito superior ao valor contábil de R\$ 29.831.

A mensuração considerou os seguintes métodos de avaliação:

- (i) **Edificações e benfeitorias:** custo de reprodução. Por apresentarem valores de realização por valor líquido de venda superior ao valor contábil, não apresentaram perda por redução no valor recuperável (*impairment*);
- (ii) **Terrenos:** método comparativo. Por apresentarem valores de realização por valor líquido de venda superior ao valor contábil não apresentaram perda por redução no valor recuperável (*impairment*);
- (iii) **Máquinas, equipamentos, moldes e demais ativos:** valor de mercado para os itens similares encontrados no mercado e custo de aquisição depreciado para os itens que não possuem similares no mercado. Por apresentarem valores de realização por valor líquido de venda superior ao valor contábil não apresentaram perda por redução no valor recuperável (*impairment*).

Deste modo, a Companhia não registrou provisão para perda por redução no valor recuperável dos ativos imobilizados e intangível, uma vez que o seu valor justo foi superior ao valor contábil.

UGC Mineração (Sama)

Nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia registrou uma provisão para perda por recuperabilidade de seus ativos correspondente a R\$ 7.835, não havendo a necessidade de revisão da UGC no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 decorrente, principalmente, às incertezas jurídicas que possam afetar a continuidade operativa da controlada.

Dessa forma, a Administração aguarda a decisão do STF quanto à Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pela ANPT (Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho) contra a Lei do Estado de Goiás, de forma a revisar o teste de recuperabilidade de seus ativos (*impairment*).

Notas Explicativas S.A.
(Em recuperação judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

12. Intangível

Política contábil

Os grupos de contas que compõem o ativo intangível, são:

Software

O software é definido como um ativo intangível quando for separável, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou junto com um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso pela entidade; ou resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações. O cálculo da amortização é realizado pelo método linear a taxas que consideram a vida útil-econômica estimada. É iniciada a partir do momento em que o ativo esteja disponível para uso.

Ágio por expectativa de rentabilidade futura

O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida em uma combinação de negócios. Esse ágio não é amortizado contabilmente e somente é baixado por alienação ou por impairment, através de teste anual para identificar a necessidade de registro de perdas. Ainda, tal ágio é realizado (amortizado) para fins fiscais, tendo por base a legislação vigente, sendo que o correspondente imposto de renda e contribuição social diferido deve ser constituído.

Carteira de clientes

A carteira de clientes são reconhecidas apenas em uma combinação de negócios, pelo valor justo na data da aquisição. As relações com clientes têm vida útil definida e, portanto, são amortizadas. A amortização da carteira de clientes é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

	Controladora	
	Software	Total
Custo		
Saldo em 1º de janeiro de 2021	16.823	16.823
Adições	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	16.823	16.823
Saldo em 1º de janeiro de 2022	16.823	16.823
Adições	-	-
Baixas	(1.335)	(1.335)
Transferências	(7)	(7)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	15.481	15.481

Notas Explicativas S.A.
(Em recuperação judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

	Controladora	
	Software	Total
Vida útil (em anos) Amortização	5	
Saldo em 1º de janeiro de 2021	(15.716)	(15.716)
Adições	(555)	(555)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(16.271)	(16.271)
Saldo em 1º de janeiro de 2022	(16.271)	(16.271)
Adições	(290)	(290)
Baixas	1.332	1.332
Transferências	29	29
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(15.200)	(15.200)
Valor residual		
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.107	1.107
Saldo em 31 de dezembro de 2021	552	552
Saldo em 31 de dezembro de 2022	281	281



Notas Explicativas S.A.
(Em recuperação judicial)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

	Consolidado					
	Software	Ágio	Mais valia da carteira de cliente	Marcas e patentes	Software em andamento	Total
Custo						
Saldo em 1º de janeiro de 2021	26.578	16.538	-	957	-	44.073
Adições	-	-	-	-	49	49
Baixas	(2.857)	-	-	(17)	-	(2.874)
Transferências	49	-	-	-	(49)	-
Disponível p/ venda	2.914	-	-	17	-	2.931
Saldo em 31 de dezembro de 2021	26.684	16.538	-	957	-	44.179
Saldo em 1º de janeiro de 2022	26.684	16.538	-	957	-	44.179
Adições	-	-	-	-	19	19
Aquisição Confibra	229	55.979	29.034	-	-	85.242
Baixas	(1.450)	-	-	-	-	(1.450)
Transferências	40	-	-	-	(19)	21
Saldo em 31 de dezembro de 2022	25.503	72.517	29.034	957	-	128.011
Vida útil (em anos)						
Amortização						
Saldo em 1º de janeiro de 2021	(25.219)	-	-	-	-	(25.219)
Adições	(687)	-	-	-	-	(687)
Baixas/	2.656	-	-	-	-	2.656
Disponível p/ venda	(2.714)	-	-	-	-	(2.714)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(25.964)	-	-	-	-	(25.964)



Notas Explicativas S.A.
(Em recuperação judicial)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

	Consolidado					
	Software	Ágio	Mais valia da carteira de cliente	Marcas e patentes	Software em andamento	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	(25.964)	-	-	-	-	(25.964)
Adições	(368)	-	(2.233)	-	-	(2.601)
Aquisição Confibra	(186)	-	-	-	-	(186)
Baixas	1.448	-	-	-	-	1.448
Transferências	29	-	-	-	-	29
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(25.041)	-	(2.233)	-	-	(27.274)
Perda por redução do valor recuperável						
Saldo em 1º de janeiro de 2021	(198)	(16.558)	-	(956)	-	(17.712)
Reversões	101	-	-	-	-	101
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(97)	(16.558)	(3.814)	(956)	-	(17.611)
Reversões	191	-	-	-	-	191
Saldo em 31 de dezembro de 2022	94	(16.558)	-	(956)	-	(17.420)
Valor residual						
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.161	(20)	-	1	-	1.142
Saldo em 31 de dezembro de 2021	623	(20)	-	1	-	604
Saldo em 31 de dezembro de 2022	556	55.959	26.800	1	-	83.316

Notas Explicativas S.A.
(Em recuperação judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

13. Ativo de direito de uso e obrigações de arrendamento

O principal efeito decorre do reconhecimento do contrato de aluguel do terreno e galpão industrial onde se encontra instalada a fábrica de fibra de polipropileno em Manaus-AM, com prazo de vencimento em março de 2027. Para o cálculo do valor presente foi utilizada a taxa de desconto de 15% a.a., correspondente ao custo médio ponderado para o financiamento de ativos desta categoria, haja vista que o Grupo possui o direito de controlar o ativo por um longo período em troca de contraprestação.

	Consolidado	
	Edifícios	Total
Ativo		
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2021	9.149	9.149
Depreciação	(1.391)	(1.391)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	7.758	7.758
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2022	7.758	7.758
Adições	9.435	9.435
Depreciação	(1.273)	(1.273)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	15.920	15.920
Passivo		
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2021	(9.176)	(9.176)
Pagamento	2.623	2.623
Correção	(1.233)	(1.233)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(7.786)	(7.786)
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2022	(7.786)	(7.786)
Adições	(9.434)	(9.434)
Pagamento	3.267	3.267
Correção	(1.994)	(1.994)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(15.947)	(15.947)
Circulante	(3.607)	(3.607)
Não Circulante	(12.340)	(12.340)
Resultado		
Depreciação	1.390	1.390
Juros	1.233	1.233
Total das despesas apropriadas no resultado de 31 de dezembro 2021	2.623	2.623
Saldo em 1º de janeiro de 2022	-	-
Depreciação	1.273	1.273
Juros	1.994	1.994
Total das despesas apropriadas no resultado de 31 de dezembro 2022	3.267	3.267

Notas Explicativas S.A.

(Em recuperação judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

14. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Mercado interno	24.943	30.419	57.639	41.018
Mercado externo	124	216	2.022	3.555
Mercado interno recuperação judicial (i)	2.702	2.461	4.802	5.435
Mercado externo recuperação judicial (i)	-	-	653	193
	27.769	33.096	65.116	50.201

- (i) Em 31 de dezembro de 2022, o saldo a pagar de fornecedores que compõem os credores do Plano de Recuperação Judicial, conforme divulgado na nota explicativa 1.1, totalizavam R\$ 2.702 na controladora, sendo, R\$ 1.997 relativo a Classe III e R\$ 705 na Classe IV. No consolidado R\$ 5.455, sendo R\$ 4.447 na Classe III e R\$ 1.008 da Classe IV.

15. Empréstimos e financiamentos**Política contábil**

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao exercício incorrido (“pro rata temporis”), utilizando o método da taxa de juros efetiva, exceto aqueles que têm instrumentos derivativos de proteção, os quais serão avaliados ao seu valor justo.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um exercício de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

Composição dos empréstimos e financiamentos:

	Controladora					
	31/12/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional						
Para capital de giro e Investimentos (FINAME) (i)	2.247	28.746	30.993	-	-	-
Total moeda nacional	2.247	28.746	30.993	-	-	-

Notas Explicativas S.A.
(Em recuperação judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

	Consolidado					
	31/12/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional						
Para aquisição de máquinas, equipamentos e serviços (i) e (ii)	3.910	29.549	33.459	3.911	33.485	37.396
Para capital de giro e Investimentos (FINAME) (i)	2.247	28.746	30.993	-	-	-
Para capital de giro ACE (desconto de recebível) (iii)	20.139	-	20.139	-	-	-
Total moeda nacional	26.296	58.295	84.591	3.911	33.485	37.396

- (i) A dívida bruta no valor de R\$ 33.459 apresentado no consolidado refere-se ao Banco da Amazônia, que compõe o saldo da Classe II do Plano de Recuperação Judicial, com encargos financeiros de 8,24% a.a. e bônus de adimplência de 15% sobre a taxa para pagamentos realizados até a data de vencimento, ou seja, 7% a.a.. O saldo remanescente será pago em 102 parcelas e será liquidado no ano de 2031;
- (ii) As taxas foram repactuadas no Plano de Recuperação Judicial.
- (iii) Operação financeira relativo ao desconto de duplicata do contas a receber do mercado externo através do produto (ACE - Adiantamento sobre Cambiais de Exportação) junto ao Banco Safra (R\$19.110 e taxa média de juros 6,3800 a.a.). Com uma variação cambial de R\$ 2.399 e juros e encargos de R\$ 59.
- (iv) A dívida bruta no valor de R\$ 30.798 apresentado na controladora refere-se ao Banco Daycoval (FINAME), sobretaxa selic + SPREAD bancário de 4,80% a.a. e com carência de 12 meses do principal havendo apenas amortização de juros trimestrais no período. O saldo remanescente será pago em 60 meses.

O Grupo não possui contratos de empréstimos sujeitos a cláusulas restritivas financeiras (“covenants”).

Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	Controladora	Consolidado
Saldos iniciais em 31 de dezembro de 2021	-	37.396
Capitalização de Juros	29.996	109.119
Amortização (i)	(282)	(68.204)
Juros e Encargos	1.279	3.881
Variação Cambial ACE	-	2.399
Saldos finais em 31 de dezembro de 2022	30.993	84.591

- (i) Contempla amortização do principal e juros.

Notas Explicativas S.A.

(Em recuperação judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Composição por vencimento

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Vencimento		
2023	2.497	26.546
2024	5.999	9.909
2025	5.999	9.909
2026	5.999	9.909
2027	5.999	9.909
2028 até 2031	4.500	18.409
	<u>30.993</u>	<u>84.591</u>

16. Obrigações com pessoal

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Férias	8.805	8.381	13.927	11.611
Participação nos lucros e resultados	4.106	4.045	5.999	5.913
Bônus (ii)	6.886	8.541	6.886	8.541
Fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS	590	376	696	548
Instituto nacional do seguro social - INSS (i)	6.501	7.539	8.338	9.652
Outros	128	26	413	272
	<u>27.016</u>	<u>28.908</u>	<u>36.259</u>	<u>36.537</u>
Circulante	20.631	22.692	29.480	29.530
Não circulante	6.385	6.216	6.779	7.007

- (i) Em 31 de dezembro de 2022, saldo a pagar se refere a débitos junto ao INSS. Os débitos foram parcelados em até 84 parcelas pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional em conformidade com a Lei nº 11.101/2005, totalizando R\$ 4.439 na controladora, sendo R\$ 1.358 no passivo circulante e R\$ 3.081 no passivo não circulante. No consolidado R\$ 5.231, sendo R\$ 1.756 no passivo circulante e R\$ 3.474 no passivo não circulante com liquidação final prevista para 2025;
- (ii) Em 31 de dezembro de 2022, o saldo a pagar de bônus contempla: R\$ 1.695 ao conselho de administração, R\$ 5.098 aos diretores estatutários e R\$ 93 em recuperação judicial.

17. Impostos, taxas e contribuições a recolher

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Imposto de renda - IRPJ	-	3.638	1.559	3.905
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	-		636	438
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (i)	11.792	14.286	14.947	15.866
Imposto sobre produtos industrializados - IPI	1.913	3.405	2.397	3.406

Notas Explicativas S.A.

(Em recuperação judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	863	996	1.184	1.367
Programa de integração social - PIS	196	225	261	295
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	2.053	2.253	2.629	2.702
Imposto sobre operações financeiras - IOF	-	-	51	66
Contribuição financeira de compensação de recursos minerais - CFEM	-	-	538	419
Instituto nacional de seguro social- INSS	144	115	415	285
Imposto sobre qualquer natureza - ISS	25	51	321	82
Parcelamento de tributos (ii)	6.084	11.625	27.842	38.800
Outros	51	66	319	181
	23.121	36.660	53.099	67.812
Circulante	16.455	24.411	30.722	34.919
Não circulante	6.666	12.249	22.377	32.893

- (i) Contempla Subvenção Governamental de ICMS originado pelos programas de incentivos fiscais “Produzir” e “Desenvolve” na controladora e “Produzir” na controlada Tégula;
- (ii) Os débitos foram parcelados em até 84 parcelas junto à, Receita Federal do Brasil e Secretaria de Estado da Fazenda em conformidade com a Lei nº 11.101/2005 e disposições legais das unidades federativas, totalizando R\$ 4.056 no passivo circulante na controladora e R\$ 1.556 no passivo não circulante. No consolidado R\$ 11.038 no passivo circulante e R\$ 16.550 no passivo não circulante com liquidação prevista até 2025.

18. Outros passivos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamento de clientes	7.298	6.172	8.747	7.489
Comissões no mercado interno (i)	12.447	13.437	16.603	17.297
Comissão no mercado externo (i)	-	-	1.399	740
Provisão para destinação de resíduos (ii)	2.285	4.667	2.285	4.667
Provisão para garantia	1.128	168	1.141	168
Fretes a pagar	-	-	9.096	15.649
Outras contas a pagar (iii)	37.827	1.846	64.960	5.507
	60.985	26.290	104.231	51.517
Circulante	60.985	26.290	104.231	51.517

- (i) Comissões pagas a representantes comerciais no negócio de fibrocimento e exportação de crisotila;
- (ii) Provisão para a destinação de resíduos de telhas contendo crisotila em sua composição originados do processo de quebra ou devoluções;

Notas Explicativas S.A.

(Em recuperação judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

- (iii) Referem-se: R\$ 34.400 relativo aquisição da Confibra (earn out e ajuste de capital de giro); R\$ 17.200 provisão para reestruturação da Confibra; e R\$ R\$ 13.400 decorrentes de provisão para serviços prestados e fornecedores operacionais.

19. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Eternit possui diversos processos judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista que se encontram em discussão em diferentes esferas judiciais.

A Administração da Companhia acredita que a provisão para riscos constituída é suficiente e representa, a melhor estimativa provável de desembolso futuro da Eternit, com base nas informações disponíveis até a data de publicação destas informações contábeis.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Processos trabalhistas	45.968	48.493	60.468	61.103
Processos cíveis	3.921	3.845	8.659	8.837
Processos tributários	767	1.205	787	1.265
	50.656	53.543	69.914	71.205

As movimentações na provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão apresentadas a seguir:

	Controladora			Total
	Provisões trabalhistas	Provisões cíveis	Provisões tributárias	
Saldos em 01 de janeiro de 2021	45.198	4.275	13.022	62.495
Adições	11.773	586	666	13.025
Reversões	(5.523)	(1.016)	(11.443)	(17.982)
Baixas	(2.955)	-	(1.040)	(3.995)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	48.493	3.845	1.205	53.543
Saldos em 31 de dezembro de 2021	48.493	3.845	1.205	53.543
Adições	2.616	1.366	110	4.092
Reversões	(5.139)	(1.185)	(548)	(6.872)
Baixas	(2)	(105)	-	(107)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	45.968	3.921	767	50.656

Notas Explicativas S.A.

(Em recuperação judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

	Consolidado			Total
	Provisões trabalhistas	Provisões cíveis	Provisões tributárias	
Saldo em 01 de janeiro de 2021	53.753	9.351	18.509	81.613
Adições	17.352	777	686	18.815
Reversões	(6.780)	(1.291)	(16.890)	(24.961)
Baixas	(3.222)	-	(1.040)	(4.262)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	61.103	8.837	1.265	71.205
Saldo em 31 de dezembro de 2021	61.103	8.837	1.265	71.205
Adições	6.019	6.303	131	12.453
Reversões	(6.515)	(6.372)	(589)	(13.476)
Baixas	(139)	(109)	(20)	(268)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	60.468	8.659	787	69.914

- (i) Na área trabalhista e cível, as principais provisões englobam:
- a) Indenizações que incluem dano moral e material e reclamações trabalhistas propostas por ex-colaboradores que tem por objeto pedidos de: (i) hora extra; (ii) adicional noturno; (iii) adicional de insalubridade e periculosidade; (iv) verbas rescisórias; entre outras;
 - b) Ação Civil Pública ajuizada em 2013 perante a Vara do Trabalho de São Paulo pelo Ministério Público do Trabalho contra a Companhia. Nesta ação são discutidos assuntos referentes ao ambiente de trabalho e saúde ocupacional da antiga unidade industrial localizada na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, cujas atividades foram encerradas no início dos anos 90. Paralelamente a esta ação, foi distribuída por dependência, outra Ação Civil Pública ajuizada pela ABREA, também na Vara do Trabalho, razão pela qual houve, por determinação judicial, a união das duas ações. Os pedidos visam o pagamento de indenização por dano moral coletivo, danos individuais, entre outros. Em 01 de março de 2016, as duas ações foram julgadas parcialmente procedentes em primeira instância. A Companhia apresentou recurso contra a decisão de 1ª instância, tendo o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região reformado em parte a decisão de 1ª instância. Os termos mais significativos são as exclusões das seguintes condenações:
 - (i) Indenização por danos morais coletivos no valor de R\$ 100 milhões;
 - (ii) Indenização por danos morais no valor de R\$ 50 mil em favor de cada ex-colaborador não diagnosticado com doenças relacionadas ao amianto;
 - (iii) Toda e qualquer discussão acerca de familiares de ex-colaboradores.

Notas Explicativas S.A.

(Em recuperação judicial)

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)**

- Foram reduzidas as seguintes condenações: danos morais e danos existenciais fixados em favor de cada ex-colaborador já diagnosticado com doenças relacionadas ao amianto para R\$ 100 mil e R\$ 50 mil, respectivamente; danos morais fixados em favor do Espólio de cada ex-colaborador falecido após o ajuizamento das ações para R\$ 100 mil. Foi mantida a seguinte condenação: assistência médica integral para os ex-colaboradores diagnosticados com doenças relacionadas ao amianto. Contra esta decisão foi apresentado Recurso ao TST, cujo seguimento foi negado. A Companhia interpôs agravo de instrumento que pende de julgamento ao TST para exame. Parte da decisão em primeira instância foi considerada como perda provável pelos assessores jurídicos do Grupo e como resultado a Administração do Grupo reconheceu provisão para riscos, em exercícios anteriores, no montante de R\$ 21.110. Foi apresentado recurso ao TST, ainda pendente de julgamento.

- c) Em 2014, foi ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho uma Ação Civil Pública contra o Grupo perante a Vara do Trabalho do Rio de Janeiro. Nesta ação são discutidos assuntos referentes ao ambiente de trabalho e saúde ocupacional, além do pedido de indenização a título de danos morais coletivo no valor de R\$ 1 bilhão. Parte da decisão em primeira instância foi considerada como perda provável pelos assessores jurídicos do Grupo e constituída provisão no montante de R\$ 800 mil. O Grupo apresentou recurso contra a decisão de 1ª instância, tendo o Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região condenado o Grupo no valor de R\$ 50 milhões a título de dano moral coletivo, entre outros. O Grupo apresentou recurso contra a decisão perante o TST, que foi admitido em parte e, nessa parte, atribuído efeito suspensivo.

Desta decisão, na parte inadmitida, o Grupo interpôs agravo de instrumento perante ao TST. O recurso está pendente. Paralelamente a esta ação, foi distribuída por dependência, pela ABREA outra Ação Civil Pública na mesma Vara do Trabalho, tendo sido julgada parcialmente procedente. Ambas as partes apresentaram recurso ordinário. Parte desta decisão foi considerada como provável no que diz respeito à obrigação de custear assistência médica a quem demonstrar portar doença relacionada ao amianto e possível o risco da condenação à obrigação de custear assistência médica a todos os ex-empregados independentemente de prova de doença relativa ao amianto. Em dezembro de 2021, foi negado provimento ao Recurso Ordinário interposto pela Eternit para condená-la ao custeio das despesas de deslocamento de ex-trabalhadores para a cidade do Rio de Janeiro, comprovadamente necessários ao acesso à integral assistência à saúde, qualquer que seja o domicílio dos beneficiários. Ambas as partes opuseram Embargos de Declaração que aguardam julgamento.

Notas Explicativas S.A.
(Em recuperação judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

- d) Ação Civil Pública consumerista no montante de R\$ 3.004 milhões, na qual a Administração do Grupo reconheceu provisão pelo mesmo montante em exercícios anteriores, ajuizada pelo Ministério Público Estadual do Estado do Rio de Janeiro, visando a proibição da comercialização e fabricação dos produtos que contenham amianto em sua composição no estado do Rio de Janeiro. Em 23 de janeiro de 2021, foram apresentados Recurso Especial e Extraordinário em face do acórdão, os quais foram inadmitidos em sede de juízo de admissibilidade. Em razão da referida decisão, foram interpostos Agravo em Recurso Especial e Agravo em Recurso Extraordinário. Ao Agravo em Recurso Extraordinário foi negado provimento, razão pela qual foram opostos embargos de declaração, os quais foram rejeitados. O Agravo em Recurso Especial foi autuado no STJ e aguarda julgamento.
- (ii) Na área tributária as principais provisões englobam:
- a) Cobrança de IPI na aquisição de produtos isentos, e insumos sujeitos à alíquota zero; e
- b) Diferença de alíquotas recolhidas para o INSS.
- (iii) Ações cuja probabilidade de perda é possível:

Em 31 de dezembro de 2022, havia reclamações trabalhistas, processos cíveis, processos tributários e administrativos contra a Companhia, para os quais os consultores jurídicos classificaram como possível perda e que podem ser mensurados confiavelmente no montante consolidado de R\$ 248.556 milhões, e, portanto, não foi registrada nenhuma provisão, para essas reclamações e processos. Em 31 de dezembro de 2021 o montante consolidado de causas possíveis eram de R\$ 254.445.

Adicionalmente, tramitavam contra a Companhia as seguintes ações, cuja probabilidade de perda foi considerada como possível pelos consultores jurídicos e onde alguns valores não são mensuráveis até a presente data das demonstrações contábeis:

- a) Ações civis públicas sobre questões de natureza ambiental e de saúde movidas pelos Ministérios Público Estadual e Federal do Estado da Bahia, bem como ação popular com o mesmo objeto das ações civis públicas, cujo valor do pedido das ações montante em R\$ 50 milhões. A Ação civil pública referente à saúde foi julgada parcialmente procedente com a condenação em R\$ 500 milhões a título de danos morais coletivos entre outros. O Grupo apresentou recurso contra a decisão de 1ª instância, que se encontra pendente de julgamento.

Notas Explicativas S.A.

(Em recuperação judicial)

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)**

A ação de natureza ambiental foi julgada parcialmente procedente com a condenação em R\$ 31.423 a título de dano moral coletivo entre outros, tendo sido apresentado recurso perante o Tribunal Regional Federal, julgado parcialmente procedente para a retirada de algumas obrigações acessórias, mantendo a condenação de danos morais coletivos. Em seguida, foi negado provimento aos Embargos de Declaração e por fim, foram apresentados Recurso Especial e Recurso Extraordinário, ainda pendentes de julgamento.

- b) Ação Civil Pública e uma ação popular, ambas relacionadas à alienação pelo Estado de Goiás de uma área de terra onde se encontra a vila residencial da controlada SAMA;
- c) Partes da decisão julgada em segunda instância do processo mencionado no item i “b”, desta nota foram consideradas como perda possível pelos assessores jurídicos do Grupo;
- d) Em 2017, foi ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho uma Ação Civil Pública contra o Grupo perante a Vara do Trabalho do Estado do Paraná. Nesta ação são discutidos assuntos referentes ao ambiente de trabalho e saúde ocupacional, além do pedido de indenização a título de danos morais coletivos no valor de R\$ 85 milhões. Esta ação foi julgada parcialmente procedente, exclusivamente para impor a Eternit que deixe de utilizar o amianto crisotila em sua atividade empresarial e dê destinação a resíduos. Os pedidos indenizatórios foram julgados improcedentes. Cabe ressaltar que o Grupo descontinuou o uso do amianto crisotila como matéria-prima na produção da fábrica do Paraná desde novembro de 2017. Conforme Fato Relevante divulgado em 28 de novembro de 2018, foram julgadas improcedentes as indenizações a títulos de dano moral coletivo no valor de R\$ 85 milhões. O MPT apresentou recurso ordinário que não foi conhecido. Interpuseram Agravo de instrumento em razão do não conhecimento do recurso, o qual foi julgado procedente para devolver os autos à primeira instância para análise dos embargos de declaração opostos pelo MPT. Em março de 2020 referidos embargos de declaração foram rejeitados e o MPT apresentou recurso ordinário, que foi rejeitado. MPT interpôs recurso de revista, o qual foi parcialmente admitido pela Presidência do TRT-9. Contra a parcela da decisão que inadmitiu seu recurso, o MPT opôs embargos de declaração. Eternit apresentou contrarrazões ao recurso de revista. Os autos foram remetidos à conclusão do Desembargador Vice-Presidente em 13 de novembro de 2021. Em 25 de janeiro de 2022, proferida decisão rejeitando os Embargos de Declaração do MPT. Em 22 de fevereiro de 2022, o MPT interpôs Agravo de Instrumento contra a parcela da decisão que inadmitiu seu Recurso de Revista. Em 17 de março de 2022, Eternit apresentou Contraminuta ao Agravo. Autos recebidos no TST, pendente de julgamento.

Notas Explicativas S.A.

(Em recuperação judicial)

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)**

- e) Em 2017, foi ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho Ação Civil Pública contra o Grupo perante a Vara do Trabalho da Bahia. Nesta ação são discutidos assuntos referentes ao ambiente de trabalho e saúde ocupacional, além do pedido de indenização a título de danos morais coletivo no valor de R\$ 225 milhões. A ação encontra-se em fase de instrução. Paralelamente a esta ação, foi distribuída por dependência, pela ABREA outra Ação Civil Pública na mesma Vara do Trabalho, que se encontra em fase pericial;
- f) Em 2021, o Ministério Público do Trabalho ajuizou Ação Civil Pública contra a TSL - Transportes Scatuzzi LTDA, Eternit S/A e Sama S/A, perante a 7ª Vara do Trabalho de Santos/SP. Nesta ação, discute-se assuntos referentes à exportação da matéria-prima (fibra crisotila) pelo Porto de Santos, além do pedido de indenização, a título de danos morais coletivos, no valor de R\$ 5 milhões. A ação foi julgada parcialmente procedente, com a proibição de exportação da fibra de crisotila via Santos, Guarujá e Cubatão, além da condenação ao pagamento de dano moral coletivo, confrontando duas decisões favoráveis à Eternit S/A proferidas pelo E. STF. Eternit S/A e Sama S/A apresentaram Recurso Ordinário perante o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. Em 25 de agosto de 2022 foi publicado acórdão que deu parcial provimentos aos recursos para excluir da condenação o pagamento da indenização por danos morais. Eternit S/A e Sama S/A apresentaram Embargos de Declaração. Em 14 de outubro de 2022 foi publicado Acórdão que conheceu dos embargos, mas os julgou improcedentes. MPT e Eternit interpuseram recursos de revista, pendentes de julgamento;
- g) Ação Civil Pública ajuizada pelo MPF em face da Eternit, Sama e outros, em que discute a inconstitucionalidade da Lei Estadual que permite a exploração minerária do amianto crisotila e busca a tutela jurisdicional para cancelamento dos direitos de lavra da Mina de Cana Brava que são detidos pela SAMA. Foi deferida parcialmente a liminar requerida pelo MPF, para que a Sama suspendesse as atividades de extração, exploração, beneficiamento, comercialização, transporte e exportação de amianto crisotila, bem como, para que fossem suspensos os efeitos das autorizações do DNPM (ANM), para pesquisa, lavra e beneficiamento de amianto, concedidos à SAMA, Eternit ou outras subsidiárias detentoras de tal título. Em face da tal decisão, o Município de Minaçu ajuizou pedido de Suspensão de Liminar, o qual foi deferido para sustar os efeitos da mencionada liminar (até o trânsito em julgado da decisão de mérito da ação principal), autorizando a SAMA a retomar as suas atividades na mina. O MPF interpôs agravo interno, o qual foi acolhido pelo STJ para declarar a competência do STF para discutir o assunto.

Notas Explicativas S.A.

(Em recuperação judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Os depósitos judiciais para garantias de execução e depósitos recursais vinculados às provisões para riscos estão classificados em rubrica específica do ativo não circulante.

20. Patrimônio líquido**(i) Capital social**

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social do Grupo, totalmente subscrito e integralizado era de R\$ 438.082 (R\$ 438.082 em dezembro de 2021) e estava representado por 61.766.787 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal e com direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral, distribuído como demonstrado a seguir:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Acionistas	Ações	Acionistas	Ações
Composição acionária				
Pessoas Físicas	25.942	30.550.653	26.615	28.839.214
Pessoas Jurídicas	148	1.283.177	169	1.913.273
Pessoas residentes no exterior	42	2.389.678	37	3.220.737
Clubes, fundos e fundações	110	27.543.279	160	27.793.563
	26.242	61.766.787	26.981	61.766.787
Ações em tesouraria	1	9.788	1	9.788
	26.243	61.776.575	26.982	61.776.575

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de R\$ 1.000.000 (um bilhão de reais), independente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará o preço de emissão de ações e as demais condições das respectivas subscrições e integralizações.

(ii) Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2022, o valor de mercado das 9.788 mil ações em tesouraria era de R\$ 105 (R\$ 205 em 31 de dezembro de 2021 referente a 9.788 mil ações), registradas pelo valor histórico de R\$ 174.

(iii) Resultado por ação

A tabela a seguir reconcilia o lucro do período aos montantes usados para calcular o lucro básico e diluído por ação:

Notas Explicativas S.A.
(Em recuperação judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Lucro do período atribuível aos controladores	137.602	269.377
Média ponderada da quantidade das ações ordinárias em circulação, deduzida da média das ações ordinárias em tesouraria	61.767	61.767
Lucro básico e diluído por ação (R\$)	2,2278	4,3612

Não existe nenhum efeito dilutivo que deva ser considerado no cálculo anterior.

(iv) Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar

O saldo de dividendos e juros sobre capital próprio em aberto a pagar em 31 de dezembro de 2022, representam:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Juros sobre capital próprio	17.687	26	17.704	26
Dividendos	50	24.320	59	24.329
	17.737	24.346	17.763	24.355

(v) Subvenção para investimentos

Foram registrados complementos no montante de R\$ 49.241 referente incentivos fiscais de ICMS conforme lei Complementar nº 160/2017 dos exercícios de 2016 a 2021. Adicionalmente, a Companhia registrou o valor de R\$ 11.311, relativo ao exercício de 2022.

(vi) Destinação do resultado do exercício

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício	137.602	269.377
Absorção de prejuízo acumulado	-	(105.039)
Constituição de Reservas:		
Legal	(6.880)	(8.221)
Estatutária	(6.880)	(8.221)
Subvenção de Investimento	(11.166)	(49.241)
Retenção de lucros	(75.055)	(59.417)
Lucro disponível	37.621	39.238
Juros sobre o capital próprio propostos e pagos	(37.621)	(14.918)
Dividendos obrigatórios propostos	-	(12.005)
Dividendos adicionais propostos	-	(12.315)
Total	(37.621)	(39.238)
Valor dos dividendos mínimos obrigatórios	28.133	24.685

Notas Explicativas S.A.
(Em recuperação judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

21. Imposto de Renda e Contribuição Social

Política contábil

A provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, em função da exclusão de receitas ou adição de despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente nas empresas do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos no final de cada exercício, sobre as diferenças entre as bases contábil e fiscal dos ativos e passivos incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que o Grupo apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados com base na taxa de imposto esperada no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas que foram promulgadas por lei tributária na data do balanço.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

(i) A conciliação das taxas efetiva e nominal de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL) é a seguinte

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	128.711	296.236	165.004	347.024
Alíquota nominal combinada	34%	34%	34%	34%
Expectativa de crédito (despesa) de imposto de renda e de contribuição social, às alíquotas nominais	(43.762)	(100.720)	(56.101)	(117.988)

Notas Explicativas S.A.
(Em recuperação judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes:				
Resultado de equivalência patrimonial	33.758	40.238	-	-
Incentivo fiscal (i)	90	7.447	8.099	17.116
Juros sobre capital próprio	12.791		12.791	
Provisão para bônus e honorários da diretoria	(1.540)	(2.066)	(1.540)	(2.335)
Efeitos Exercícios Anteriores				
Corrente	1.235	-	1.235	-
Reversão Incentivo (Desenvolve - BA e Produzir - GO)	3.846	-	3.846	-
Impairment	-	-	935	180
Compensação do prejuízo fiscal e base negativa	1.231	14.231	4.496	16.885
Efeito das diferenças temporárias não reconhecidas como imposto de renda e contribuição social diferidos	513	4.075	4.349	5.428
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social sem constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	(6.697)	(6.901)
Outras (adições) exclusões líquidas	729	9.936	1.296	10.037
Despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado do período	8.891	(26.859)	(27.291)	(77.578)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(2.293)	(27.793)	(40.790)	(79.409)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (ii)	11.184	934	13.499	1.831
	8.891	(26.859)	(27.291)	(77.578)

- i) Incentivos fiscais relacionados a subvenções governamentais nas filiais da Bahia e Goiás;
- ii) Em setembro de 2021 a Companhia reconheceu crédito pela inconstitucionalidade da incidência do IRPJ e CSLL sobre os valores referentes à taxa SELIC recebidos em razão de repetição de indébito tributários (vide Nota Explicativa nº 6).

(ii) Composição do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de contribuição social	-	3.355	34.693	38.048
Benefícios pós-emprego	11.080	13.555	23.184	27.752
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	17.223	18.204	23.571	24.203
Lucros não realizados nos estoques	-	-	1.587	1.238
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	812	221	981	401
Provisão para participação nos lucros e resultados	2.377	3.609	2.558	3.781

Notas Explicativas S.A.
(Em recuperação judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Mercadorias não embarcadas	-	-	8.425	13.809
Perda por redução ao valor recuperável (*)	1.877	1.877	9.893	11.378
Perda estimada para redução ao valor realizável líquido dos estoques	1.699	1.889	4.355	4.322
Provisão Perda Remonte Mina	-	-	3.394	3.153
Crédito Extemporâneo de Exclusão do ICMS da base do PIS & COFINS	-	(11.184)	-	(11.184)
Outras provisões	3.362	3.722	5.547	4.680
Mais valia - Confibra	-	-	(22.149)	-
Efeito das diferenças temporárias não reconhecidas como impostos de renda e contribuição social diferidos	(38.430)	(43.077)	(84.444)	(96.625)
Efeito do prejuízo fiscal e base negativa não reconhecidos como impostos diferidos	-	(3.355)	(32.472)	(35.827)
	-	(11.184)	(20.877)	(10.871)

(*) Vide Nota Explicativa nº 11 e 12.

No período findo em 31 de dezembro 2022, a Companhia não constituiu impostos diferidos para o prejuízo fiscal e para base negativa nos montantes de R\$ 517.284 do saldo consolidado de prejuízo fiscal (R\$ 485.878 em 2021) e R\$ 575.301 da base negativa de contribuição social (R\$ 544.014 em 2021).

22. Receita líquida

Política contábil

A receita é mensurada quando, ou à medida que, uma obrigação de desempenho (última etapa para reconhecimento da receita) for atendida, reconhecendo o seu preço de transação deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

A receita na venda de produtos é reconhecida quando os critérios estabelecidos em contrato são atendidos, conforme o seguinte procedimento:

- Identificar o contrato com o cliente;
- Identificar obrigações de desempenho definidas em contrato;
- Determinar o preço da transação;
- Alocar o preço da transação e as obrigações de desempenho definidas em contrato;
- Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende as obrigações de desempenho definidas em contrato.

Notas Explicativas S.A.

(Em recuperação judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita bruta de venda de produtos e mercadorias	934.675	1.043.810	1.443.664	1.393.132
Descontos e abatimentos incondicionais	(1.946)	(1.053)	(2.040)	(1.058)
Impostos incidentes sobre as vendas (i)	(215.555)	(247.326)	(254.241)	(268.949)
	717.174	795.431	1.187.383	1.123.125

- (i) Contempla Subvenção Governamental de ICMS originado pelos programas de incentivos fiscais, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 30.

23. Custos e despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Custo dos produtos e mercadorias vendidos e dos serviços prestados	(556.799)	(512.711)	(815.442)	(632.075)
Despesas com vendas	(54.963)	(51.934)	(108.640)	(94.141)
Despesas gerais e administrativas	(47.914)	(50.290)	(90.050)	(89.080)
Remuneração da Administração	(11.148)	(6.425)	(12.597)	(7.775)
	(670.824)	(621.360)	(1.026.729)	(823.071)
Matéria-prima consumida	(406.496)	(374.317)	(580.454)	(470.591)
Despesas com pessoal e encargos	(120.563)	(115.269)	(158.036)	(142.984)
Materiais, energia elétrica e serviços	(51.484)	(55.071)	(62.031)	(65.448)
Serviços de terceiros	(22.484)	(19.300)	(56.631)	(55.536)
Depreciação e amortização	(14.283)	(10.854)	(22.222)	(16.421)
Comissões sobre vendas	(18.681)	(22.906)	(25.266)	(27.154)
Despesas de vendas variáveis (i)	-	-	(18.126)	(13.277)
Aluguel de bens móveis	(10.999)	(9.467)	(11.269)	(9.686)
Gastos de paradas	(64)	(18)	(1.402)	(3.630)
Despesas com viagens	(4.520)	(2.738)	(7.096)	(4.155)
Despesas com material e serviços de informática	(3.702)	(3.000)	(6.846)	(5.621)
Propaganda e publicidade	(1.131)	(2.382)	(1.947)	(2.563)
Contribuição para entidades de classe	(94)	(415)	(603)	(1.127)
Impostos e taxas	(3.393)	(1.933)	(4.169)	(2.875)
Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	(2.036)	(531)	(2.076)	(562)
Perda para redução ao valor realizável líquido dos estoques	560	486	(213)	2.503
Substituição de produto avariado	(1.257)	(542)	(1.376)	(598)
Garantia de qualidade	(7.747)	(2.305)	(8.064)	(2.374)
Auxílio moradia	(11)	(59)	(11)	(59)
Outras	(2.439)	(739)	(58.891)	(913)
	(670.824)	(621.360)	(1.026.729)	(823.071)

- (i) Despesa com CFEM e "royalties" variáveis sobre o faturamento da controlada Sama pagos ao Governo do Estado de Goiás.

Notas Explicativas S.A.

(Em recuperação judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

24. Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Outras receitas operacionais				
Venda de bens do imobilizado (i)	71	1	18.445	128.224
Aluguéis	-	-	579	905
Recuperação de tributos	3.117	9.442	8.682	14.768
Benefício ICMS crédito estímulo (ii)	-	-	18.708	20.896
Outras	648	3.384	3.641	7.036
	3.836	12.827	50.055	171.829
Outras despesas operacionais:				
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	2.916	4.957	1.889	6.289
Provisão para benefício pós-emprego	(3.191)	(783)	(7.326)	(4.950)
Recuperação Ambiental	-	-	(127)	(216)
Impostos e taxas	(122)	(141)	(511)	(263)
Gastos com indenizações trabalhistas e cíveis	(962)	(1.258)	(1.929)	(1.514)
Custo da baixa de imobilizado e intangível (iii)	(2.252)	(1)	(6.139)	(109.728)
Contribuições sobre incentivos fiscais	(742)	(1.260)	(2.277)	(3.188)
Perda por redução ao valor recuperável de ativos	-	-	47	5.645
Ganho com operação de processos judiciais	-	1.794	-	1.936
Outras	(8.026)	(9.587)	(17.732)	(20.245)
	(12.379)	(6.279)	(34.105)	(126.234)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(8.543)	6.548	15.950	45.595

- (i) Em 2022, vendas através de leilão do imóvel Precon Goiás e Tégula - Frederico Westphalen constantes no Plano de Recuperação Judicial e em 2021 vendas através de leilão dos ativos da UPI-Louças Sanitárias (CSC) constantes no Plano de Recuperação Judicial, do imóvel de Camaçari-BA e do imóvel de Aparecida de Goiânia-GO;
- (ii) Subvenção Governamental de ICMS originado pelos programas de incentivos fiscais na controlada Eternit da Amazônia;
- (iii) Custo das baixas dos ativos constantes no item (i).

25. Resultado financeiro**Política contábil**

A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade.

Notas Explicativas S.A.

(Em recuperação judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Despesas financeiras				
Juros sobre financiamentos	(1.279)	-	(1.279)	-
Juros sobre mútuo	(3.256)	(1.972)	-	-
Juros passivos (i)	(2.284)	(1.323)	(8.202)	(7.621)
Despesas bancárias	(2.881)	(2.864)	(4.505)	(3.988)
Descontos concedidos	(21)	(8)	(1.995)	(8)
IOF	(429)	(528)	(668)	(576)
Variações monetárias passivas	-	-	(48)	(143)
PIS e COFINS			(10)	
Outras	(188)	(236)	(3.444)	(2.089)
	(10.338)	(6.931)	(20.151)	(14.425)
Receitas financeiras				
Rendimento aplicações financeiras				
- incluindo certificado de depósitos bancários	-	1	14.894	9.261
Descontos obtidos	186	89	222	207
Juros ativos	1.288	810	1.250	1.006
Juros sobre mútuo	-	26	-	-
Variações monetárias ativas (ii)	417	3.244	5.237	5.001
Líquido de variações cambiais (iii)	61	16	(13.060)	310
Outras	2	14	8	15
	1.954	4.200	8.551	15.800
Resultado financeiro líquido	(8.384)	(2.731)	(11.600)	1.375

- (i) Juros referentes à dívida concursal e parcelamentos de tributos;
(ii) As variações monetárias ativas são referentes a correção (SELIC) dos depósitos judiciais e saldo negativo de IRPJ e CSLL;
(iii) Variação cambial, pela apreciação do real frente ao dólar, sobre os recebíveis em moeda estrangeira da controlada Sama.

26. Informações por segmento de negócios

A Administração definiu os seguintes segmentos operacionais: Fibrocimento, contemplando sistemas construtivos e a fibra de polipropileno, Crisotila, Telhas de Concreto e Outros. As informações apresentadas na coluna "Outros" se referem a gastos e receitas não diretamente atribuíveis a esses segmentos.

Notas Explicativas S.A.
(Em recuperação judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Descrição	Controladora e Consolidado	
	Área geográfica	
Fibrocimento	Mercado interno	
Crisotila	Mercado externo	
Telhas de concreto	Mercado interno	
Outros	Mercado interno	

As principais informações consolidadas por segmento de negócio, correspondente aos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 31 de dezembro de 2021, estão apresentadas a seguir:

	31/12/2022					
	Fibrocimento (i)	Crisotila (ii)	Telhas de concreto (iii)	Outros (iv)	Eliminações	Total consolidado
Receitas líquidas:						
Mercado Interno	781.140	-	21.725	11.358	-	814.223
Mercado Externo	-	373.160	-	-	-	373.160
	<u>781.140</u>	<u>373.160</u>	<u>21.725</u>	<u>11.358</u>	-	<u>1.187.383</u>
Custo dos produtos vendidos	(582.316)	(194.769)	(19.300)	(19.057)	-	(815.442)
Lucro bruto	198.824	178.391	2.425	(7.699)	-	371.941
Receitas (despesas) operacionais	(108.034)	(76.178)	(10.102)	(1.023)	-	(195.337)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	90.790	102.213	(7.677)	(8.722)	-	176.604
Venda de produtos						
Venda para terceiros (em toneladas)	664.364	194.060	-	-	-	858.424
Venda para terceiros (em mil peças)	-	-	8.906	-	-	8.906
Investimento no período	45.812	5.886	6.553	31.151	-	89.402
Depreciação e amortização	(21.424)	(2)	(796)	-	-	(22.222)
Ativo total	1.348.550	289.025	51.730	358.350	(825.389)	1.222.266
Passivo total	520.383	186.341	76.659	323.400	(560.706)	546.077
Patrimônio líquido	828.167	102.684	(24.929)	34.950	(264.683)	676.189
	31/12/2021					
	Fibrocimento (i)	Crisotila (ii)	Telhas de concreto (iii)	Outros (iii)	Eliminações	Total Consolidado
Receitas líquidas:						
Mercado Interno	837.049	-	16.719	619	-	854.387
Mercado Externo	-	268.738	-	-	-	268.738
	<u>837.049</u>	<u>268.738</u>	<u>16.719</u>	<u>619</u>	-	<u>1.123.125</u>
Custo dos produtos vendidos	(510.950)	(103.089)	(13.719)	(4.317)	-	(632.075)
Lucro/prejuízo bruto	326.099	165.649	3.000	(3.698)	-	491.050
(Despesas) Receitas operacionais	(98.525)	(39.465)	(8.982)	1.571	-	(145.401)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	227.574	126.184	(5.982)	(2.127)	-	345.649
Venda de produtos						
Venda para terceiros (em toneladas)	726.606	158.383	-	-	-	884.988
Venda para terceiros (em mil peças)	-	-	8.124	-	-	8.124

Notas Explicativas S.A.
(Em recuperação judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

	31/12/2022					Total consolidado
	Fibrocimento (i)	Crisotila (ii)	Telhas de concreto (iii)	Outros (iv)	Eliminações	
Investimento no período	45.926	2.194	7.623	-	-	55.743
Depreciação e amortização	(15.612)	(3)	(806)	-	-	(16.421)
Ativo total	1.157.337	260.948	39.727	369.157	(815.238)	1.011.931
Passivo total	498.294	187.919	50.010	332.071	(619.718)	448.576
Patrimônio líquido	659.043	73.029	(10.283)	37.093	(195.527)	563.355

- (i) Contempla telhas de fibrocimento e sistemas construtivos;
(ii) Operação para fins exclusivo de exportação do crisotila, amparada na vigência da Lei do estado de Goiás nº 20.514 e regulamentada pelo Decreto nº 9.518;
(iii) Contempla telha de concreto produzidas pela controlada Tégula;
(iv) Decorrente de receitas eventuais de aluguel da controlada Prel Empreendimentos, de estoques remanescentes da operação descontinuada de louças e metais e das vendas da telha solar.

27. Cobertura de seguros

Para proteção dos seus ativos e de suas responsabilidades, a Companhia mantém coberturas para os riscos que, na eventualidade de ocorrência, possam levar a prejuízos significativos ao patrimônio e/ou resultados do Grupo, incluindo os riscos sujeitos a seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais. A Administração entende que o montante segurado é suficiente para garantir a integridade patrimonial e continuidade operacional.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis individuais e consolidadas, conseqüentemente não foram examinadas por nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2022, os seguros contratados pela Eternit, sob orientação de seus consultores de seguros, contra eventuais riscos, estão relacionados a seguir. Esses seguros possuem vencimento médio em julho de 2023, renovados a partir de julho de 2022.

Notas Explicativas S.A.

(Em recuperação judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

<u>Modalidade</u>	<u>Bens cobertos</u>	<u>Valor da cobertura</u>
Riscos de engenharia, operacionais e de responsabilidade civil geral, importações e D&O.	Edifícios, instalações e equipamentos	R\$ 328.182
Veículos	Veículos	100% Tabela FIPE

28. Instrumentos financeiros**Política contábil**

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo quando o Grupo for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

Classificação de ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais;
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

Notas Explicativas S.A.
(Em recuperação judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

- O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros;
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Apesar do disposto acima, o Grupo pode fazer a opção/designação irrevogável a seguir no reconhecimento inicial de um ativo financeiro:

- O Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar variações subsequentes no valor justo de um investimento em instrumentos patrimoniais em outros resultados abrangentes se determinados critérios forem cumpridos (ver item (ii) a seguir);
- O Grupo pode designar irrevogavelmente um investimento em instrumentos da dívida que atenda aos critérios de custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes como mensurado ao valor justo por meio do resultado se ao fazer isso o Grupo eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil.

i. Custo amortizado e método da taxa de juros efetiva

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente.

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

Notas Explicativas S.A.
(Em recuperação judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas. O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas.

A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável (vide abaixo). Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, o Grupo reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em períodos de relatório subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, o Grupo reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ajustada com base no crédito ao custo amortizado do ativo financeiro após o reconhecimento inicial. O cálculo não reverte a base bruta mesmo que o risco de crédito do ativo financeiro melhore subsequentemente de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida no resultado e incluído na rubrica “Resultado financeiro líquido” (Nota Explicativa nº 27).

ii. Instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

No reconhecimento inicial, o Grupo pode fazer a opção irrevogável (instrumento a instrumento) de designar investimentos em instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A designação ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não é permitida se o investimento em instrumentos patrimoniais for mantido para negociação ou se for uma contraprestação contingente reconhecida por um comprador em uma combinação de negócios.

Notas Explicativas S.A.
(Em recuperação judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Um ativo financeiro é mantido para negociação se:

- For adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou
- No reconhecimento inicial for parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que o Grupo administra em conjunto e tem um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou
- For um derivativo (exceto por derivativo que seja um contrato de garantia financeira ou um instrumento de hedge designado e efetivo).

Os investimentos em instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são inicialmente mensurados ao valor justo acrescidos dos custos da transação. Subsequentemente, eles são mensurados ao valor justo com os ganhos e as perdas decorrentes de variações no valor justo reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados na reserva de reavaliação de investimentos. Os ganhos ou perdas acumuladas não serão reclassificados para o resultado na alienação dos investimentos em instrumentos patrimoniais; pelo contrário, eles serão transferidos para lucros acumulados.

Os dividendos sobre esses investimentos em instrumentos patrimoniais são reconhecidos no resultado de acordo com a IFRS 9 (CPC 48), a menos que os dividendos claramente representem uma recuperação de parte do custo do investimento. Os dividendos são incluídos na conta “Receitas financeiras” no resultado.

iii. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros que não atendem aos critérios de mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (ver itens (i) a (ii) acima) são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os instrumentos da dívida que não atendem aos critérios de mensurados ao custo amortizado ou aos critérios de mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (vide itens (i) e (ii) acima) são classificados ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros e patrimônio líquido

a) Classificação como dívida ou patrimônio líquido

Os instrumentos da dívida e patrimoniais são classificados como passivos financeiros ou como patrimônio líquido de acordo com a substância dos acordos contratuais e as definições de passivo financeiro e instrumento patrimonial.

Notas Explicativas S.A.
(Em recuperação judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

b) Instrumentos patrimoniais

Um instrumento patrimonial é qualquer contrato que evidencie uma participação residual no ativo de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos. Instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

A recompra dos próprios instrumentos patrimoniais da Companhia é reconhecida e deduzida diretamente no patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado resultante da compra, venda, emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos patrimoniais da Companhia.

c) Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Porém, os passivos financeiros resultantes quando a transferência de um ativo financeiro não se qualifica para baixa ou quando a abordagem de envolvimento contínuo é aplicável, e os contratos de garantia financeira emitidos pelo Grupo, são mensurados de acordo com as políticas contábeis específicas descritas a seguir.

d) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- For adquirido, principalmente, para fins de recompra no curto prazo;
- No reconhecimento inicial for parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que o Grupo administra em conjunto e tem um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo.

O passivo financeiro, exceto pelo passivo financeiro mantido para negociação ou contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, pode ser designado ao valor justo por meio do resultado mediante reconhecimento inicial se:

Notas Explicativas S.A.
(Em recuperação judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

- Essa designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que surgiria de outra forma; ou o passivo financeiro fizer parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros, ou ambos, que seja administrado e cujo desempenho seja avaliado com base no seu valor justo, de acordo com a gestão de risco documentada ou a estratégia de investimento do Grupo, e as informações sobre esse grupo forem fornecidas internamente nessa base; ou
- O passivo financeiro fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos, e a IFRS 9 (CPC 48) permitir que o contrato combinado como um todo seja designado ao valor justo por meio do resultado.

e) Passivos financeiros subsequentemente mensurados ao custo amortizado

Passivos financeiros que não sejam (i) contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantidos para negociação, ou (iii) designados ao valor justo por meio do resultado, são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. O método da taxa de juros efetiva é um método para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro, e para alocar as despesas de juros durante o período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados (incluindo todas as honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos de transação e outros prêmios ou deduções), durante a vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, durante um período menor, para o custo amortizado do passivo financeiro.

28.1 Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

(i) Análise dos instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativos financeiros				
Mensurados ao custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	3.485	3.370	36.852	6.071
Aplicações financeiras	-	-	75.617	212.793
Contas a receber	68.499	68.592	227.705	153.229
Partes relacionadas	263.727	318.447	-	-
Total dos ativos financeiros	335.711	390.409	340.174	372.093

Notas Explicativas S.A.
(Em recuperação judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Passivos financeiros:				
Mensurados ao custo amortizado				
Fornecedores	(27.769)	(33.096)	(65.116)	(50.201)
Empréstimos e financiamentos	30.993	-	(84.591)	(37.395)
Partes relacionadas	(74.738)	(106.904)	-	-
Obrigações de arrendamento	-	-	(15.947)	(7.786)
Outros passivos	(60.985)	(26.290)	(104.231)	(51.516)
Total passivos financeiros	(132.499)	(166.290)	(269.885)	(146.898)

(ii) Hierarquia do valor justo por meio do resultado

No decorrer do período findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía instrumentos financeiros mensurados ao valor justo.

28.2 Gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros do Grupo referem-se a fornecedores, empréstimos e financiamentos e partes relacionadas. O principal propósito desses passivos financeiros foram captar recursos para as operações. O Grupo possui como ativos financeiros as contas a receber de clientes, depósitos à vista e aplicações financeiras que resultam diretamente de suas operações. Assim, o Grupo está exposto a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado relacionados à flutuação das taxas de juros, de variações cambiais e de crédito.

O Grupo dispõe de procedimentos para administrar e utilizar instrumentos de proteção.

(i) Risco de mercado

O risco de mercado se refere ao valor justo dos fluxos de caixa futuros devido a variações nos preços de mercado. No caso do Grupo, ele engloba três tipos de risco: i) Risco de queda de demanda, ii) Risco de prejuízo na produção e iii) Riscos associados ao crescimento. Todos esses riscos são monitorados pela área financeira do Grupo.

Notas Explicativas S.A.
(Em recuperação judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

(ii) Risco cambial

O risco cambial se refere a flutuações no valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição do Grupo a esse risco refere-se, principalmente, às atividades operacionais envolvendo, contas a pagar e contas a receber em moeda estrangeira e variações nas taxas de câmbio, principalmente o dólar norte-americano frente ao Real. O risco cambial pode impactar significativamente o resultado financeiro do Grupo.

A política de gestão de risco cambial do Grupo é fazer *hedge* de até 100% de sua exposição esperada, cujo o objetivo é a manutenção do preço em reais negociado na venda por ocasião do recebimento. A Administração estabelece princípios para gestão de risco cambial, podendo fazer o uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos. Atualmente o Grupo utiliza instrumentos financeiros não derivativos do tipo Trava de Câmbio para proteger seu risco cambial atrelado ao contas a receber em moeda estrangeira, a maioria com vencimento inferior a 90 dias.

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o Grupo possuía a seguinte exposição a moedas diferentes da sua moeda funcional:

	Consolidado		Cotação em
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022 (US\$1,00 = R\$1,00)
Clientes no mercado externo	132.565	80.347	5,2171 \$
Fornecedores no mercado externo	(2.675)	(3.748)	5,2177 \$
ACE - Adiantamento sobre cambiais de exportação	(20.139)	-	
Total da exposição cambial	109.751	76.599	

Análise de sensibilidade

Com a finalidade de medir o impacto econômico de variações cambiais dos instrumentos financeiros do Grupo foram preparados quatro cenários de moeda estrangeira em relação à taxa de câmbio vigente em 31 de dezembro de 2022, conforme demonstrado a seguir:

Saldos (moeda estrangeira) Consolidado	Risco	Taxa	Depreciação da taxa		Apreciação da taxa	
		Posição em 31/12/2022	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
USD		5,2171	2,6086	3,9128	6,5214	7,8257
Clientes no mercado externo	USD	132.565	(66.283)	(33.141)	33.141	66.283
USD	USD	5,2177	2,6089	3,9133	6,5221	7,8266
Fornecedores no mercado externo	USD	(2.675)	1.338	669	(669)	(1.338)
USD	USD	5,2177	2,6089	3,9133	6,5221	7,8266
ACE - Adiantamento sobre cambiais de exportação	USD	(20.139)	10.069	5.035	(5.035)	(10.069)
Total das exposições		109.751	(54.876)	(27.438)	27.438	54.876

Notas Explicativas S.A.
(Em recuperação judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

(iii) Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros está associado ao valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutuando devido a variações nas taxas de juros de mercado.

A Administração do Grupo gerencia esse risco através de projeções de caixa recorrentes, bem como projeções de resultados, além de aplicar uma política que mantém os indexadores de suas exposições a taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas que considera projeções do CDI para avaliar eventuais necessidades de caixa futura.

As exposições ativas (passivas) à taxa de juros estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	-	-	75.617	212.793
Empréstimos e financiamentos	30.993	-	(84.591)	(37.396)
Total da exposição à taxa de juros	30.993	-	(8.974)	175.397

Administração do Grupo avalia periodicamente suas aplicações e equivalentes de caixa para evitar risco de perda, considerando a instabilidade da atual política monetária.

Análise de sensibilidade

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nos equivalentes de caixa e empréstimos, a qual o Grupo estava exposto na data-base de 31 de dezembro 2022, foram definidos quatro cenários diferentes.

Aplicações financeiras - Consolidado	Indexador	Posição em 31/12/2022	Risco de redução		Risco de aumento	
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI		12,39%	6,20%	9,29%	15,49%	18,59%
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	CDI	75.617	(4.684)	(2.342)	2.342	4.684
Total		75.617	(4.684)	(2.342)	2.342	4.684

(iv) Risco de crédito

O Grupo está exposto principalmente ao risco de crédito referente a caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes. O risco de crédito é minimizado por meio das seguintes políticas:

Notas Explicativas S.A.
(Em recuperação judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

a) Contas a receber de clientes

O Grupo minimiza seu risco de crédito pela venda fragmentada para um grande número de clientes. Esse risco é administrado por meio de um rigoroso processo de concessão de crédito. O resultado dessa gestão, assim como a exposição máxima ao risco de crédito, está refletido na rubrica “Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber”, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 4.

b) Depósitos à vista e aplicações financeiras

O Grupo restringe os valores que possam ser alocados a uma única instituição financeira e analisa as classificações de risco (*ratings*) das instituições financeiras com as quais aplica os saldos de caixa e equivalentes de caixa.

(v) Riscos de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade do Grupo não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização e ou liquidação de seus direitos e obrigações.

A tesouraria do Grupo monitora continuamente as previsões de exigência de liquidez para assegurar que haja caixa suficiente para atender as necessidades operacionais. O excesso de caixa é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, através da escolha de instrumentos com vencimentos apropriados e liquidez suficiente para fornecer margem conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

(vi) Gestão do capital

Para manter ou ajustar a estrutura de capital, o Grupo poderá rever a política de gestão de capital, a qual não é administrada ao nível da Controladora, mas em nível Consolidado.

Para o período findo em 31 de dezembro de 2022, não houve mudança nos objetivos, políticas ou nos processos de estrutura de capital quando comparado com o ano de 2021.

29. Compromissos e garantias

Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo possuía as seguintes garantias:

Notas Explicativas S.A.
(Em recuperação judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

- (i) Fiança bancária, no montante de R\$ 1.440, junto ao Banco Bradesco S.A. para garantia do pagamento de execução fiscal nº 0486287-42.2009.8.09.0103, que tramita perante a Vara de Fazendas Públicas da Comarca de Minaçu, ajuizada pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, firmado com a Sama S.A., com vencimento indeterminado;
- (ii) Fiança bancária, no montante de R\$ 4.456, junto ao Banco Bradesco S.A. para garantia do financiamento à Agência de Fomento de Goiás;
- (iii) Seguro garantia, no montante de R\$ 6.350, junto a Pottencial Seguradora S.A para amparar a ação anulatória nº 0068035-46.2015.4.03.6182 referente a cobrança de débitos fiscais de CSLL e COFINS, com vigência de 04 de maio de 2022 a 04 de maio de 2027;
- (iv) Seguro garantia, no montante de R\$ 374, junto a Pottencial Seguradora S.A. para compra e venda de energia elétrica (Fábrica Simões Filho - BA), sendo a Eternit a tomadora e a Engie Brasil Energia Comercializadora Ltda. a beneficiária, com vigência de 01 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023;
- (v) Em dezembro de 2014, a controlada Eternit da Amazônia firmou compromisso na ordem de R\$ 37.384, referente a cédula de crédito bancário, com o Banco da Amazônia, para implementar sua fábrica em Manaus. Como garantia foi oferecido pelo Grupo um imóvel e respectivas benfeitorias, situado no Rio de Janeiro-RJ, sendo seu valor de custo no montante de R\$ 62.500;
- (vi) Em 23 de fevereiro de 2018 a Eternit apresentou garantia com a fábrica Simões Filho no valor de R\$ 35.700 com sua vigência indeterminada a partir desta data para amparar a ação de execução de termo de ajuste de conduta nº. 0000883-76.2017.5.05.0101. Mandado de penhora recebido em 06/05/2022, atualizando o valor do imóvel penhorado para R\$ 42.635.000,00.
- (vii) Seguro garantia, no montante de R\$ 680, junto a Pottencial Seguradora S.A. para compra e venda de energia elétrica (Fábrica Colombo - PR), sendo a Eternit como tomadora e a Engie Brasil Energia Comercializadora Ltda. a beneficiária, com vigência de 01 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023;
- (viii) Seguro garantia, no montante de R\$ 1.054, junto a Pottencial Seguradora S.A. para compra e venda de energia elétrica (Fábrica Rio de Janeiro - RJ), sendo a Eternit a tomadora e a Engie Brasil Energia Comercializadora Ltda. a beneficiária, com vigência de 01 de Janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023;
- (ix) Fiança Bancária, no montante de R\$ 313, junto ao Banco Daycoval, para garantir o aluguel da Sede Administrativa da Eternit, sendo a própria Eternit a tomadora e IMMOB III Fundo De Investimento Imobiliário - FII o beneficiário, com vigência até 31 de janeiro de 2023;

Notas Explicativas S.A.

(Em recuperação judicial)

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)**

- (x) Fiança Bancária, no montante de R\$ 1.821, junto ao Banco Daycoval para compra e venda de energia elétrica, sendo a TOMADORA, SAMA S.A MINERAÇÕES ASSOCIADAS, e a BENEFICIÁRIA, Engie Brasil Energia Comercializadora Ltda, com vigência de 19 de janeiro de 2022 a 09 de fevereiro de 2023;
- (xi) Fiança Bancária, no montante de R\$ 39, junto ao Banco Daycoval, para garantir o aluguel de Centro de Distribuição - Fortaleza-CE, sendo a própria Eternit S/A a tomadora e Construtora Caribe Ltda o beneficiário, com vigência de 01 de julho de 2021 a 30 de junho 2023;
- (xii) Seguro Garantia no montante de R\$ 520, junto a Pottencial Seguradora, destinada ao Processo Judicial nº 0068035-46.2015.4.03.6182, Processo Administrativo nº.16306.000206/2009-81, 10880.968880/2010-99 e 10880.977187/2011-98, CDA nº 80.6.15.066685-39, 80.6.15.068746-00. Trata-se de execução fiscal para suposta cobrança de débitos perante a 5ª Vara de Execuções Fiscais Federal de São Paulo, com vigência 12 de abril de 2021 a 12 de abril de 2026;
- (xiii) Seguro Garantia no montante de R\$ 407, junto a Fairfax Seguradora S.A, para o pagamento do valor total do débito em discussão, nele compreendido o principal, multas, juros, atualização monetária e acréscimos legais, objeto da Execução Fiscal nº 0051104-28.2020.8.19.0001, promovida pela FAZENDA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO em face do tomador, em trâmite perante a 11ª Vara de Fazenda Pública da Comarca do Rio de Janeiro/RJ, com vigência de 19 de julho de 2021 a 19 de julho de 2026;
- (xiv) Seguro Garantia no montante de R\$ 332, junto a Fairfax Seguradora S.A, para o pagamento do valor total do débito em discussão, nele compreendido o principal, multas, juros, atualização monetária e acréscimos legais, objeto da Execução Fiscal nº 0015609-83.2021.8.19.0001, promovida pela FAZENDA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO em face do tomador, em trâmite perante a 11ª Vara de Fazenda Pública da Comarca do Rio de Janeiro/RJ, com vigência de 07 de julho de 2021 a 07 de julho de 2026;
- (xv) Fiança no montante de R\$ 150, junto Eccount S/A, que garante as obrigações assumidas pela Sam S/A - Minerações Associadas, dos prejuízos decorrentes do inadimplemento em relação aos pagamentos dos valores concedidos pelo Beneficiário, TCP TERMINAL DE CONTÊINERES DE PARANAGUÁ S.A, e que não tenham sido liquidados na forma prevista no Acordo Operacional, para prestação de serviços de estufagem de containers pelo Beneficiário, com vigência de 22 de outubro de 2021 a 22 de outubro de 2023;

Notas Explicativas S.A.

(Em recuperação judicial)

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)**

(xvi) Seguro Garantia no montante de R\$ 414, junto a Fairfax Seguradora S.A, para o pagamento do valor total do débito em discussão, nela compreendido o principal, multas, juros, atualização monetária e acréscimos legais, objeto da Reclamação Trabalhista nº 0010573-94.2019.5.03.011 e Cumprimento Provisório de Sentença nº 0010144-25.2022.5.03.011, promovida por MARCOS LUIZ MARTINS PEREIRA em face de ETERNIT S/A, em trâmite perante a 11ª VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE/MG, com vigência de 01 de junho de 2022 a 01 de junho de 2025.

30. Subvenções governamentais**Política contábil**

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que o Grupo irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas, essas subvenções são reconhecidas sistematicamente na rubrica “receita operacional líquida” e “outras receitas (despesas) operacionais” durante os exercícios nos quais o Grupo reconhece como despesa os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar. Ao realizar a transferência do resultado do exercício para o Patrimônio Líquido, os valores são direcionados conforme sua natureza, Subvenção para Investimento ou Subvenção de método de custeio, cujo valor consta agregado ao resultado do exercício.

Os benefícios recebidos na forma de subvenção governamental são reclassificados a partir da destinação do resultado do exercício para conta específica de reserva de capital Subvenção para Investimento no Patrimônio Líquido.

A Companhia possui incentivos fiscais estaduais e federais enquadrados em determinados programas de desenvolvimento industrial na forma de financiamento, diferimento do pagamento de impostos ou reduções parciais do valor devido. Esses programas estaduais objetivam promover o incremento da geração de emprego, a descentralização regional, além de complementar e diversificar a matriz industrial dos Estados. Nesses Estados, os prazos de carência, fruição e as reduções são previstas na legislação fiscal.

No período findo em 31 de dezembro de 2022, os valores das subvenções governamentais totalizavam R\$ 31.314 (R\$ 36.838 em 31 de dezembro de 2021), conforme descrito a seguir:

(i) Agência de Fomento Goiás S.A empresa do Estado de Goiás - Fomentar. No período findo em 31 de dezembro de 2022, não houve movimentação;

Notas Explicativas S.A.

(Em recuperação judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

- (ii) Programa de desenvolvimento industrial de Goiás - Produzir. No período findo em 31 de dezembro de 2022, o valor do benefício totalizou R\$ 5.761 (R\$ 6.251 em 31 dezembro de 2021);
- (iii) Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia - Desenvolve. No período findo em 31 de dezembro de 2022, o valor do benefício totalizou R\$ 6.846 (R\$ 9.692 em 31 de dezembro de 2021);
- (iv) Zona Franca de Manaus - Incentivo - Crédito Estímulo. No período findo em 31 de dezembro de 2022 um montante de R\$ 11.825 foi utilizado (R\$ 12.329 em 31 de dezembro de 2021);
- (v) Zona Franca de Manaus - Incentivo - Crédito Presumido. No período findo em 31 de dezembro de 2022, um montante de R\$ 6.882 foi utilizado (R\$ 8.566 em 31 de dezembro de 2021).

31. Transações que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa

A Companhia realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento que não afetaram caixa e equivalentes de caixa e essas atividades não foram incluídas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
Compensação Dividendos x Mútuo	(13.246)	8.778
Compensação Dividendos x Fornecedor partes relacionadas	(11.866)	-
Imposto de renda retido sobre mútuo	(238)	(104)
	<u>(25.350)</u>	<u>8.674</u>

32. Provisão para benefício pós-emprego

Política contábil

A Companhia, com base em laudo atuarial preparado por empresa especializada independente, contabiliza provisão para fazer face a benefícios futuros de assistência médica e assistência alimentícia aos ex-empregados.

i. Custo de aposentadoria e benefícios rescisórios

Os pagamentos a planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.

No caso dos planos de aposentadoria de contribuição definida, o custo da concessão de benefícios é determinado pelo método da unidade de crédito projetada e a avaliação atuarial é realizada ao final do período anual de apresentação de relatório.

Notas Explicativas S.A.
(Em recuperação judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

A remensuração, que inclui ganhos e perdas atuariais, o efeito das mudanças no teto do ativo (se aplicável) e o retorno sobre ativos do plano (excluindo juros), é refletida imediatamente no balanço patrimonial como um encargo ou crédito reconhecido em outros resultados abrangentes no período em que ocorrem. A remensuração reconhecida em outros resultados abrangentes é refletida imediatamente em lucros acumulados e não será reclassificada para o resultado. O custo de serviços passados é reconhecido no resultado no período de ocorrência de uma alteração do plano. Os juros líquidos são calculados aplicando a taxa de desconto no início do período ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. Os custos de benefícios definidos são classificados como segue:

- Custo de serviços (incluindo custo de serviços correntes, custo de serviços passados e ganhos e perdas sobre reduções e liquidações);
- Despesa ou receita financeira líquida;
- Remensuração.

Ganhos e perdas de redução são contabilizados como custos de serviços passados.

A obrigação de benefícios de aposentadoria reconhecida no balanço patrimonial representa o déficit ou excedente real nos planos de benefícios definidos pela Companhia. Qualquer excedente resultante desse cálculo é limitado ao valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições dos planos ou reduções em contribuições futuras aos planos.

Um passivo decorrente de um benefício rescisório é reconhecido quando a entidade não consegue mais retirar a oferta do benefício rescisório ou quando o Grupo reconhece quaisquer custos de reestruturação relacionados, dos dois o que ocorrer antes.

ii. Benefícios a empregados no curto prazo e outros benefícios a empregados no longo prazo

Um passivo de benefícios a empregados é provisionado conforme o salário, férias e licenças no período em que os serviços relacionados são prestados, a um montante não descontado de benefícios que se espera que sejam pagos em troca daqueles serviços.

Passivos de benefícios no curto prazo são mensurados pelo montante não descontado de benefícios que se espera que sejam pagos em troca daqueles serviços.

Notas Explicativas S.A.
(Em recuperação judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Passivos de outros benefícios a longo prazo são mensurados pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros que se estima que sairão do Grupo referentes aos serviços efetuados pelo empregado até a data de reporte.

iii. Contribuições de empregados ou terceiros a planos de benefícios definidos

Contribuições discricionárias realizadas por empregados ou terceiros reduzem o custo sobre o pagamento dessas contribuições para o plano.

Quando os termos formais dos planos determinam que contribuições serão feitas pelos empregados ou terceiros, a contabilização depende das contribuições estarem relacionadas ao serviço ou não, conforme segue:

- Se as contribuições não estiverem vinculadas ao serviço (por exemplo, é necessário efetuar contribuições para reduzir um déficit resultante de perdas sobre os ativos do plano ou de perdas atuariais), elas afetam a reavaliação do passivo (ativo) associado com o benefício definido líquido;
- Se as contribuições estiverem vinculadas ao serviço, elas reduzem os custos do serviço. Se o valor da contribuição depender do tempo (anos) de serviço, a entidade deve atribuir as contribuições ao período de serviço utilizando o método de atribuição exigido no parágrafo 70 da IAS 19 / CPC 33 (para os benefícios brutos). Se o valor da contribuição for independente do tempo (anos) de serviço, a entidade pode reduzir o custo do serviço no período em que o serviço relacionado é prestado, ou reduzir o custo do serviço, atribuindo as contribuições ao período de serviço do empregado.

As premissas e os cálculos foram revisados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. O impacto referente a remensuração dos planos reconhecido na demonstração de outros resultados abrangentes corresponde a um ganho atuarial de R\$ 6.812 na controladora e um ganho atuarial de R\$ 12.962 no consolidado.

iv. Principais premissas atuariais utilizadas para a determinação do valor presente dos benefícios

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Mortalidade geral	AT-2000 Suavizada em 10%	AT-2000 Suavizada em 10%
Taxa esperada de inflação	4,00% a.a.	4,36% a.a.
Taxa nominal de desconto	10,15% a.a. Sama (Alimentação)	9,79% a.a. Sama (Alimentação)
	10,19% a.a. Sama (Saúde)	9,84% a.a. Sama (Saúde)
	10,19% a.a. Eternit	9,83% a.a. Eternit
Aging fator	1,50% a.a.	1,50% a.a.
Taxa real de inflação médica	3,00% a.a.	3,00% a.a.
Rotatividade	NA	NA
Crescimento real do benefício	Inflação	Inflação

Notas Explicativas S.A.
(Em recuperação judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

v. Passivo dos planos de benefícios pós-emprego

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	3.191	3.659	6.947	7.871
Não circulante	29.399	36.209	61.241	73.773
	32.590	39.868	68.188	81.644

a) Mudanças nas obrigações de benefícios e seus valores presentes definidos do plano em 2022:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Passivo atuarial líquido no início do exercício	39.868	34.960	81.624	91.897
Custo dos juros e serviços do exercício	3.920	2.500	(4.939)	6.479
Benefícios pagos	(4.387)	(4.300)	(8.497)	(8.546)
Ajustes de experiência (*)	(6.811)	6.708	-	(8.206)
Passivo atuarial líquido no final do exercício	32.590	39.868	68.188	81.624

(*) Valor reconhecido em outros resultados abrangentes.

(i) Análise de sensibilidade:

Controladora	Sensibilidade da taxa de juros sobre as obrigações calculadas		
	Real	Aumento (0,5%)	Redução (0,5%)
Impacto na obrigação com benefício líquida	32.590	7.278	(7.278)
Variação		22,33%	-22,33%

Consolidado	Sensibilidade da taxa de juros sobre as obrigações calculadas		
	Real	Aumento (0,5%)	Redução (0,5%)
Impacto na obrigação com benefício líquida	68.188	13.436	(13.436)
Variação		19,70%	-19,70%

b) Os pagamentos a seguir apresentados foram projetado para os próximos 15 anos e representam as contribuições esperadas futura a partir da obrigação do plano de benefício definido:

Notas Explicativas S.A.

(Em recuperação judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Dentro dos próximos 12 meses	3.191	3.659	7.070	7.851
Entre 2 e 5 anos	10.704	14.271	22.982	29.866
Após 5 anos	14.425	28.833	29.352	57.702
	28.320	46.763	59.404	95.419

33. Provisão desmobilização da mina**Política contábil**

A controlada Sama registra provisão para potenciais desembolsos para o fechamento da mina de Cana Brava com base nas melhores estimativas de custos de limpeza e de reparação, para tal emprega equipe de especialistas para gerenciar todas as fases de seus programas ambientais, inclusive com o auxílio de especialistas externos, quando necessário, e segue o Plano Ambiental de Fechamento da Mina - PAFEM, conforme Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, avaliando os gastos com base em cotações de mercado.

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Valor presente dos desembolsos esperados		
2023	2.551	2.370
2024	2.659	2.470
2025 a 2032	4.772	4.433
	9.982	9.273

A recuperação ambiental da mina ocorrerá entre 2023 e 2034.

Com base nas melhores informações, premissas e estimativas até a presente data, a Companhia realizou avaliação do Plano de Fechamento da Mina de Cana Brava para o exercício findo de 31 de dezembro de 2022, e complementou a provisão de custo da desmobilização da Mina em R\$ 709 mil, considerando uma produção anual de cerca de 200 mil toneladas.

34. Provisão de reestruturação e desmobilização

Em 2016, a Companhia iniciou um processo de reestruturação em suas unidades de negócios com foco na recuperação da rentabilidade, redução de custos operacionais e encerramento de atividades de plantas deficitárias da controlada Tégula. No exercício de 2022, não houve movimentações.

Notas Explicativas S.A.

(Em recuperação judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Perda estimada na recuperabilidade de ativo das unidades desativadas Tégula	10.376	10.376
Total de ajuste com perda na recuperabilidade e provisão de reestruturação	10.376	10.376

35. Eventos subsequentes**Confibra - ajuste do preço de aquisição**

Conforme previsto no contrato de compra e venda de quotas e outras avenças assinado entre Confibra e Eternit, a Companhia em 02/01/2023 realizou pagamento aos vendedores da Confibra no montante de R\$ 25.295 milhões relativo a diferença do capital de giro apurado após o controle da Eternit.

SAMA - decisão do STF na Ação Civil Pública

Em 23/01/2023, a Companhia tomou conhecimento de decisão do Supremo Tribunal Federal (“STF”) que cassou a decisão de primeira instância proferida na Ação Civil Pública n. 1002022- 72.2021.4.01.3505, em curso na Vara Federal de Uruaçu-GO, e determinou a suspensão do processo até o julgamento de mérito da Ação Direta de Inconstitucionalidade 6200. Assim, a controlada Sama segue com a sua operação amparada na Lei do Estado de Goiás n. 20.514/19, regulamentada pelo Decreto 9.518.

Renúncia do Presidente do Conselho de Administração

Em 02 de fevereiro 2023, a Companhia tomou conhecimento da Carta de Renúncia do atual Presidente do Conselho de Administração - Sr. Marcelo Gasparino da Silva - quanto a sua posição de Chairman e de membro do Conselho de Administração da Companhia. A Carta relata, ainda, que o Sr. Marcelo permanecerá com suas funções regulares até o dia 21/03/2023, data programada para a realização da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Eternit.

Supremo Tribunal Federal (“STF”) muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinário n° 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário n° 955.227.

Tema 881 - Recursos Extraordinário n° 949.297

Limites da coisa julgada em matéria tributária, notadamente diante de julgamento, em controle concentrado pelo Supremo Tribunal Federal, que declara a constitucionalidade de tributo anteriormente considerado

Notas Explicativas S.A.
(Em recuperação judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

inconstitucional, na via do controle incidental, por decisão transitada em julgado.

Tema 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227

Efeitos das decisões do Supremo Tribunal Federal em controle difuso de constitucionalidade sobre a coisa julgada formada nas relações tributárias de trato continuado.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes perdem o efeito se, depois, o STF tiver entendimento diferente sobre o tema.

Nessa linha, a análise sobre os impactos advindos do julgamento dos Temas 881 e 885 passa pelo exame/confirmação de dois pontos: (i) existência de coisa julgada favorável, em ação individual vinculada a relação jurídica de trato continuado, reconhecendo a inconstitucionalidade da cobrança tributária; e (ii) superveniência de decisão desfavorável do STF, em repercussão geral ou controle concentrado, declarando a constitucionalidade da cobrança.

Em relação aos processos judiciais tributários da Companhia e suas controladas, não foram identificados quaisquer impactos decorrentes do julgamento dos Temas 885 e 881, sobretudo porque todos ainda dependem de trânsito em julgado.

Adicionalmente, apresentamos os principais processos que focamos as nossas análises, sem prejuízo a todos os demais:

- **Ação Ordinária nº 0010031-20.2005.4.03.6100** - Repetição de Indébito referente ao IR-Fonte de 1998 e 1999, com trânsito em julgado favorável em dezembro/2020 - O objeto da demanda não envolve relação jurídica de trato continuado (seus efeitos se restringem à recuperação do IR-Fonte de 1998 e 1999);
- **Mandado de Segurança nº 5017297-74.2022.4.03.6100** - Limitação, em 20 salários-mínimos, da base de cálculo das contribuições para o PIS/COFINS, estando os autos sobrestados - Demanda de natureza infraconstitucional e pendente de trânsito em julgado;
- **Mandado de Segurança nº 5007781-30.2022.4.03.6100** - Exclusão do PIS/COFINS das próprias bases, estando os autos sobrestados - Demanda pendente de trânsito em julgado (Tema nº 1.067 da Repercussão Geral pendente de julgamento pelo STF); e
- **Mandado de Segurança nº 5001616-40.2017.4.03.6100** - Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, com trânsito em julgado favorável em junho/2019 - A coisa julgada formada na ação individual está em conformidade com o subsequente julgamento definitivo pelo STF do Tema nº 69 da Repercussão Geral.
- **Mandado de Segurança nº 5021882-09.2021.4.03.6100** - Não inclusão na base de cálculo do IRPJ e da CSLL os valores percebidos a título de taxa SELIC (correção monetária e juros moratórios), ou de quaisquer outros índices estaduais ou municipais compostos de juros e correção monetária, incidentes na repetição/compensação de tributos indevidamente recolhidos e da devolução dos valores depositados judicialmente, suspendendo-se sua exigibilidade.

Notas Explicativas S.A.
(Em recuperação judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

A Administração, em conjunto com os seus assessores jurídicos internos e externos, avaliou os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que, dentre os processos tributários conduzidos pela Companhia e suas controladas, ativos e encerrados, nenhum deles foram afetados pelo recente julgamento dos Temas de Repercussão Geral n. 881 e 885 pelo STF.

Diante dos fatos supracitados, a decisão do STF não resulta, em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

Renúncia do Conselheiro de Administração

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 14/02/2023, a Administração tomou conhecimento da Carta de Renúncia do Sr. Arlindo Porto Neto quanto a sua posição de membro do Conselho de Administração da Companhia, bem como da sua posição de membro do Comitê de Auditoria não Estatutário. A carta relata, ainda, que o Sr. Arlindo permanecerá com suas funções regulares até o dia 21/03/2023, data programada para a realização da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Eternit.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Eternit S.A. - Em recuperação judicial
São Paulo – SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Eternit S.A. – Em recuperação judicial (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Eternit S.A - Em recuperação judicial em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que detalha o Plano de Recuperação Judicial da Companhia (“Plano”) aprovado em Assembleia Geral de Credores e os meios para recuperação judicial a serem utilizados pela Companhia que ainda continuam em curso. A continuidade operacional da Companhia e de suas controladas está atrelada à recuperação judicial. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 19 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que informa que a Companhia e suas controladas são parte em diversas ações civis públicas, que aguardam decisão, relacionadas ao ambiente de trabalho, a doenças ocupacionais e a danos morais aos trabalhadores originados pelo uso do amianto. A probabilidade de perda para parte dessas ações, conforme divulgado na referida nota explicativa, foi considerada pelos assessores jurídicos da Companhia como provável, tendo sido constituída, para essa parte, provisão para perda. Não foram divulgados os valores estimados para alguns processos considerados como perda possível, onde os assessores jurídicos não conseguiram realizar a respectiva mensuração, conforme divulgado na referida nota explicativa. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Além do assunto descrito na seção “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”, determinamos que os assuntos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Avaliação do valor recuperável do ativo imobilizado

Anualmente a Companhia realiza o teste de redução ao valor recuperável (teste de impairment) dos saldos de ativo imobilizado da Companhia e de suas controladas, conforme divulgados na Nota Explicativa nº 11 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Considerando que o processo de avaliação da recuperabilidade desses ativos e quanto à definição das Unidades Geradoras de Caixa (UGC), é complexo e envolve um alto grau de subjetividade, bem como é baseado em diversas premissas cuja realização é afetada por projeções de mercado e de cenários econômicos incertos, esse tema foi considerado como um assunto significativo em nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram:

- Envolvimento de especialistas em avaliação para nos auxiliar a revisar o modelo utilizado para mensurar o valor recuperável e as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia e suas controladas, em particular aquelas relacionadas às projeções de vendas futuras, taxa de crescimento, taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa, margem de lucro de todas as unidades geradoras de caixa;
- Avaliação dos critérios de definição e identificação das Unidades Geradoras de Caixa (UGC);
- Revisão das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas sobre as premissas utilizadas nos cálculos de recuperabilidade dos referidos ativos.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, julgamos serem razoáveis os saldos e as divulgações sobre este assunto, considerando as práticas contábeis e a documentação suporte das projeções, definidas e mantidas pela Administração, para fundamentar sua conclusão, refletidas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Combinação de negócios

Conforme Nota Explicativa nº 7 às demonstrações contábeis, a Companhia adquiriu o controle de outra empresa por meio de combinação de negócios. A contabilização de tal aquisição requer entre outros procedimentos, que a Companhia determine o valor justo da contraprestação transferida, o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos e a apuração do ágio por expectativa de rentabilidade futura ou ganho por compra vantajosa na operação. Estes procedimentos envolvem um elevado grau de julgamento na determinação das estimativas de valores justos baseadas em metodologia, mensuração e premissas relacionados ao desempenho futuro do negócio adquirido e que estão sujeitos a um elevado grau de incerteza.

Devido às incertezas relacionadas às metodologia e premissas, tais como a receita operacional bruta, as deduções, os custos operacionais, as despesas operacionais, o imposto de renda e a contribuição social, o capex, o capital de giro, a depreciação e a taxa de desconto inerentes à mensuração do valor justo, e conseqüentemente a determinação das informações que devem ser divulgadas para possibilitar que os usuários das demonstrações contábeis avaliem a natureza e os efeitos financeiros provenientes da combinação de negócios, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram:

- Leitura do contrato celebrado que formalizou a combinação de negócios e a correspondente movimentação financeira da aquisição, análise dos critérios de determinação do preço da aquisição, a harmonização das práticas contábeis e verificação se os saldos de partida são coerentes com o histórico;
- A avaliação dos procedimentos e controles da Companhia no sentido de entender e avaliar suas rotinas e entendimentos num processo de aquisição de negócios, importando a este a razoabilidade de suas conclusões e os procedimentos a serem determinados para alocação do valor de compra;
- Obtenção e avaliação das bases de cálculo obtidas da alocação de preço de compra da aquisição de negócio, mais precisamente de intangíveis, com relação as bases de avaliação preparadas pela Administração da Companhia para suportar os registros contábeis realizados;
- Com auxílio de especialistas em finanças corporativas, avaliação da adequação das premissas utilizadas pela Administração da Companhia no reconhecimento da alocação de preço de compra, determinação do ágio pago com expectativa de rentabilidade futura e premissas determinadas de amortização e depreciação de valor justo alocado de ativos e passivos;
- Avaliação da adequada divulgação nas notas explicativas às demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, julgamos serem aceitáveis os critérios e premissas adotados pela Administração sobre a aquisição de negócio, bem como as referidas divulgações na Nota Explicativa nº7 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 19 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia está sujeita a potenciais riscos relacionados a processos tributários, cíveis e trabalhistas. Devido ao fato de que a avaliação quanto à necessidade ou não de reconhecimento de provisão inclui julgamento da Administração e de seus assessores jurídicos sobre a probabilidade de perda financeira, assim como, pelo fato de que a divulgação de eventual perda possível está associada a possibilidade de mensuração confiável dela, esse tema foi considerado como um assunto significativo em nossa auditoria.

As ações mencionadas como eventos operacionais relevantes na Nota Explicativa nº 19 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estão mencionadas em nosso parágrafo de ênfase.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram:

- Discussão com a Administração e o Departamento Jurídico da Companhia a respeito das políticas e dos procedimentos adotados

para identificar, avaliar e contabilizar e/ou divulgar as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas;

- Obtenção de confirmações formais dos assessores jurídicos externos da Companhia e de suas controladas;
- Reconciliação das informações recebidas dos consultores jurídicos externos com a posição do departamento jurídico utilizada como base para constituição das provisões contábeis e divulgação nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas;
- Revisão das divulgações efetuadas pela Companhia sobre os principais riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, julgamos serem aceitáveis os critérios e premissas adotados pela Administração para reconhecimento e mensuração das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, bem como as referidas divulgações na Nota Explicativa nº19 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, por estarem consistentes com os controles internos e com a documentação suporte mantida pela Companhia, incluindo a posição dos assessores jurídicos.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações, individual e consolidada, estão conciliadas com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia e suas controladas é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas,

independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2023.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Henrique Herbel de Melo Campos
Contador CRC 1 SP 181015/O-3

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

ETERNIT S.A.
em Recuperação Judicial
C.N.P.J. nº 61.092.037/0001-81
NIRE 35.300.013.344

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Eternit S. A. – em Recuperação Judicial (“Companhia”), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Eternit S/A. – em Recuperação Judicial, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes BDO RCS Auditores Independentes SS, sem ressalvas.

Diante disso, bem como das informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, o Conselho Fiscal considera que os referidos documentos estão aptos.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2023.

Paulo Henrique Z. Funchal

Wilfredo João Vicente Gomes

Eurico dos Reis Rodrigues Fróes

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

ETERNIT S.A.
em Recuperação Judicial
C.N.P.J. nº 61.092.037/0001-81
NIRE 35.300.013.344

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria Não Estatutário da Eternit S. A. – em Recuperação Judicial (“Companhia”), em cumprimento às disposições regimentais, examinou as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes BDO RCS Auditores Independentes SS, sem ressalvas.

Diante disso, bem como das informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, o Comitê de Auditoria Não Estatutário considera que os referidos documentos podem ser apreciados pelo Conselho de Administração, na forma apresentada.

São Paulo, 13 de fevereiro de 2023.

Louise Barsi
Coordenadora

Rogério Pires Bretas

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Membros da Diretoria da Eternit S.A., declaram para os fins do disposto no artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que:

i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

São Paulo, 14 de Fevereiro de 2023.

Eternit S.A.

A Diretoria

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os membros da Diretoria da Eternit S.A. – Em Recuperação Judicial declaram para os fins do disposto no artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que:

i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2022.

São Paulo, 14 de Fevereiro de 2023.

Eternit S.A.

A Diretoria